

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



PORTO ALEGRE — 1957

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

M E N S A G E M

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada pelo Governador do Estado,
Engenheiro Ildo Meneghetti, por ocasião da
abertura da sessão legislativa de 1957.



PÓRTO ALEGRE — 1957.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Em cumprimento ao dispositivo constitucional, venho trazer ao exame desta egrégia Assembléia a situação dos negócios públicos, ao findar o segundo ano de nossa administração.

A preocupação constante de meu Govêrno, tem sido a de sempre ter presente a situação econômica e financeira do Estado, onde assentam o bem-estar e a tranqüilidade do seu povo.

Com grande júbilo posso afirmar que a vida econômica do Estado apresenta-se com grande vitalidade, indicando os índices estatísticos da sua produção, em volume e valor, um acréscimo apreciável de ano para ano.

Nos múltiplos ramos de produção, seja o industrial, agrícola ou pastoril, existem larga margem de excedentes às necessidades do consumidor gaúcho.

As classes produtoras, em todos os setores de atividades, têm atuado com fecundo entusiasmo, e uma vontade firme e decidida de progredir e aperfeiçoar.

O Govêrno tem exercido sua função precípua, ao coordenar esses esforços, ajudando e amparando os produtores para que mais se afirmem, se engrandecam e, finalmente, triunfem na batalha da produção, empenhada com um real idealismo construtivo.

De outra parte, posso afirmar que tôdas as atividades governamentais e serviços públicos marcham em progressivo e auspicioso desenvolvimento, tendo sempre o Govêrno, como princípio normativo, tudo envidado para assegurar-se o equilíbrio orçamentário, indispensável a uma sadia vida administrativa.

Cumpre-me declarar ter recebido da parte dos ilustres Secretários de Estado e dos dignos dirigentes de departamentos autônomos e autárquicos, a mais eficiente e patriótica colaboração. Igualmente merece destaque a compenetração de deveres e a atuação funcional dos servidores públicos em geral, sem distinção de hierarquia ou de serviço.

A situação das finanças estaduais e a orientação dada pelo atual Govêrno aos negócios fazendários, sômente poderão ser perfeitamente expostos, e portanto compreensíveis, se oferecida uma completa visão panorâmica do campo econômico-financeiro do País e identificada a unidade dentro do todo.

A limitação de competência dos Estados, na ordem econômica, é fixada pela própria Constituição. O campo de ação reservado às unidades federadas, ficou demasiadamente restrito para que possam elas influir, de forma decisiva, na condução da vida econômica do País.

Dêste modo, as economias regionais se encontram na estreita dependência da política adotada pelo Governo Federal, o qual, em virtude da excessiva centralização estatuída na Constituição da República, não deixa às unidades federativas rendas suficientes nem autonomia, para que possam elas se responsabilizar pelo bem ou pelo mal que se faça ao organismo econômico do País.

Tão extensas e tão profundas são as repercussões da política monetária e da política creditícia sobre o desenvolvimento econômico do País e sobre a distribuição da renda nacional, que a simples consideração dêste fato basta para evidenciar a posição proeminente em que se situa o Governo Federal, que as executa com caráter de exclusividade.

- É de se ressaltar, outrossim, que somente à União é facultada a intervenção no domínio econômico, seja por razões de ordem social, através da fixação de preços máximos, seja por motivos de natureza econômica, mediante prescrição de preços mínimos.

Registre-se, além disso, que a União mantém sob seu privativo contrôlo os poderes de legislar sobre comércio exterior e câmbio, orientando, desta forma, toda a política de importação e de exportação do País, sem que caiba aos Estados qualquer interferência nas transações internacionais.

Finalmente, cabe mencionar que constitui competência exclusiva da União legislar sobre direito do trabalho, em todos os seus múltiplos e complexos aspectos.

Infere-se, pois, em face da organização jurídica do País, que o Governo Federal detém as rédeas da vida econômica nacional, dispondo os Estados de um limitado campo de ação residual.

Precisamente por essa razão faz-se mister que as unidades federadas empenhem o máximo de seus esforços no sentido de uma conduta econômica tão perfeita quanto possível, a fim de possibilitar o máximo bem-estar social alcançável com os recursos disponíveis.

Traçar as diretrizes dessa política, porém, sem um perfeito conhecimento da vida econômica do Estado seria navegar sem bússola.

Sentindo a urgente necessidade de solucionar esta deficiência, o ilustre deputado Manoel Braga Gastal, quando em exercício do cargo de Governador do Estado, em setembro último, solicitou à Secretaria da Fazenda que projetasse a instituição de um Conselho Estadual de Economia, à semelhança dos existentes no Governo Federal e no Estado de São Paulo. Tal trabalho, foi cometido ao Gabinete de Orçamento e Finanças, órgão altamente especializado da Secretaria da Fazenda.

Em todos os estudos sérios sobre a situação econômica do País, levados a efeito até agora, tem sido unissonamente reconhecido que a carência de energia elétrica e de transportes constitui o maior obstáculo com que se defronta o nosso desenvolvimento industrial e agrícola.

Bem ponderando a premente necessidade de dar solução adequada ao problema dos chamados "pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico", houve por bem o Governo do Dr. Walter Jobim instituir a "taxa de eletrificação", que, criada pelo espaço de dez anos, teve a sua vigência prorrogada por mais dez, no ano passado.

Coube ao atual Governo o mérito de haver enfrentado corajosamente o angustiante problema dos transportes, equacionando-o convenientemente e resolvendo-o através da instituição da "Taxa de Transporte", que tão largos horizontes abriu ao desenvolvimento da economia rio grandense.

A extraordinária expansão da atividade exercida pelo poder público, no conjunto da economia nacional, constitui um dos mais salientes traços característicos do século XX, uma vez que se vem registrando em todos os países, com impressionante similitude.

Em decorrência dessa expansão, cresceram enormemente os orçamentos públicos, que, precisamente por seu maior volume, passaram a sofrer, de forma inevitável, tôdas as repercussões da evolução da conjuntura econômica.

O estado inflacionário da economia nacional, que assumiu caráter endêmico, tem causado sérias perturbações ao planejamento financeiro nas três esferas de governo.

Com efeito, a constante elevação dos preços dos bens e serviços repercute diretamente nos orçamentos da União, Estados e Municípios, dada a elevada percentagem da despesa governamental relativamente aos gastos totais da comunidade.

Cumprе ressaltar, além disto, que a inflação, provocando um desequilíbrio entre os preços dos bens e serviços e as remunerações dos fatores da produção, obriga o Governo a proceder a reajustamentos periódicos dos vencimentos de seus servidores, originando-se, daí, um novo e violento impacto nos orçamentos públicos.

Ocorre ainda, lembrar que a inflação desorganiza muito mais as finanças federais, por isso que o reflexo da elevação dos preços nas imposições fiscais é prejudicado pelo sistema tributário dos Estados e Municípios, muito mais estáticos do que o da União.

Graves desajustamentos surgem também, no âmbito das finanças governamentais, relativamente ao crédito público, em consequência da inflação, a qual provocando a elevação das taxas de juros, impede ao Governo recorrer aos empréstimos públicos, como fôra de desejar, seja para financiar a execução de obras e serviços de real interesse da coletividade, seja para cobrir os deficits orçamentários, evitando que se forcem as emissões de papel-moeda.

Além disto, o poder financeiro situa-se quase que exclusivamente no Governo Federal, o qual controla e comanda os principais estabelecimentos de crédito do País e bem assim as instituições de previdência social.

Quase nula, portanto, é a interferência dos Estados, no setor do crédito bancário e previdenciário.

Dentro desse círculo de influência assaz limitado e sofrendo aqueles numerosos e violentos impactos é que se desenvolve a política financeira do Estado.

Esforços inauditos têm sido empregados pela Secretaria da Fazenda para contornar as inúmeras dificuldades que se apresentam, fornecendo ao Governo os meios indispensáveis à realização de seu amplo programa de trabalho em prol da coletividade.

O progresso econômico do Estado exige, de parte do poder público, a realização de um amplo programa de investimentos, em sintonia com o espírito empreendedor da nossa gente.

Os ônus correspondentes aos benefícios oriundos dos empreendimentos públicos, por questão de justiça, devem ser partilhados equidistantemente entre as gerações presentes e as gerações futuras.

Vale isto dizer que o Estado deve recorrer aos empréstimos, para financiar os investimentos necessários ao desenvolvimento de sua economia.

Como já vimos, o apelo ao crédito público tornou-se inadequado.

Restou ao Estado, portanto, tentar a realização de empréstimos com os estabelecimentos de crédito e as instituições de previdência social.

A despeito dos ingentes esforços despendidos pelo Governo, somente com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico foi possível consertar as operações de crédito destinadas ao reaparelhamento da Viação Férrea e à construção de uma rede de silos e armazéns, cujas negociações haviam sido iniciadas pelo Governo passado.

Diante dessa situação real e premido pela necessidade de efetuar os investimentos instantaneamente reclamados pelos justos anseios de progresso da comunidade, vem o Estado recorrendo, em maior escala, às imposições fiscais, que se tornaram, desta forma, quase a única fonte de financiamento de todas as obras e serviços postos à disposição da coletividade.

Duas amplas revisões tributárias foram levadas a efeito pelo Governo: a primeira inspirou-se na urgente necessidade de resolver, de forma cabal e definitiva, o cruciante problema dos transportes, cuja reconhecida carência vinha injustamente asfixiando o desenvolvimento da nossa economia; e a segunda teve como justificção a inevitabilidade da melhoria de vencimentos dos servidores públicos, com o objetivo de restabelecer o poder aquisitivo da contraprestação, aviltado pela inflação.

Cuidou a Secretaria da Fazenda, ao ser projetada a criação da taxa de transportes, da simplificação do sistema tributário, propondo a eliminação, sempre que possível, do formalismo burocrático.

Dessa forma, paralelamente com a instituição do novo tributo, como adicional de 20% sôbre todos os impostos, exceto o de exportação, estabeleceu-se a extinção das taxas escolares, de higiene e assistência pública e de cooperação "a", que também mantinham as características de adicionais.

Cogitou-se, outrossim, naquela oportunidade, da transferência gradativa do impôsto territorial para os Municípios em que tem origem a arrecadação; destacada do projeto de lei de revisão tributário, para constituir projeto à parte, tal medida foi consubstanciada na Lei nº 3.109, de 8 de janeiro do corrente ano.

Dispôs-se, ainda, no referido diploma legal sôbre a redução gradativa do impôsto de exportação, a partir do exercício de 1956, com a finalidade de anular os seus efeitos anti-econômicos.

Finalmente, para compensar a extinção da taxa de cooperação "a", determinou a mesma lei a elevação da taxa de cooperação "b"; pertencendo essas duas taxas ao Instituto Sul Rio Grandense de Carnes, fazia-se mister restabelecer o equilíbrio financeiro da autarquia.

Relativamente à segunda revisão tributária, que teve como causa a necessidade imperiosa de majorar os estipêndios dos funcionários públicos, aumento êste calculado em Cr\$ 1.800.000.000,00, viu-se o Estado compelido a aumentar a alíquota do impôsto sôbre vendas e consignações e a atualizar as tabelas do impôsto de sêlo.

Na segunda parte desta Mensagem, no capítulo referente à Secretaria da Fazenda, os ilustres Deputados encontrarão uma explanação detalhada da execução orçamentária do exercício de 1956.

Desejo, entretanto, ressaltar algumas cifras e expender considerações sôbre a situação financeira do Estado.

Para uma receita geral arrecadada de Cr\$ 5.260.000.000,00, contribuíram os empréstimos com a insignificante parcela de Cr\$ 37.000.000,00, em números redondos, ou seja, com 0,7% daquele total.

Comparando-se o deficit de previsão, de Cr\$ 774.000.000,00, em números redondos, com o deficit verificado no encerramento do exercício, que foi de Cr\$ 321.000.000,00, encontra-se uma diferença de Cr\$ 453.000.000,00. Isto foi possível mediante uma política de compressão da despesa e intensificação da receita o que veio proporcionar uma maior arrecadação de Cr\$ 13.000.000,00 sôbre o montante orçado e uma menor despesa realizada de Cr\$ 747.000.000,00 sôbre a fixada.

O deficit de Cr\$ 321.000.000,00, com que se encerrou o exercício financeiro de 1956, deveria ser coberto, a rigor, com a emissão de títulos da dívida pública, máxime se considerarmos que os investimentos no montante aproximado de Cr\$ 900.000.000,00

foram quase integralmente financiados, no referido ano, com os recursos normais da tributação.

A Dívida Pública, pelo último levantamento situa-se num montante de Cr\$ 3.384.000.000,00; considerada em bloco, não se apresenta a mesma elevada, pois representa apenas 41% da receita geral, estimada para o corrente exercício financeiro.

Cotejando-se as posições apresentadas pela dívida pública, no encerramento dos exercícios de 1955 e 1956, verifica-se que a dívida consolidada, tanto externa como interna, diminutas alterações sofreu, no seu montante, que é de Cr\$ 1.969.000.000,00. Inteiramente diversa, entretanto, é a situação concernente à dívida fluante, que foi acrescida, no decurso de 1956, de Cr\$ 361.000.000,00, em consequência, sobretudo, do deficit financeiro do exercício, o qual não pôde ser coberto em virtude de condições adversas a lançamentos de empréstimos públicos e de financiamentos em estabelecimentos de crédito.

Cumprе ressaltar, finalmente, que o serviço da dívida fundada, externa e interna, no decorrer do exercício de 1956 foi atendido com rigorosa pontualidade, como, aliás, é da tradição do Rio Grande do Sul.

Diante do panorama financeiro do Estado, fixou-se o Governo, inflexivelmente, na política do equilíbrio orçamentário, inclusive para as entidades autárquicas, para o exercício de 1957.

Na fase legislativa de elaboração do orçamento, entretanto, em decorrência das leis de reajustamento de vencimentos do funcionalismo público e de aumento de impostos, houve um desajustamento que proporcionará, um déficit "real" na respectiva execução orçamentária, na ordem de Cr\$ 200.000.000,00.

Duas providências fundamentais já adotou o Governo, com o fito de contornar a dificuldade, a saber: estabeleceu um plano de retenções administrativas de verbas referentes a materiais permanente e de consumo e a despesas diversas e, ainda, sujeitou a utilização das dotações ao regime duodecimal.

Dentro do maior respeito à independência e harmonia dos poderes constitucionais, o Poder Executivo cultivou o melhor entendimento com o Poder Judiciário, procurando, por todos os meios ao seu alcance, prestigiar a ação dos magistrados das várias entrâncias, assim como a dos representantes do Ministério Público em tôdas as comarcas.

Seguindo êsse mesmo espírito, manteve o Governo as melhores relações e alta cooperação política e administrativa com esta colenda Assembléia Legislativa.

A execução dos planos do Reaparelhamento Penitenciário e Construção de Cadeias e Fôros destacou-se no ano findo, pelo volume de trabalho desenvolvido e pela importância das etapas já concluídas.

Dentre as principais realizações cumpre distinguir o início da

execução das obras da "Casa de Prisão Provisória", no valor de Cr\$ 66.780.000,00 e cujo prazo de conclusão é de 540 dias.

Em novembro último, foi concluída mais uma fase das obras de ampliação e reforma da Penitenciária Agrícola (ex-Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho), capacitando-a para abrigar transitòriamente 800 presos, tendo sido aplicado até agora, em tais obras, a soma de Cr\$ 17.552.493,80.

Na Penitenciária Industrial (ex-Casa de Correção), em virtude do incêndio aí ocorrido, procederam-se a obras de recuperação do prédio, ampliando-se as condições de alojamento para 499 homens.

O quadro das atividades da Comissão de Reaparelhamento Penitenciário durante os dois últimos exercícios é o seguinte:

Obras que estavam em andamento e foram concluídas e equipadas depois de 31 de janeiro de 1955: 2 cadeias civis, em Erechim e Getúlio Vargas e 1 fôro, em Caxias do Sul.

Obras cujos contratos foram assinados anteriormente, mas foram iniciadas e concluídas depois de 31 de janeiro de 1955: 4 cadeias civis, em Jaguari, Vacaria, Santo Antônio e Soledade e, ainda, 1 fôro, em Lagôa Vermelha.

Obras contratadas, iniciadas e concluídas depois de 31 de janeiro de 1955: 2 cadeias civis, em Lavras do Sul e Marcelino Ramos e 1 cadeia civil, obra de recuperação mediante t ermo de comodato, em Santo Angelo.

Obras que foram iniciadas depois de 31 de janeiro de 1955 e que estão em andamento: 4 cadeias civis, em Palmeira das Missões, Ijuí, Alegrete e Pelotas; 1 f ro (obra de recupera o) em Encruzilhada do Sul; 4 cadeias civis (obras de recupera o), em Santa Rosa, Santa Maria, São Leopoldo e Passo Fundo.

O Serviço Social Penitenciário, tendo por objetivo prestar assistência aos condenados por delito ou contraven o, e às respectivas famílias, mereceu do Govêrno aten o especial.

No ano findo o Govêrno destinou-lhe prédio próprio, onde, de imediato, foi iniciada a constru o de oficinas, das quais duas já estão em pleno funcionamento, as de mecânica e carpintaria, enquanto as de ladrilho e sapataria dentro de breves dias estarão também operando.

Relevantes e not rios serviços tem prestado   coletividade rio-grandense, a Brigada Militar do Estado, tendo em vista a ampla coopera o da mesma no policiamento da Capital e do interior do Estado e na administra o e vigilância de presídios e cadeias.

Aumentado que foi o efetivo pela Lei número 2.738, de 28 de novembro de 1955, conta agora a Brigada Militar com mais 999 homens, tornando-se, pois, mais satisfatória a tarefa que lhe   exigida, levando-se em conta a cria o de numerosos municípios no Rio Grande do Sul.

Ainda em 1956, deve-se apontar o início dos serviços da Companhia de Polícia Pedro e Paulo — policiamento de duplas — cria-

das, em caráter experimental, em agosto de 1955, e após haver passado por um período de adaptação e treinamento, por espaço de quatro meses, tendo sido ministrado aos seus componentes conhecimentos de Instrução Geral e Moral, Instrução Policial, Instrução de Trânsito, Educação Física, Ordem Unida, Armamento e Maneabilidade. Com 11 meses de atuação e com um efetivo de 148 homens já possui a Companhia expressivo acervo de serviços prestados, através de um trabalho muito eficiente e desempenhado a contento geral da população.

O Corpo de Bombeiros, com um efetivo de 65 oficiais e 927 praças e superiormente aparelhado, colocou-se num lugar de destaque no País, apto a cumprir eficazmente, como tem demonstrado, suas importantes funções.

É de emprestar-se todo o realce à criação do regimento de Polícia Rural Montada, pela Lei nº 2.740, de 29 de novembro de 1955, e sua instalação oficial a 30 de setembro último, na cidade de Santa Maria.

A essa antiga aspiração do ruralismo riograndense incumbe tarefa importantíssima e de profundos reflexos sociais, de vez que, além das funções propriamente policiais, que lhe estão naturalmente afetas, soma ainda outras, tais como: assistenciais, socorros de urgência, transporte de correspondência, comunicações com a sede por meio de rádio, etc. Com a sua constituição, ficou facilitado, também, o problema das subdelegacias nos distritos, pois os comandantes de postos policiais serão subdelegados distritais.

O Regimento ainda não conta com todo seu efetivo, visto a lei que o criou ter determinado o recrutamento parcelado, fixando o complementamento dos claros para o ano de 1958.

A atuação da Polícia Rural Montada foi dividida em cinco zonas, assim distribuídas: 1ª Zona, com sede em Santa Maria, abrangendo dez municípios; 2ª Zona, com sede em Alegrete, abrangendo quinze municípios; 3ª Zona, com sede em Tupanciretã, abrangendo trinta e quatro municípios; 4ª Zona, com sede em Farroupilha, abrangendo trinta e seis municípios e a 5ª Zona, com sede em Pelotas, abrangendo dezesseis municípios.

Os cinco esquadrões exercerão sua ação nas respectivas zonas, que foram divididas em sub-zonas, cada uma das quais policiada por um pelotão rural. Cada pelotão rural será constituído de Grupos Policiais e Grupos Volantes.

Em dezembro findo, de acordo com o plano traçado, instalou-se na cidade de Alegrete o 2º Esquadrão com um efetivo de 280 homens, que, por meio de Pelotões e Postos de Serviço, atenderá aos municípios integrantes da 2ª Zona.

O Juizado de Menores da Capital desenvolveu uma série extensa de atividades que o destacaram dos congêneres do País e mesmo da América do Sul.

Completada sua montagem e aparelhagem, de acordo com a

orientação adotada em recentes leis estaduais, funcionaram no ano transato tôdas suas secções técnicas e administrativas, resultando dêsse esforço e trabalho dirigidos por um moderno conceito científico, a redução apreciável da delinqüência infantil, principal motivo das atenções da vara especializada.

Iniciando uma atividade preventiva de alto sentido, inaugurou o Juizado de Menores um serviço de plantão permanente na própria sede, a fim de atender de imediato tôdas as ocorrências. Como decorrência, foram criados Recolhimentos Provisórios para abrigar menores do serviço de plantão, quer para o sexo masculino como feminino, os quais já foram instalados e se acham em funcionamento, atendendo a todos os casos de menores que são levados ao Juizado.

O número de vagas no Instituto Bom Pastor foi ampliado, o que concorreu salutarmente para o trato de menores transviados do sexo feminino sem possibilidade de tratamento assistencial conveniente.

Já iniciou, também, o Juizado um serviço de Colocação Familiar, como medida assistencial altamente recomendada pelos seus benéficos efeitos.

A Imprensa Oficial vem progredindo em ritmo acelerado, tanto no que respeita a instalações e serviços, como em disciplina e rendimento do trabalho.

Deve-se destacar, pelo realce que apresenta, o resultado financeiro alcançado no exercício próximo findo pelas suas atividades específicas. Assim, de um saldo negativo em 1954; pôde, no ano seguinte, acusar um saldo para mais da ordem de Cr\$ 82.573,90 e, em 1956, já consignava um superavit de Cr\$ 3.013.930,60, que, deduzida da despesa orçamentária a importância despendida com a aquisição de material permanente (móveis, máquinas, etc), eleva-se ao montante de Cr\$ 7.518.412,30.

A receita ordinária passou de Cr\$ 18.900.228,40 para Cr\$. . 29.662.704,10 no último exercício, a maior já realizada pela Imprensa Oficial até agora.

O movimento da Junta Comercial está em função direta da intensidade e do desdobramento das atividades econômicas do Estado, que ali repercutem. Daí se conclui da relevância dessa repartição e da necessidade de se lhe assegurar condições satisfatórias de funcionamento à altura de seus encargos.

Datam de longos anos as reclamações e queixas contra a ineficiência desse órgão, por parte de entidades de classes a êle vinculadas.

No começo do ano que findou, porém, a Junta Comercial passou a usar o dôbro da área por ela antes ocupada, o que veio assegurar os meios condizentes com a amplitude de seus serviços, para cujo bom desempenho foi aumentado o número de funcionários.

Graças a tais providências, conseguiu-se emprestar regularidade aos serviços de molde a atender às exigências das partes interessadas.

A prevenção da criminalidade tem como marco inicial de sua ação, a proteção e recuperação do menor socialmente desajustado. Com êste princípio normativo o Serviço Social de Menores não tem descuidado em dar ao problema a merecida atenção, quer mediante a ação de cunho preventivo, realizada pela prática do serviço social, quer pela ação de cunho curativo exercida por suas unidades assistenciais.

Para o melhor entrosamento das unidades e uniformização de normas técnico-administrativas, foi elaborado um plano de trabalho, o qual, já no ano findo, entrou em execução, dentro das possibilidades materiais e técnicas desta repartição.

Dentre as providências tomadas, destacam-se as conducentes à reorganização do Abrigo Feminino e sua pronta instalação em prédio especialmente adquirido pelo Govêrno do Estado, localizado à rua Silveiro, no bairro do Menino Deus, nesta capital.

O Serviço Social de Menores manteve internada no exercício de 1956, nas 9 instituições que compõem sua rêde assistencial uma população de 1.085 menores, distribuídos de acôrdo com as idades e tipos de desajustamentos.

Embora razoavelmente equipadas, estas instituições de fixação ainda se ressentem, em maior ou menor grau, de reaparelhamento funcional, bem como, algumas delas, de complementações em obras, instalações e áreas para aprendizado e produção agrícola intensiva. Neste sentido, foram tomadas as necessárias providências para dotar o Instituto Infantil de Ipanema, localizado em Ipanema, nesta Capital, de uma nova área de terras, cujo custo atingiu a soma de Cr\$ 935.000,00.

O entrosamento do SESME com as entidades particulares foi gradativamente desenvolvido, quer pela cooperação técnica, quer mediante contribuição financeira. Assim, em bases ajustadas às despesas de manutenção, promoveu-se a renovação de 7 convênios já existentes e mais 13 novos convênios foram estabelecidos com entidades sediadas na Capital e interior.

Graças a esta articulação, o SESME dispõe, presentemente, de 545 matrículas, distribuídas em 20 instituições, sendo 60 externos, 10 semi-internas e 475 internas. A despesa resultante, para assistência dêstes menores, atingiu a importância de Cr\$ 3.864.486,80.

Merece registro particular o trabalho de observação e pesquisas realizado pela Comissão de Levantamento do Problema do Menor e da Família. Foram inspecionadas as unidades oficiais e particulares, especialmente as do interior e realizados estudos sôbre a organização assistencial e seu entrosamento com os serviços congêneres da comunidade.

Em que pese a falta de pessoal técnico, notadamente a de a-

gentes específicos, o SESME alargou o campo de suas atividades, no trabalho de pesquisas e estudos de casos, tanto de sua própria alçada, como os originários de solicitação do Juizado de Menores.

Foram entrevistadas 1.250 pessoas, as quais foram encaminhadas aos diversos setores especializados do SESME. Outros casos, em número de 810, por fugirem à competência deste Serviço, foram encaminhados aos recursos da comunidade.

Para prevenção do desajuste do menor, mantendo-o no próprio lar, foram subsidiadas 248 famílias economicamente deficientes. Com este tipo de auxílio financeiro, periódico e transitório, disciplinado sistematicamente pela técnica do serviço social, foram beneficiados 1.099 menores, com o que se despendeu a soma de Cr\$ 1.900.000,00.

Obedecendo a dispositivos legais, foram confiados a famílias idôneas, mediante formal compromisso, 141 menores. Essa prática, a mais consentânea, sem dúvida, com os direitos do menor e os interesses de sua integração social, só poderá ser proporcionada a um maior número de beneficiários à medida que se fôr difundindo na sociedade uma melhor compreensão dos problemas da infância desajustada.

Em caráter de subvenções e auxílios, foram beneficiadas através do SESME 281 instituições particulares, sendo 100 de assistência ao menor, 59 de amparo à velhice e 122 organizações clásticas, beneficentes e protetoras.

Com recursos do plano de auxílios foram contempladas ainda, ex-offício, mais 92 entidades assistenciais, segundo os reclamos das necessidades apresentadas.

O total destes recursos, distribuídos em 1956, atingiu o montante de Cr\$ 9.955.000,00.

A Secretaria de Educação e Cultura executou, com eficiência, o seu programa de desenvolvimento e amparo da educação intelectual e profissional, com o alto escôpo de valorizar o elemento humano, tanto o das cidades como dos campos e lavouras.

Ao balancearmos o trabalho desta Secretaria de Estado, no ano que findou, deparamos com um largo saldo favorável de realizações na obra educacional, entre as quais há várias que merecem destaque por seus positivos resultados.

Assim, na esfera do ensino primário, com a preocupação predominante de difundi-lo e generalizá-lo de forma gratuita e obrigatória, foram admitidas 1.233 professoras concursadas, nomeadas 63 regentes e contratadas 692 professoras. O aumento da rede escolar abrangeu a criação de 56 unidades e a instalação de 78, bem como a reabertura de mais 26 grupos escolares e 28 escolas. A matrícula nos estabelecimentos públicos de ensino primário elevou-se no ano de 1956, a 198.391 alunos, contando o corpo docente com 9.492 professoras nomeadas, das quais 537 são especializadas, e, ainda, com 692 professoras contratadas.

No setor do ensino normal, foram instaladas 3 novas escolas, contando agora a Superintendência do Ensino Normal com 69 unidades escolares, as quais acolhem 12.378 alunos.

Quanto ao ensino secundário, foram igualmente fecundas as realizações apresentadas. No decurso de 1956 foram criados 11 novos estabelecimentos, tendo a Superintendência do Ensino Secundário preparado a recepção para sua esfera administrativa, de igual número de estabelecimentos de ensino normal. Foram, ainda, assinados 27 convênios com estabelecimentos particulares de ensino secundário, custeando dessa forma o Estado os estudos de centenas de estudantes menos favorecidos economicamente.

O ensino rural foi ministrado em 350 escolas rurais, por intermédio de 581 professôres. Em 1956 foram criadas 62 escolas rurais, estando, além disto, em condições de entrarem em funcionamento mais 70 unidades no presente exercício.

Na parte da educação artística foram feitas demonstrações orfeônicas, ministradas aulas de apreciação musical, reuniões de orientação especializada e cursos de especialização para professôras e promovidas exposições de desenho infanto-juvenil e de artes aplicadas.

Na tarefa de difundir cultura ao povo, foram realizadas 88 audições musicais, 290 espetáculos no Teatro São Pedro, 99 audições pela Discoteca Pública e 33 audições radiofônicas sôbre compositores rio-grandenses.

Além disso, entre várias outras atividades culturais, foi criada a Biblioteca de Folclore e promovidas várias conferências e congressos tradicionalistas.

A educação física e a assistência educacional mereceram especial atenção. As atividades relativas às colônias de férias para escolares tiveram sensível impulso, com 10 unidades em funcionamento, tendo sido atendidos, no último verão, 4.037 escolares. Foram distribuídas merendas para 50.000 escolares, por intermédio de 777 unidades escolares.

Senhores Deputados.

O Rio Grande do Sul foi abalado, dia 7 do corrente, pelo trágico acidente aviatório ocorrido na cidade de Bagé, onde foram destruídas vidas preciosas de filhos seus.

Recebeu o Govêrno, então, um impacto doloroso pela perda irreparável de seu ilustre e saudoso Secretário de Educação e Cultura, o Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha.

Desnecessário se torna ressaltar nesta Colenda Assembléia, as qualidades do invulgar homem público, cuja brilhante trajetória nesta Casa ficou gravada na memória de todos que com êle conviveram.

Liberato Salzano Vieira da Cunha dedicou-se integralmente e tudo deu de si pela causa do ensino no Rio Grande do Sul. Refletem de todos os atos de sua gestão, as virtudes de seu caráter

e limpidez de seu insuperável valor espiritual. Verificamos que vivendo êle tão pouco, pôde, entretanto, realizar muito. Deixou estabelecidas as linhas mestras de ação e planejados os trabalhos de sua importante Secretaria, realizando, assim, o básico e o fundamental para estruturar a educação e a cultura das gerações futuras.

O legado que nos deixou o saudoso Secretário de Educação, acha-se corporificado no Plano Quinquenal de Construções Escolares, trabalho de envergadura, que virá solucionar o crescente déficit de prédios escolares, o qual por si só consagra sua administração naquela Pasta

Encontramos na bem elaborada exposição de motivos que fundamentou a planificação, os seguintes itens, que elucidam perfeitamente como foi equacionado o problema.

O déficit escolar existente, somente quanto ao ensino primário, é na ordem de 168.577 crianças. A população escolar do nosso Estado, atingiu em 1956, a 716.449 crianças, de 7 a 11 anos; dêsse montante, atendem os estabelecimentos particulares, 12,5%, as escolas municipais 34% e as estaduais 30,5%, correspondendo os restantes 23% a crianças sem escola.

A solução do problema da falta de prédios escolares, apresenta-se como basilar para enfrentar o do déficit escolar, o qual, de ano a ano, pelo índice técnico do crescimento populacional no Rio Grande do Sul, é acrescido de mais 18.843 crianças.

Estão funcionando atualmente, no Estado, ao todo 1.495 unidades escolares, assim distribuídas: 751 grupos escolares, 144 escolas isoladas, 146 escolas reunidas, 330 escolas rurais, 49 escolas normais de 2.º grau, 20 escolas normais de 1.º grau, 9 escolas normais rurais, 37 ginásios e 9 escolas profissionais.

Dessas escolas, apenas 397 funcionam em próprio estadual. As restantes, ou sejam 75%, estão instaladas em prédios alugados ou cedidos. Em geral, tratam-se de casas de residência adaptadas e em alguns casos até galpões, mal divididos e mal iluminados, o que torna o trabalho didático difícil e até mesmo precário.

No "Plano Quinquenal de Construções Escolares" estão previstas as principais necessidades do Estado, nos próximos 5 anos, em todos os graus e ramos de ensino.

Nesses 5 anos é prevista a realização das seguintes construções:

	Cr\$
a) 1.500 salas de aulas para 120.000 alunos de escolas primárias (salas de 40m ² , para 40 alunos ou sejam 80 em dois turnos)	300.000.000,00
b) 700 escolas rurais com residência para o professor, para abrigar 56.000 alunos, ou sejam, 40 em cada turma, 80 em dois turnos	350.000.000,00

c) Ampliação e conclusão de escolas normais	50.000.000,00
d) Construção e ampliação de ginásios	150.000.000,00
e) Desenvolvimento do plano de escolas profissionais	150.000.000,00
	<hr/>
Investimento total	1.000.000.000,00

Assim, para que sejam atendidas as necessidades mais urgentes em matéria de prédios escolares, é necessário que o Estado aplique, no mínimo, duzentos milhões de cruzeiros por ano, neste próximo quinquênio.

Pelo esquema financeiro do Plano, o Estado cobriria a inversão prevista de 1 bilhão de cruzeiros, com os seguintes recursos:

a) Pela reserva, nos termos da Lei nº 2.136, de 26 de outubro de 1953, de Cr\$ 80.000.000,00 anualmente, ou sejam, Cr\$ 400.000.000,00 em cinco anos.

b) Com a venda do horto florestal da Viação Férrea, situado no Município de São Leopoldo; segundo os cálculos já feitos pelas Secretarias da Fazenda e das Obras Públicas, apurar-se-iam mais Cr\$ 300.000.000,00.

c) Cr\$ 50.000.000,00 seriam obtidos através do Fundo Nacional do Ensino Primário. Essa importância representa a quota provável que caberá ao Rio Grande do Sul através da distribuição que faz o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

d) Outros Cr\$ 50.000.000,00 seriam obtidos através do Fundo Nacional do Ensino Médio. Essa é, também, a quota provável do Rio Grande do Sul nos próximos cinco anos.

e) Mais Cr\$ 50.000.000,00 seriam conseguidos através de auxílios especiais da União, nos orçamentos federais dos próximos anos. Receberá o Estado, já nos próximos meses 10 milhões para a construção da Escola Técnica Parobé, apresentando ainda o orçamento da União para 1957 a dotação de vinte milhões para o ensino profissional.

f) Finalmente, Cr\$ 150.000.000,00 seriam obtidos mediante operações de crédito, que fôssem efetuadas com estabelecimentos bancários ou com a Caixa Econômica Federal. Esta última, em sua legislação, prevê, expressamente, a realização de empréstimos dessa natureza.

Torna-se desnecessário dizer mais sobre a conveniência e a oportunidade desse Plano. Não terá escapado à sensibilidade dos dignos Deputados que nenhuma despesa é mais reprodutiva do que esta, que se destina, precipuamente, à elevação intelectual dos riograndenses, ao seu preparo técnico e profissional, à sua libertação da miséria do analfabetismo.

Só prosperam e progridem os povos que se erguem espiritual-

mente através da larga disseminação da instrução em todos os graus.

Quando o Rio Grande ficar, afinal, liberto da chaga do analfabetismo, quando nossas escolas profissionais formarem um grande número de técnicos, quando nossos professôres primarem pela melhor formação intelectual, haveremos de conquistar invejável posição de liderança no concôrto da Federação.

Senhores Deputados.

Acabavamos de aprovar integralmente o referido Plano, quando houve o infausto acontecimento.

Entendemos que a melhor homenagem que o Govêrno do Rio Grande do Sul poderia prestar ao ilustre morto, seria transformar em lei, sem delongas, o projeto do Plano Quinquenal de Construções Escolares. Para tanto, terei a honra de, dentro de breves dias, enviar a esta egrégia Assembléia uma mensagem a respeito.

Seria a homenagem de todo o povo gaúcho àquele que se sacrificou pela causa do ensino, àquele que foi — na exata expressão das palavras — um bom cidadão e um exemplar homem público.

Empenhou-se a fundo, o Govêrno, no ano findo, em proporcionar à população do Estado as condições de boa saúde e desenvolver na coletividade uma ampla consciência sanitária.

Dentro dos recursos orçamentários disponíveis, promoveu o Departamento Estadual de Saúde as medidas assistenciais e preventivas não só pelos seus órgãos próprios, que compreendem Centros e Postos de Saúde e organizações hospitalares, como, também, amparando a iniciativa particular, de modo a estender o mais possível os benefícios de uma boa política sanitária a tôdas as regiões do território estadual.

Com a criação de novos municípios, surgiu a exigência de novos Postos de Saúde nas respectivas sedes municipais. Dependendo tal iniciativa de recursos orçamentários adequados, já enviou o Govêrno a esta colenda Assembléia Legislativa, projeto de lei a respeito.

Ainda não alcançou o Estado o percentual recomendado para as atividades relacionadas com a Saúde, correspondente a 10% da receita, não obstante o aumento contínuo das dotações orçamentárias do Departamento Estadual de Saúde nos três últimos anos, as quais em grandes números foram em 1955 — 191 milhões de cruzeiros; em 1956, 294 e, em 1957 — 316 milhões de cruzeiros.

Não puderam, infelizmente, os serviços crescer na mesma proporção que essas verbas, pois é sabido que o preço das utilidades para mantê-los subiu acentuadamente de custo, assim como os vencimentos do pessoal foram majorados. Para dar maior eficiência aos encargos dêsse setor da administração, torna-se necessário prover cargos técnicos com pessoal habilitado, construir prédios para Unidades Sanitárias, para a Colônia Agrícola de Alienados, para o Instituto de Cardiologia, equipamento para produzir vacinas de vá-

rios tipos, e todo um instrumental de trabalho indispensável para a tarefa imposta ao referido órgão.

No intuito de implantar e desenvolver a consciência sanitária da população, o Departamento Estadual de Saúde realizou 174 cursos educativos, cerca de 6.000 palestras foram proferidas e distribuídos mais de 9.000 impressos e folhetos e afixados mais de 8.000 cartazes, divulgando conselhos de saúde.

Na fiscalização sanitária dos estabelecimentos que manipulam gêneros alimentícios, foram postos em atividade os "Comandos Sanitários", que fizeram 5.592 visitas e lavraram 794 autos de infração.

A luta anti-culicidiana foi intensificada, mesmo durante o inverno. Foi aumentado o aparelhamento do Serviço de Saneamento de Focos, cuja quadro de funcionários também foi reforçado. Em agosto de 1956, o Ministério da Saúde e o Governo do Estado assinaram um acôrdo para o combate aos mosquitos em Pôrto Alegre e nas estações balneárias do Atlântico.

A campanha anti-culicidiana na base desse acôrdo já está em plena execução. O Departamento Estadual de Saúde com o seu Serviço de Saneamento, com o pessoal especializado, faz um tratamento que, apesar de sistemático, não extingue o mal. A extinção dos mosquitos, em Pôrto Alegre, só pode ser obtida mediante a prévia execução das obras de saneamento em sua quase totalidade da alçada da Prefeitura Municipal.

Na relevante tarefa de defender a população das doenças contagiosas ou transmissíveis, foram feitas as seguintes aplicações: vacinação anti-variólica, 443.465; anti-tífica, 232.815; anti-dif-térica, 30.953; contra a coqueluche, 10.025; pela B. C. G., 50.232.

No trabalho de proteção à maternidade e à infância, no ano de 1956, foram despendidos Cr\$ 8.265.000,00, dos quais mais de 3 milhões para Postos de Puericultura e um milhão e oitenta mil cruzeiros para instalação e ampliação de lactários secos. A mortalidade infantil ainda é alta no Estado, pois é superior a 70, isto é, para cada mil crianças que nascem vivas, morrem mais de 70 cada ano, antes de completar 12 meses de idade. Em Pôrto Alegre é muito alta, acima de 100. Entretanto em 1956, o coeficiente de mortalidade infantil na Capital do Estado foi de 103, o mais baixo até hoje registrado.

Nos Centros e Postos de Saúde foram atendidas 56.766 gestantes e distribuídas 1.507.697 mamadeiras a 4.680 infantes.

O Instituto de Pesquisas Biológicas, que congrega os laboratórios do Departamento Estadual de Saúde, intensificou o preparo de vacinas, tendo sua produção atingido a 1.154.461 doses.

O referido Instituto recebeu moderno aparelhamento para fabrico de vacinas anti-variólicas, seco, fornecido pela Repartição Sanitária Panamericana, em virtude de convênio assinado com o Governo do Estado. Esse aparelhamento permitirá ao Departamento

preparar a vacina anti-variólica que emprega na imunização da população.

A primeira etapa da construção do edifício para o Instituto de Pesquisas Biológicas foi iniciada, devendo ficar pronto para serem ocupados, dentro de um ano, dois pavimentos. O Instituto iniciou ensaios preliminares de cultura de tecidos, assunto que se reveste de grande importância prática em relação à luta contra a Pólio-mielite e outras viroses.

O Convênio assinado com o Serviço Especial de Saúde Pública, para execução de um programa de Saúde Pública nos municípios das regiões Fronteira Oeste e Litoral Nordeste, foi desenvolvido em 1956, com reais vantagens para os referidos municípios, no que tange à organização hospitalar, enfermagem, educação sanitária, imunização, aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, etc.

Com o Departamento Nacional de Endemias Rurais foi assinado um acordo, a vigorar de primeiro de janeiro de 1957, para intensificações do combate aos mosquitos em Porto Alegre e estações balneárias marítimas. Mesmo antes da data de vigência desse acordo com o Departamento de Endemias Rurais, já mantinha o DES estreita ligação com aquele órgão. Também com esse Departamento foi prorrogado o convênio que possibilita o entrosamento de atividades em comum, para o combate à Doença de Chagas. Ficou o Departamento Nacional de Endemias Rurais com o compromisso do expurgo de 100.000 moradias e o Estado com o da contribuição de Cr\$ 2.500.000,00.

Com o objetivo de empreender o combate à Verminose em melhores condições, assinou o Departamento Estadual de Saúde com o Departamento Nacional de Saúde um novo convênio, pelo qual aquela Repartição Federal cooperará com Cr\$ 700.000,00, além de realizar cuidadoso inquérito helmintológico nos escolares.

A peste branca continua sendo um grande inimigo da saúde pública, constituindo importante problema sanitário. O número de óbitos por tuberculose tem diminuído nos últimos anos, devido, principalmente, aos meios terapêuticos eficazes de que a medicina já dispõe e diagnóstico precoce que os recursos técnicos possibilitam. Nos 12 Dispensários Anti-Tuberculosos do DES, nos primeiros meses de 1956, foram inscritos 1.395 tuberculosos, feitas 118.398 abnegrafias e vacinados com BCG 27.718 recém-nascidos.

A mortalidade de tuberculose em Porto Alegre, em 1956, apresentando 125 óbitos por cem mil habitantes, é a menor até hoje registrada na Capital do Estado.

No Hospital São Pedro o movimento de entrada e saída de doentes alcançou a 4.577, sendo 2.867 homens e 1.710 mulheres. Nesse nosocômio foi concluída a construção do Pavilhão de Fisiologia e procedida a urbanização da área circunvizinha. Teve pros-

seguimento a construção do Pavilhão de Neuropsiquiatria Infantil e foram construídos o Salão para Proxiterapia e a Colchoaria.

Aos dispensários anti-venéreos do Departamento compareceram 20.691 pessoas para primeiro exame, de janeiro a outubro de 1956, sendo matriculados 7.713 casos de doenças venéreas. Foram feitos 69.070 exames de laboratório e aplicados mais de 25.000.000.000 de unidades de penicilina e 132.231 injeções diversas.

Em outros trabalhos ainda se empenhou com êxito o Departamento Estadual de Saúde: contra moléstias contagiosas, como a lepra, o tracoma, a hidatidose e outras doenças transmissíveis, e ainda contra o câncer e doenças do coração.

Determinou o Governo, a reestruturação administrativa do Departamento Estadual de Saúde, a qual está sendo estudada e elaborada por uma comissão de técnicos para isso especialmente designada.

Dentro dos princípios científicos que regem a técnica da administração e levando em conta o desenvolvimento, interdependência e complexidade dos serviços médico-sanitários e assistenciais que competem ao Estado, está sendo planejado um novo órgão com amplas atribuições no setor do serviço social.

A projetada Secretaria de Saúde e Assistência Social, entrará todos os atuais serviços médico-sanitários e assistenciais e sendo criados, ainda, o Departamento da Criança, o Departamento dos Serviços Sociais e Departamento de Saúde Mental. Este último departamento, tendo como núcleo básico o Hospital São Pedro, estenderá a assistência aos doentes mentais em todo o Estado, mediante uma maior elasticidade administrativa e uma efetiva e operante autonomia técnica.

O Rio Grande do Sul, com uma produção agrícola anual avaliada em 12 bilhões de cruzeiros e com uma população pecuária de valor superior a 11 bilhões, bem pode ser definido como o celeiro do Brasil e um dos mais fortes estais de sua estrutura econômica.

Daí a posição de destaque e a importância da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, órgão através do qual o Governo exercita fundamental função, qual seja a de orientar, amparar e estimular a economia rural gaúcha.

Dos trabalhos a cargo da Diretoria de Produção Animal, merecem especial relêvo os relacionados com a difusão de métodos modernos e racionais de criação, assistência profilática e terapêutica aos rebanhos, aquisições, a baixos preços, de produtos biológicos destinados ao combate a zoonoses. Sua ação se concretiza através de Postos Zootécnicos e Estações Experimentais Forrageiras — que desenvolvem a pesquisa técnica e o fomento à produção pecuária e por intermédio de 61 Inspetorias Veterinárias, que exercem o policiamento sanitário — e, finalmente, pelo Instituto

de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor", que propicia o lastro científico aos combates às epizootias e que elabora os produtos biológicos para tal finalidade.

As seguintes cifras refletem bem a extensão e profundidade das atividades da Diretoria da Produção Animal: o Serviço de Inseminação Artificial acusou um acréscimo de 18% sôbre as operações realizadas no ano anterior, aprimorando-se, assim, cada vez mais os rebanhos leiteiro e ovino; o Serviço de Suinocultura conta já com 80 criações em colaboração na região do Alto Taquari, a melhor forma de diretamente difundir os métodos de criação e aperfeiçoar os rebanhos; os animais inspecionados contra a sarna ovina atingiram a quase dez milhões de ovinos, tendo a incidência de sarnosos alcançado apenas a esfera de um por mil; o combate à peste suína teve o concurso de 330 vacinadores que vacinaram 4.170.900 suínos, localizados em 76 municípios; foram feitas 1.668.221 vacinações contra a febre aftosa; a raiva desmodina foi combatida com o concurso de 138 morcegueiros, os quais inspecionaram 10.909 propriedades rurais e extinguiram 15.601 furas; na luta contra a helmintose suína foram vacinadas 7.157.036 animais.

Não obstante a insuficiência dos recursos financeiros, que contou a Diretoria de Produção Vegetal para enfrentar a extensão e complexidade da tarefa que lhe cabe no setor de assistência ao produtor e fomento da produção, êstes trabalhos vêm, de ano para ano, alcançando maior penetração, encontrando maior receptividade e ganhando a confiança do homem rural.

No ano findo foram distribuídas cêrca de 3.000.000 quilos de sementes de espécies diferentes. Dentre as variedades de trigo figurou, pela primeira vez, a denominada "Prelúdio", criada na Estação Experimental Fitotécnica da Fronteira, que tem dado excepcional rendimento. Foram, ainda, distribuídas 154.120 mudas de espécies frutíferas diversas e 1.049.005 de essências florestais.

A formação de aradores-tratoristas continua a ser feita com entusiasmo e eficiência pelo Centro de Treinamento, sediado em Capela; no ano recém findo, cursaram 59 alunos, dos quais 56 lograram aprovação. Acha-se em fase final a organização de outro Centro de Treinamento — o de Hulha Negra.

Trabalho digno de nota, realizaram também o Serviço de Conservação do Solo e Serviço de Fixação de Dunas. Dispondo de 196 trilhadeiras a Diretoria da Produção Vegetal atendeu cêrca de 13.000 pequenos agricultores, beneficiando acima de 400.000 sacos de espécies diversas de cereais.

Foi iniciado o plano de "Lavouras Demonstrativas", visando o melhoramento das práticas agrícolas, por meio de demonstrações objetivas, das quais participam os próprios agricultores; pelos primeiros resultados obtidos e pelo interêsse despertado, pode-se con-

A Secção da Defesa Sanitária Vegetal prosseguiu com intensidade nos trabalhos de orientação ao contróle às pragas e no combate direto à lagarta dos triguais, da erva-mate, da soja e ao percevejo do arroz.

Os problemas relacionados com a experimentação e melhoramento das espécies vegetais, bem como referentes à fertilidade, são estudados e resolvidos através de uma rede de 7 estações experimentais, as quais têm concorrido substancialmente para o aprimoramento da agricultura sul-riograndense.

A Comissão Estadual de Silos e Armazéns, no exercício passado, viu os esforços despendidos coroados de êxito, diante da possibilidade material de iniciar a implantação da rede de silos e armazéns projetada para o Rio Grande do Sul.

O plano estadual foi cuidadosamente elaborado pela Comissão, tendo sido devidamente considerados todos os aspectos do problema, tais como de natureza econômica, técnica e financeira.

Posto em execução o sistema adotado, estará a produção agrícola gaúcha garantida com a estocagem e conservação das safras de cereais, justamente nos pontos de estrangulamento ora existentes em seu escoamento.

O pedido de financiamento para executar a primeira etapa do mencionado plano, solicitado pela Comissão, em 7 de agosto de 1954, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, teve sua solução definitiva somente em 23 de agosto de 1956, quando foi assinado com aquêlê estabelecimento bancário o termo de contrato nº 60, para o empréstimo de Cr\$ 224.000.000,00, mediante pagamento em quatro semestralidades.

A construção de 11 silos elevadores e de 4 armazéns será iniciada no corrente exercício, quando fôr recebida a primeira parcela do aludido financiamento, tendo sido já assinados os respectivos contratos com as firmas construtoras adjudicadas em concorrência pública.

Além do fundamental recurso financeiro representado pelo empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, contou a Comissão, no ano findo, com a receita proveniente de armazenagem em seus 10 atuais depósitos e com uma contribuição de Cr\$ 4.230.000,00 oferecida pelo Estado e mais com a parcela de Cr\$ 43.693.012,50, que lhe correspondem da Taxa de Transportes.

Parte dêsses recursos foram aplicados em reformas e conservação de armazéns, sendo que o saldo, no montante aproximado de 41 milhões de cruzeiros, será utilizado como complementação financeira na construção de silos elevadores e armazéns, bem como das respectivas aparelhagens e equipamentos.

Outro recurso de que, por fôrça da Lei número 2.891, de 2 de agosto de 1956, deveria ter contado a Autarquia, a partir de novembro do mesmo ano, foi a "taxa de cooperação para a cons-

trução de silos e armazens" fixada em 2% ad-valorem sobre o trigo da nova safra, em sua primeira transação comercial.

Essa taxa, destinada especificamente ao resgate dos títulos de amortização do empréstimo para a construção da rede fundamental de silos elevadores e à construção de novos armazéns e silos, não pode ser arrecadada no exercício por não haver, de acordo com o preceito constitucional, sido prevista na Lei de Meios. Para 1957, sua previsão foi feita em Cr\$ 84.280.000,00.

Os armazéns em funcionamento foram todos construídos pelo Ministério da Agricultura ou pelo Ministério e a Secretaria da Agricultura em regime de acordo, com recursos federais. As dificuldades de administração e de aplicação de recursos nesses armazéns induziram o Governo a solicitar sua passagem para o patrimônio da Comissão, providência esta constante do projeto de lei nº 1.422-56, ainda em tramitação na Câmara Federal.

O acordo para a administração dos armazéns, firmado entre o Estado e o Ministério da Agricultura, findou em 29 de dezembro de 1956. Como nenhuma das partes denunciou esse acordo o prazo de duração ficou automaticamente prorrogado por mais 5 anos conforme disposição expressa contida nesse documento.

O Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, cumpriu, no decorrer de 1956, o seu programa de fomento e assistência à produção leiteira.

A solução do difícil problema, com que as administrações anteriores se defrontaram, referente ao abastecimento de leite à população de Porto Alegre, acha-se devidamente equacionado e dentro em breve será definitivamente superado.

O plano de trabalho elaborado e que está sendo cumprido à risca, objetiva os seguintes pontos básicos: ampliação da rede abastecedora de leite ao DEAL, mediante a instalação de usinas para coleta e pasteurização de leite em novas zonas produtoras; maior produtividade dos rebanhos leiteiros, objetivada através do fornecimento de rações balanceadas, compra e revenda de vacas e reprodutores, assistência no preparo das terras para pastagens artificiais; utilização de leite em pó para suprir as deficiências do suprimento de leite, na inevitável época de escassez do produto, que sempre ocorre no período hibernar; e, finalmente, produção de leite em pó em fábrica própria, a fim de desidratar as grandes sobras de leite que sempre ocorrem no verão.

O Instituto Rio Grandense do Arroz tem disciplinado os preços do arroz, apesar de ter interferido em menor escala no mercado.

A percentagem das compras que era de 17% da safra do ano de 1955, decresceu para 9,2% no ano passado.

No ano findo, foram exportadas 100.000 toneladas de arroz, cujo produto, somado ao das vendas realizadas nos mercados nacionais, nestes dois anos, montou a Cr\$ 1.190.357.571,90. Com

o resultado dessas operações comerciais e mais a colocação dos estoques atuais, aos preços correntes, nos mercados do país, espera o Instituto atender ao pagamento da totalidade dos compromissos pendentes, reequilibrando, dêsse modo, sua situação financeira.

Houve um substancial aumento nas exportações do Estado. O aumento de 2.682.281 sacos de arroz beneficiado no ano de 1956 sobre o de 1955, representou a expressiva soma de Cr\$ 1.866.862.126,00.

O exercício de 1956 representou para o Instituto Rio Grandense do Arroz um período de fecundo labor em seu setor administrativo.

Foi realizado o reequadramento do pessoal pautando-o com a legislação em vigor para o funcionalismo civil do Estado. Foi, ainda, criado o Conselho Consultivo de Administração, órgão auxiliar da Direção, cuja necessidade há muito se fazia sentir, e destinado a estudar e apresentar parecer sobre assuntos gerais da Administração. Finalmente, foram reorganizados os serviços da autarquia, dando-lhes nova estrutura funcional e dispondo de um outro sistema de subordinação, de modo a comunicar-lhes maior eficiência e integrá-los melhor na interdependência geral.

Dentro de uma sadia orientação de repressão de gastos excessivos, foi realizada uma redução progressiva dos servidores excedentes nas Colônias Rizícolas de Palmares e Uruguaiana e nos órgãos burocráticos da autarquia.

Dêste modo, o IRGA com um quadro funcional de 592 servidores, baixou-o no exercício de 1956 para 374. Esta política, tendente a reduzir o número e aumentar a remuneração individual, já vai mostrando os seus frutos, melhorando sensivelmente, a qualidade do trabalho e, conseqüentemente, a produtividade dos recursos aplicados nos diversos setores das atividades autárquicas.

Continuou o Instituto Sul Rio Grandense de Carnes, no exercício de 1956, sua missão de estimular, fiscalizar um dos mais valiosos esteios da economia sul riograndense: defender o desenvolvimento da pecuária.

Os empréstimos e financiamentos a diversas cooperativas rurais e pastoris, montou a Cr\$ 11.792.098,50. Os auxílios e indenizações às marchanterias, referentes à Taxa de Merma atingiram a Cr\$ 7.546.853,00.

O abate global, no ano de 1956, foi de 498.543 reses, sendo para charque 372.082 cabeças e para a indústria do frio e conservas 126.461.

Na abertura da safra, os preços médios vigorantes foram de Cr\$ 8,50 para novilhos e de Cr\$ 8,00 para vacas. Com o desenvolvimento das matanças, o preço médio alcançou as cotações de Cr\$ 11,00 para novilhos e Cr\$ 10,00 para vacas.

Das 372.082 reses, abatidas para charque em 1956, há a exportar, cerca de 195.928 fardos de charque, os quais terão o

seu escoamento em colas mensais de exportação, na base de 20% sobre a existência de cada estabelecimento. Tal medida virá resguardar o interesse da classe saladeril e melhorar a situação dos mercados consumidores de charque.

Extensão e complexidade são as características do trabalho realizado, no ano findo, pela Secretaria das Obras Públicas, tendo a mesma efetivado toda uma série de empreendimentos relacionados com os serviços de saneamento e urbanismo, de construção e conservação de edifícios públicos, de irrigação, de aeroportos e de comunicações.

No setor de construção de edifícios públicos destacam-se as obras do Colégio Estadual Julio de Castilhos, do Departamento de Polícia Civil, do Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar, das ampliações da própria Secretaria das Obras Públicas e do Colégio Estadual "Lemos Junior", nas quais foi despendida a importância de Cr\$ 34.496.209,60.

Em serviços de conservação de prédios foram atendidas 127 obras diversas, tendo havido um dispêndio total de Cr\$ 15.138.653,60.

A Diretoria de Saneamento e Urbanismo, por intermédio dos Serviços Industriais comanda atualmente a exploração industrial do abastecimento de água e esgoto em 38 cidades, sendo que destas, 10 são servidas de água e esgoto, enquanto que 20 somente com água. Durante o exercício em referência foram produzidos no conjunto das hidráulicas 15.037.611 m³, dando uma média diária de, mais ou menos, 41.769 m³. Pela apropriação do custo realizada, o preço médio do m³ de água, devidamente testada e distribuída, foi de Cr\$ 1,93.

No ano de 1956, as despesas com a execução de obras em 36 hidráulicas do interior, inclusive ampliações de rede de água e de esgoto, foi de Cr\$ 78.903.089,00.

A Comissão Especial de Obras de Irrigação realizou importantes estudos, relacionados com os projetos e execução de obras de irrigação, tendo concluído o levantamento topográfico plani-altimétrico em Nova Petrópolis, Barra do Arroio do Ouro, Vale Real, Picada Cará, Arroio Feliz, para os estudos do planejamento de agricultura irrigada na área das margens do rio Caf. Igualmente foi feito idêntico trabalho nos locais denominados Pacheco, Águas Claras, Barro Vermelho, Fazenda 4 Irmãos, Banhado Passo Grande, além de outros situados nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Gravataí e Canoas, para estudos de drenagem e de recuperação do banhado Chicoloma e de todo o vale pantanoso do rio Gravataí.

Foi criado o serviço de Fiscalização de Açudes, tendo em vista a obrigatoriedade de licença prévia para a construção de barragens e canais, realizadas por particulares, obrigatoriedade essa determinada pela Lei número 2.434 de 23 de setembro de 1954.

Para tanto, tornou-se necessário executar um levantamento cadastral, procedendo-se a relação dos açudes já existentes, com sua localização e suas características principais, tendo já sido cadastrados os açudes de Pelotas, Alagrete, Camaquã, Tapes, Bacias dos Arroios Velhao e do Butiá, Santa Rita, Cordeiro, Arroio dos Orfãos, Arroio Medina, Banhado do Colégio e Arroio Duro.

O Serviço de Sondagens Geológicas, para complementação de projetos de barragens, efetuou diversos serviços de sondagens geológicas, em colaboração com o Instituto Tecnológico, sendo as principais executadas na barragem do Arroio Duro e na barragem do Ibirapuitã e Pai Passo.

O Departamento Aeroviário, no setor de construção e conservação, executou diversas obras em 24 aeroportos. Foram procedidos também, estudos e projetos para inúmeros serviços nos aeroportos de 26 cidades do Estado.

A Comissão Estadual de Comunicações procedeu às atividades programadas referentes ao estudo, coordenação e planificação de serviços telefônicos em geral, à fiscalização dos serviços permissivos, à realização de tombamentos dos bens das emprêsas, estudos e propostas de revisão de tarifas, além da montagem de linhas e centros telefônicos de longa distância por administração direta e em regimen de cooperação com as Prefeituras intercrossadas e assistência técnica aos municípios para ampliação e reforma de seus serviços.

Dentre as principais atividades do Conselho Estadual de Turismo, cabe ressaltar a conclusão do Paradoiro do Morro Reuter, o qual já foi inaugurado e pôsto em funcionamento; a elaboração do plano de fomento do turismo no Rio Grande do Sul — providência preliminar do Conselho de Turismo; a desapropriação dos rochedos de Tôrras — já efetivada, os quais, por sua atração natural, justificam àquela medida; as obras de acesso às furnas de Tôrras — motivo de atração turística de relevante importância — e que se encontram em fase de conclusão; os parques de turismo no Taimbèzinho, Cascata do Caracol e Pinhal, em fase de elaboração e as obras de ampliação do balneário de Iraí, já executadas.

Prosseguindo na execução do programa que lhe foi traçado, no sentido de desenvolver um eficiente transporte hidroviário, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais tem intensificado a atividade dos seus múltiplos órgãos, visando atender às necessidades de cada um, de acôrdo com as imposições técnicas decorrentes do seu maior aproveitamento.

A exiguidade dos recursos próprios, com que contava a Autarquia, impedia uma inversão mais significativa e condizente com as necessidades sentidas em diversos setores. Entretanto, com a criação da Taxa de Transporte e a sua conseqüente distribuição, permitiu a êste Órgão estabelecer desde logo um programa de

obras e realizações inadiáveis, e empenhar-se em sua pronta concretização.

Entre as grandes obras para as quais foram feitas concorrências públicas e que deverão ser custeadas pela Taxa, podemos enumerar as seguintes, além de muitas obras de menor envergadura.

Barragem de Bom Retiro, com custo avaliado em	Cr\$	450.000.000,00
Quatro armazéns de 3. ^o linha em Rio Grande com custo contratado de ...	Cr\$	32.242.490,00
Quatro Batalões para a Divisão de Vias Fluviais com custo contratado de ..	Cr\$	5.472.580,00
Duas Sub-estações retificadoras para o Pôrto de Pôrto Alegre, com custo contratado de	Cr\$	5.320.223,00
Quatro Lanchas rebocadoras para a Divisão de Vias Fluviais com custo aproximado de	Cr\$	4.828.370,60
Instalação de água, esgôto e sanitários no Cais de Navegantes, com custo aproximado de	Cr\$	4.882.832,60

O pôrto de Pôrto Alegre, registrou o seguinte movimento: navios que operaram no cais: Cabotagem e Longo-Curso, 2.186; Fluvial, 31.491. O movimento de mercadorias atingiu a 3.459.437 toneladas, dando uma arrecadação geral, no ano findo, de Cr\$ 144.874.920,60.

O pôrto de Rio Grande teve uma receita de Cr\$ 146.773.039,10, registrando o seguinte movimento portuário: navios que operaram no cais: Longo-Curso e Cabotagem, 1.672; Pequena Cabotagem lacustre, 5.982; movimento de mercadorias: longo-curso: importação, 828.644 toneladas; exportação, 155.556 toneladas; cabotagem: importação: 298.808 toneladas; exportação: 338.520 toneladas; fluvial: importação, 166.278 toneladas; exportação, 558.032 toneladas, com um total geral de 2.345.838 toneladas.

A receita do pôrto de Pelotas atingiu a Cr\$ 16.250.217,90 e o movimento de embarcações foi o seguinte: longo-curso e cabotagem, 310; pequena cabotagem, fluvial e lacustre, 984; movimento de mercadorias: longo-curso: importação, 6.806 toneladas e exportação, 295 toneladas; cabotagem: importação, 7.454 toneladas e exportação, 105.211 toneladas; fluvial: importação, 49.054 toneladas e exportação, 20.107 toneladas, com um movimento total de 248.927 toneladas.

Atribuindo às Diretorias Técnicas e Industriais, das diversas Divisões, as tarefas consentâneas com as suas peculiaridades específicas, e orientando-as no sentido de uma melhor e maior pro-

dução, o Departamento ingressou em uma fase de positiva concretização das suas finalidades, buscando na eficiente realização das operações fundamentais, o elemento básico do perfeito funcionamento do conjunto.

Não perdendo de vista o alvo que se impôs, de organizar um completo sistema de transporte hidroviário, o Departamento tem procurado ampliar os horizontes de trabalho em que opera, sem contudo introduzir modificações bruscas e prejudiciais, nos numerosos serviços que integram o seu organograma.

As atividades do Departamento Autônomo de Carvão Mineral, que no exercício de 1956 prosseguiram dentro de um ritmo de trabalho amplamente satisfatório, tendo sido registrada a maior produção desde a sua fundação, com uma extração de 104.000 toneladas de carvão.

Foram acelerados os programas de construção de novas instalações e ampliação de seu parque industrial, além do requisição de suas oficinas e do maquinário específico à mineração. O levantamento da bacia carbonífera prosseguiu com invulgar êxito, tendo sido delimitada uma nova jazida de carvão, na divisa de Rio Pardo com Cachoeira do Sul, de estratégica localização no panorama geo-econômico do Estado, com uma reserva tascada, da ordem de 270 milhões de toneladas exploráveis e capaz de fornecer carvão com características análogas ao da Mina do Leão.

O resultado econômico da gestão foi satisfatório.

Com um aumento de 20% sobre a produção de carvão do ano anterior, o resultado final da exploração foi em parte prejudicado por dois fatores imprevistos.

Um deles proveio das camadas mineradas em que foi encontrado carvão de qualidade inferior, de baixa caloria, o que veio influir no preço de venda, desde que este é calculado na base do teor calorífico. O outro, adveio do aumento do custo da produção, que, além de ter sido influenciado pelo encarecimento geral dos materiais, foi alvo, ainda, do aumento do salário mínimo e, em consequência, da reestruturação geral dos salários, indispensável ao resguardo dos níveis da hierarquia do operariado.

A situação financeira melhorou sensivelmente em 1956, em confronto com o exercício anterior, por isso que foi possível receber com regularidade, do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, o valor dos fornecimentos feitos à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, o que possibilitou ao Departamento Autônomo do Carvão Mineral atender os compromissos com os fornecedores e manter em dia o pagamento dos salários dos mineiros.

Graças aos recursos provenientes da Taxa de Transporte, foi possível ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, no exercício de 1956, executar um programa rodoviário de envergadura, abrangendo pavimentação asfáltica, construção de novas es-

tradas, terraplenagem, pontes e conservação nas rodovias estaduais e federais.

No setor estadual foram construídos os seguintes trechos de estradas, com trabalho de terraplenagem, uma extensão de 65 kms: Montenegro-Taquari, Novo Hamburgo-Campo Bom e Cruz Alta — Em 8 da FR Cruz Alta-Ijuí, Morro Alto-Capão da Canoa, Caxias-Farroupilha, Nova Prata-Casca, São Luís-Cerro Largo, Panambi-Palmeira, Ijuí-Chorão, Sinimbu-4 Léguas, Candelária-Botucaraí, Cerro Chato-Camobi, Erechim Getúlio Vargas, Carazinho-Sarandi, Cangussu-Passo das Carretas, Passo das Carrelas-Caçapava, Marau-Casca, e Santa Cruz-Venâncio Aires.

Além disso, foram conservados 8.360 kms. de estradas estaduais, que formam a rede a cargo do Departamento.

Receberam pavimento asfáltico 54 kms de estradas, pertencentes aos seguintes trechos: Osório-Iramandaí, Porto Alegre-Viamão, Santa Cruz-Vila Tereza, Uruguaiana-Exposição, Santa Maria-Camobi, Rincão do Cascalho-Montenegro, Nova Petrópolis-Canela, Gravataí-Taquara, Taquara-São Francisco, Carazinho-Não-Me-Toque, Pelotas-Rio Grande, Passo Fundo-Marau e Novo Hamburgo-Campo Bom.

Foi concluída a ponte sobre o Sangradouro João Pedro, no trecho Morro Alto-Capão da Canoa, com a extensão de 70 metros, em concreto armado. Continuando os trabalhos de construção das pontes de concreto armado sobre o Arroio Touro Passo com 128 metros, Arroio Camaquã das Lavras com 74 e Rio Jacuí Mirim com 92,30 metros. Também continua em construção a ponte metálica (aço) sobre o Rio Vacacaí Passo do Verde, com uma extensão de 180 metros e, ainda, a ponte sobre o Rio Jacuí, no trecho Rio Pardo-Encruzilhada, com um comprimento de 647 metros, em concreto armado e protendido.

Foram executados serviços de reparações, nas seguintes obras de arte, trabalhos ósses que já se acham concluídos: Ponte sobre o Arroio Grande, no trecho Pelotas-Jaguarão, de aço, com uma extensão de 124 metros; Ponte sobre o Arroio Bretanha, de aço, com uma extensão de 16,50 metros, no mesmo trecho e ponte sobre o Arroio Juncal, de aço, com 16,50 metros, também no trecho Pelotas-Jaguarão.

Prosseguiram os trabalhos de reparação da ponte de aço sobre o Rio Camaquã, com 274 metros de extensão e da ponte de aço sobre o Rio Piratinim, com 289 metros, ambas no trecho São Luís-São Borja.

Por delegação do Governo da União, foram executados 85 km de estradas, pertencentes aos trechos seguintes: Guaíba-Entroncamento com a ER Cachoeira-Caçapava, Guaíba-Pelotas, Quinta-Santa Vitória-Chuí, Pelotas-Pinheiro Machado-Bagá, Livramento-Dom Pedrito-Bagá e BR-14 (Transbrasiliana).

Recebeu pavimento asfáltico um trecho de 5,6 km da BR-77, LRF. Pelotas-Rio Grande.

Foram concluídas as seguintes pontes de concreto armado: Arroio das Pedras, com 96,70 metros no trecho Pelotas-Bagó; Canal Caiubá, com 70 metros no trecho Quinta — Taim; canal do Aguirre, com 40 metros no trecho Quinta-Santa Vitória e Viacuto do Taquara, com 5,00 metros no trecho Pôrto Alegre-Uruguaiana; Arroio Dom Marcos, no trecho Pantano Grande-Irapuá, com 48 metros de extensão e sôbre o Arroio Santa Isabel, no trecho Camaquã-Pelotas, com 50 metros de comprimento. A ponte de madeira, provisória, sôbre o rio Ibicui, com 300 metros, no trecho Livramento-Dom Pedrito, conta com 50% do trabalho já realizado.

Foram iniciadas as obras de arte de concreto armado sôbre o Arroio Pequiri, com 112,72 metros, no trecho Pantano Grande-Irapuá; sôbre o Arroio das Palmas, com 66,14 metros, no trecho Pantano Grande-Irapuá e a de concreto protendido, com 270 metros, sôbre o Rio Taquari, no trecho Taquari-Venâncio Aires.

É de salientar, ainda, os trabalhos de construção da grande ponte sôbre o rio Guaíba, que permitirá a ligação Pôrto Alegre-Guaíba, com excepcionais vantagens para o desenvolvimento econômico da zona sul do Estado. Esse notável empreendimento prossegue em ritmo acelerado, devendo a ponte ser inaugurada no 1.º semestre de 1958.

A execução das obras e serviços do Plano de Eletrificação prosseguiu em ritmo seguro no exercício de 1956.

O Governo tem dedicado especial atenção ao problema da produção e distribuição de energia elétrica, dentro do escôpo fundamental de proporcionar o desenvolvimento industrial do Estado, criando novas fontes de riqueza e estimulando sua economia.

A potência das usinas operadas pela Comissão Estadual de Energia Elétrica elevou-se para 127.237 kw, o que representa um acréscimo de 42.075 kw sôbre o ano anterior. Sendo a potência instalada de luz e força, das empresas particulares, de 54.876 kw, verifica-se que o Estado já produz cêrca de 70% da potência total instalada no Rio Grande do Sul.

A par do crescimento da potência instalada, como é natural, aumentou o número de localidades servidas pela Comissão Estadual de Energia Elétrica. Em 1955, os diferentes Sistemas serviam a 65 sedes municipais e 126 distritos, vilas e povoados. No exercício de 1956, o número de sedes municipais atendidas elevou-se para 74, além de 159 distritos, vilas e povoados, num total de 233 localidades. A produção bruta de energia elétrica, por seu turno, apresenta os seguintes índices: usinas hidráulicas, 133.270.858 kwh; usinas térmicas, 81.846.320 kwh (diesel) e mais 81.083.000 kwh (carvão), perfazendo, pois, um total de 296.200.178 kwh.

No ano findo foram encampados os serviços de eletricidade de mais quatro sedes municipais e seis distritais. Deve ser assinalado,

outrossim, como fato marcante, a conclusão das obras da Central Canastra, integrante do Sistema Bugres-São Jerônimo. Canastra entrou em funcionamento experimental em dezembro do ano findo, ensejando, por outro lado, já em 1957, o predomínio das usinas hidroelétricas — 71.447 kw — contra 55.790 kw das usinas termoelétricas.

Verificou-se, entretanto, em relação ao ano de 1955, um aumento de 18,05% nos fornecimentos de força às indústrias, sendo de 98.682,76 HP, atualmente, a potência instalada.

Foram realizados, ainda, estudos para o aproveitamento hidroelétrico de diversos rios, como o das Antas, Passo Fundo e Taínhas, e para a construção de barragens de acumulação no Saltinho e Capigui, alguns dos quais continuam em andamento.

Puderam ser concluídos os anteprojetos de uma usina hidroelétrica no rio Ibirapuitã, no município de Alegrete, e da blindagem do túnel forçado e das ramificações para a Central Jacuí.

Também foram concluídos os projetos da usina hidroelétrica Blang; das barragens Laranjeira (variante) e Divisa do revestimento do túnel forçado Jacuí; da consolidação do Arroio São Paulo, a montante da Central Canastra; do alargamento da ponte de concreto armado sobre o rio Santa Maria; da ampliação da usina Diesel Quaraí, bem assim outros projetos menores.

Além de diversos projetos termoelétricos, foram projetadas usinas Diesel em Farroupilha, Cruz Alta e Tôres, e a instalação de grupos diesel-elétricos em Cachoeira do Sul, Bagé, Dom Pedrito, Alegrete, Uruguaiana, Livramento, Lagoa Vermelha, Erechim, Santa Maria e Jaguarão, alguns dos quais já foram montados.

A Comissão Estadual de Energia Elétrica teve uma receita global de Cr\$ 622.000.000,00, e uma despesa de Cr\$ 610.000.000,00. Somente os Serviços Industriais apresentou uma receita de Cr\$ 219.730.708,60, contra uma despesa de Cr\$ 204.164.314,40. A arrecadação da Taxa de Eletrificação alcançou a soma de Cr\$ 397.810.237,50.

Deseja o Governo antecipar ao máximo a execução do Plano de Eletrificação do Estado. Os próximos anos serão decisivos para a redenção da economia gaúcha, estando já assentadas as bases para um novo esquema de realizações da Comissão, tendo em vista uma acentuada melhoria dos recursos financeiros, tanto ordinários como extraordinários, como é o caso do empréstimo de 18 milhões de dólares com que o Rio Grande do Sul será contemplado no plano federal de energia elétrica.

Já no presente exercício contamos com a conclusão da usina de Ernestina, no município de Passo Fundo, bem como o início de obras de envergadura, tais como a Central Hidroelétrica Jacuí, com suas linhas de transmissão e subestações e, ainda, as linhas e subestações do sistema Candiota-Paredão.

Com a construção das usinas sobre os rios das Antas, Taínhas

e Passo Fundo, atualmente em estudos avançados, teremos um potencial de 450.000 kwh. Com a conclusão das usinas de Jacuí, Ernestina, Charqueadas e o aumento das de São Jerônimo e Cândota, teremos nesse potencial elevado para 235.000 kwh. Dêste modo, o Estado poderá dispor, até 1963, de uma produção de energia elétrica acima de 800.000 kwh, ou seja, 5 vezes do que a potência atual.

A situação econômico-financeira em que se encontra a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, não foge ao quadro alarmante com que se apresenta o transporte ferroviário nacional.

O aumento feito aos servidores da ferrovia gaúcha, em virtude do novo nível do salário mínimo, decretado em agosto último, ainda mais comprometeu seu custeio, cujas despesas de operação já somam ao dôbro da respectiva receita, representando tal deficit um ônus aos cofres públicos de, aproximadamente, Cr\$ 2.200.000,00 por dia.

Apresentou a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no exercício de 1956, um deficit acima de 800 milhões de cruzeiros, o qual será coberto pelo Governo Federal mediante uma contribuição de Cr\$ 660.511.455,00, constante já de sua lei orçamentária.

A atual incapacidade financeira da Viação Férrea decorre do acúmulo dos prejuízos verificados em sua exploração industrial, já há longos anos. Uma errônea orientação econômica, fatalmente conduz a uma insustentável situação financeira, originando-se, assim, um verdadeiro círculo vicioso, que vem agravando o problema de ano a ano.

Necessita a Viação Férrea de melhoramentos materiais de grande vulto. Além do contínuo desgaste de sua via-permanente, numa extensão de 4.148 quilômetros, inadiável se torna a recuperação e renovação do material rodante, das oficinas e de todo um instrumental de trabalho obsoleto e quase inoperante.

Entretanto, acha-se a ferrovia gaúcha impossibilitada, financeiramente, de executar os projetos já elaborados no sentido de revitalizar os serviços ferroviários. Pretende, agora, o Governo da União equacionar a solução do angustiante problema que representa a manutenção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, mediante a criação da Rêde Ferroviária Nacional S. A., entidade que irá unificar as diversas empresas pertencentes à União, ou por ela administradas.

A organização das unidades da rêde ferroviária nacional, no estilo e estrutura das empresas de iniciativa privada, possibilitará ao que parece, a restauração e modernização das atuais estradas de ferro, na iminência, algumas delas, de um total e irreparável colapso.

Estuda o Governo do Estado, atualmente, a oportunidade de incluir-se a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, na Rêde Ferro-

viária Nacional S. A. e conseqüente rescisão do respectivo contrato de arrendamento que mantém com o Governo Federal. Na devida oportunidade — após solucionados os vetos apostos pelo Exmo. Senhor Presidente da República à lei que criou a Rede Ferroviária Nacional S. A. — o Governo do Estado decidirá em definitivo sobre o assunto.

Apesar de tudo, o Governo do Estado não tem poupado esforços para levar avante o programa de reaparelhamento parcial da Viação, o qual vem sendo atacado com a intensidade compatível às possibilidades financeiras do Tesouro estadual.

No propósito de melhorar os índices econômicos de rendimento do transporte ferroviário, foram adquiridas 20 locomotivas diesel-elétricas, para reforçar o parque de tração e mais 4 composições diesel-hidráulicas de 3 corpos, além de 121 vagões fechados de 36 toneladas e 9 vagões gôndolas de igual capacidade.

No setor de recuperação, as oficinas da Viação Férrec executaram trabalhos de reparação geral em 157 locomotivas, 967 vagões de carga, 63 de passageiros, 5 carros-motores, 25 automóveis da linha e 6 caminhões.

Na linha permanente, foram substituídos 88.440 metros de trilhos nos principais traçados, além da construção e conservação de pontes e viadutos.

No período de janeiro a dezembro de 1956, o Governo do Estado fez à Viação Férrea suprimentos no valor total de Cr\$. 269.953.467,00, para que atendesse as seguintes despesas de sua exclusiva responsabilidade:

Despesa de desapropriação da Variante do Arroio do Sé	Cr\$	11.521.683,00
Pagamento de vantagens a inativos	Cr\$	65.488.199,50
50% abono familiar aos ativos	Cr\$	126.146.360,40
Para outros fins, tais como juros e cobertura de déficits	Cr\$	66.797.225,00

O Departamento do Serviço Público iniciou em 1956, de forma sistemática, os trabalhos, análises e estudos, visando a concretização da ampla Reorganização dos Serviços do Estado, a fim de estruturá-los, em ordem a aumentar-lhes a eficiência, dar-lhes fecunda operosidade e reduzir a burocracia, atendendo uma antiga aspiração comum dos corpos executivos e legislativos, que se têm sucedido na administração riograndense.

Concluídos, em novembro último, os levantamentos da atual situação dos serviços nas repartições da Capital e do interior, prossegue agora a importante fase de análise e crítica.

De outra parte, continuou a vigorar o convênio com a Faculdade de Economia e Administração da Universidade do Rio Grande do Sul, através da ministração de vários cursos dirigidos à for-

mação e aperfeiçoamento, dos servidores públicos estaduais. Com isso, tem pretendido o Departamento do Serviço Público fortificar, à viva voz e decidida ação, a idéia de se estabelecer, no Rio Grande do Sul, de forma disciplinada e regular, ensino efetivo, visando preparar cidadãos para os altos misteres de chefia, nas repartições, bem como elementos inspirados e orientados pelos princípios científicos, que regem a administração pública, pois que, na época moderna não é mais possível desconhecer a ciência e a técnica da administração.

De par com a elevação do nível de cultura geral, decorrem, de imediato, disso, a especialização profissional do servidor público e o surgimento de uma consciência votada à causa do Estado. A Escola Superior de Administração, que, em breve, espera-se, possa vir a funcionar, nesta Capital, representará, sem dúvida alguma, um passo agigantado, na realização desses ideais de dotar a administração riograndense de elementos, com elevados índices de preparo e visão dos conhecimentos, atinentes a esse setor de atividade.

Acresce ressaltar, ainda, o imanente dinamismo com que o Departamento do Serviço Público tem administrado e aperfeiçoado o plano de classificação de cargos, implantado no Rio Grande do Sul de forma pioneira dentro do território nacional, o qual tem orientado as estruturas básicas da organização de pessoal, no Estado.

Não descurou o Governo, também, o setor de previdência e assistência social ao servidor público estadual.

O Instituto de Previdência do Estado, em mais uma etapa de suas atividades, prosseguiu na árdua incumbência recebida, tendo mantido a completa normalidade de seus serviços os quais ainda não atingiram a plenitude de sua expansão, em virtude das limitações de recursos inerentes às instituições de seu gênero.

Em novembro de 1956, nos dias 24 e 25, realizou-se em Tôres a II Reunião dos Governadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para o exame dos problemas econômico-sociais e administrativos dos dois Estados.

O conclave teve um êxito excepcional. Múltiplos assuntos foram abordados, com proficiência e segurança, por técnicos abalizados e esclarecidos, de ambos os Estados. As indicações, recomendações, acórdos e convênios aprovados revestiram-se de um profundo senso de objetividade, visando, sempre, o entrosamento de esforços e o equacionamento, em conjunto, dos problemas comuns às regiões fronteiristas de ambos os Estados.

O temário constou dos assuntos ligados à agricultura e pecuária, comunicações telefônicas, energia elétrica, transportes ferroviário e rodoviário, fiscalização tributária, recuperação da planície costeira, saúde pública e desenvolvimento do turismo.

Desejamos ressaltar, pela sua real significação, o convênio relativo ao aproveitamento do Estreito do Rio Uruguai. A usina

hidráulica do Estreito será construída, mantida e utilizada por ambos os Estados; foi obtida, também, a cooperação do Governo da União, o qual executará as obras civis, tendo, para tanto, pela Lei n.º 2.961, de 23-11-56, determinado a consignação, nos próximos seis orçamentos da União, de um montante de Cr\$ 360.000.000,00 para cobrir as despesas com a barragem e obras correlatas.

O Estado do Rio Grande do Sul continua a participar dos trabalhos da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, que antretanto, após a última reunião do seu Conselho Deliberativo, em São Paulo, em abril de 1956, não mais se reunira.

Recentemente, em 30 e 31 de março último, foi Florianópolis sede da VI Conferência dos Governadores dos Estados da Bacia. A imprensa bem mostrou o que foi a significação da Conferência, a cuja sessão de encerramento estiveram presentes o Sr. Presidente da República, cinco Governadores e dois representantes de chefes executivos estaduais.

O temário, que mereceu amplo exame das representações dos Estados, por si só diz da importância dos assuntos que a referida Comissão vem estudando. Ei-lo:

Ponto de vista dos Senhores Governadores em relação a CIBPU, face à Lei n.º 2.976, de 28-11-56.

— Aproveitamento hidroelétrico do Urubupungá — Constituição de Urubupungá S. A. — convênio para utilização da dotação orçamentária.

— Rio Paraná — melhoramentos dos baixios da foz do Paranapanema — interligação de levantamentos e réguas-pontes de Presidente Epitácio e Sete Quedas — dotação federal para melhoria da navegação Paraná-Parnaíba.

— Sete Quedas — autorização para estudos iniciais de aproveitamento hidroelétrico de Sete Quedas e de sua transposição numa via navegável.

— Rios Paranapanema-Ivinhema — revisão de orçamento dos projetos em curso.

— Rio Pardo — Iguatemi — prosseguimento dos estudos e levantamentos em curso, inclusive os de transposição das bacias do Prata e do Amazonas.

— Planícies costeiras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul — Ligação Laguna-Pôrto Alegre.

— Carvão Nacional — aproveitamento de suas cinzas.

— Ligação Ibicuí-Jacuí — colaboração da Comissão: ligação direta de Pôrto Alegre ao Atlântico.

— Rio Ivaí, Piquiri — Iguaçu — estudos de seus aproveitamentos hidroelétricos e de sua navegação.

— Recomendação ao DNER para a construção de uma ponte em Cachoeira Dourada.

— BR-14 — apêlo ao Senhor Presidente da República para sua construção e pavimentação.

— Tronco principal Sul — apêlo ao Senhor Presidente da República no sentido de intensificar sua construção.

— Ligação da estrada de ferro Santa Catarina a RVPSC.

— Criação de um Banco Regional de Investimentos.

— Cooperação financeira da CIBPU em centros estaduais de estudos nucleares.

— Autorização a CIBPU a colaborar na organização de programas gerais e projetos específicos de investimentos de alto interesse coletivo.

Ao Estado do Rio Grande do Sul incumbe ainda aprovar o convênio da Bacia Paraná-Uruguaí e dispôr sobre a cooperação financeira ali estabelecida.

Pretendo no corrente exercício submeter a essa colenda Assembléia as medidas necessárias.

Cabe-me assinalar, ainda, ter recebido o Estado, no exercício passado, as visitas do eminente Presidente da República e dos ilustres Ministros da Educação, da Agricultura e da Guerra, além de outros dignos representantes da administração federal, que percorreram o Rio Grande para sentir e visualizar os seus problemas econômicos e administrativos. Igualmente fomos honrados com a visita de eminentes diplomatas de países amigos como os embaixadores dos Estados Unidos da América do Norte, da Índia, da Itália e da Espanha — bem como outras pessoas gradas, aqui trazidas pelo afã de conhecer e estudar as possibilidades econômicas do Estado.

Considero imperioso, nesta oportunidade, pedir a especial consideração do nobre Poder Legislativo do Estado, para o problema dos investimentos estrangeiros no Rio Grande do Sul.

É inegável que, de algum tempo a esta parte, o afluxo de empréstimos e investimentos estrangeiros para o Brasil vem crescendo de modo excepcional, o que revela, sem dúvida, a confiança que o nosso desenvolvimento econômico vem despertando nos demais países.

O exame, entretanto, da participação do Rio Grande do Sul na partilha desses investimentos está bem longe de ser animador para o nosso Estado. Seja relativamente aos empréstimos do exterior, seja quanto às importações de equipamento sem cobertura cambial, nos termos da Instrução 113, da SUMOC, ao Rio Grande do Sul vem cabendo parcela insignificante.

Não podemos ignorar que a nossa posição geográfica, a insuficiência dos nossos transportes e o fato de não podermos ainda oferecer às indústrias farias disponibilidades de energia elétrica, constituem elementos negativos, que tudo devemos fazer para superar, a fim de que o interesse pelo nosso Estado se acentue por parte dos investidores estrangeiros.

Parece certo, porém, que o trabalho do Rio Grande do Sul, no sentido de atrair capitais e de mostrar suas enormes possibilidades, não se tem desenvolvido nas proporções e com rendimento desejáveis.

Sempre declarei desde o início do meu Governo, que muito acreditava na capacidade da iniciativa privada para ajudar o Rio Grande do Sul no seu esforço de realização e prosperidade. Reafirmo hoje essa convicção perante os ilustres legisladores do Estado, a cujo patriotismo e espírito público não terá sido estranho o problema dos investimentos estrangeiros em nosso Estado.

Creio recomendável se tomem providências adequadas em face da realidade que aí está: quando surgem no Brasil, notadamente em São Paulo, no Distrito Federal, em Minas Gerais e no Estado do Rio, empreendimentos de mais alta significação no setor das indústrias básicas ou das indústrias de equipamentos, verificamos que ao Rio Grande do Sul tem tocado ínfima parcela.

Em verdade, estamos ficando à retaguarda dêsse admirável surto de cometimentos de alto alcance para o maior desenvolvimento da riqueza brasileira. Mas entendo que não nos devemos fazer indiferentes a tal situação. O Governo procura melhorar sempre o sistema de transportes, ampliar a rede de suprimento de fôrça e intensificar as relações econômicas com os demais Estados e com o exterior.

Estou certo de que os nobres representantes do povo rio-grandense bem pesarão a importância dêsse problema, que apenas enuncio sumariamente, mas que deve merecer o atento estudo de todos quantos tenham fé na capacidade do Rio Grande do Sul para sintonizar com todo o Brasil, num belo e construtivo movimento de dinamização da sua riqueza, de racionalização de seu trabalho e de maior bem-estar da sua população.

Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

Estou certo que as considerações expendidas e os algarismos alinhados refletem com exatidão a realidade da vida sul-riograndense, através de todos os setores da administração estadual.

Foi a prestação de contas que o Poder Executivo devia aos dignos e ilustres representantes do povo do Rio Grande.

Que êle ajuíze, soberanamente, de como temos cumprido o nosso dever nesses dois anos do atual mandato.

Não poupamos esforços, energia e patriótica dedicação, na defesa de seus direitos e das suas liberdades.

Tem o Governo executado tôdas as possíveis providências que conduzissem a um maior progresso e felicidade da nossa terra, inclusive a melhoria das condições de vida das populações, propiciando-lhes, assim, os meios de conquistar a plenitude de sua capacidade no trabalho, na saúde, no progresso moral e espiritual.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

SECRETARIA DO GOVÉRNO

Órgão de assessoramento técnico e administrativo do Chefe do Poder Executivo, destinado, nos termos de sua lei institucional (Lei n.º 2.331, de 16 de janeiro de 1954) e de seu Regimento Interno (aprovado por Decreto n.º 5.101 de 31 de julho de 1954 e alterado pelo Decreto n.º 6.679 de 5 de setembro de 1955) ao estudo, preparo e registro do expediente submetido à consideração do Governador do Estado e ao estabelecimento de comunicações entre este e as autoridades federais, Chefes dos demais Poderes do Estado, Secretarias e Departamentos, Autarquias, entidades de classe, imprensa e público em geral, vem a Secretaria do Governo procurando cumprir eficientemente a sua relevante e complexa missão.

É já do conhecimento desse Legislativo e já foi acentuada em mensagens anteriores a deficiência de instalações e locais de trabalho com que lutam os funcionários da Secretaria em aprêço problema esse a reclamar ponderado exame e oportuna solução dentro das disponibilidades do erário estadual.

Por outro lado dificuldades de natureza vária ligadas a exigências de reorganização de serviços serão, ao que se espera, contornadas ou eliminadas dentro em breve pelo Plano de Reorganização de Serviços, ora a cargo do órgão de pessoal.

Não obstante providências de ordem parcial a esse respeito já têm sido concretizadas tais como a reorganização de alguns setores de trabalho, promovida na atual administração mediante o citado Decreto n.º 6.679, de 5 de setembro de 1955.

Tais problemas e dificuldades que não são peculiares a Secretaria do Governo, e sim de ordem geral existindo em tôdas as repartições administrativas não impediram ao referido órgão de apresentar no ano transato um expressivo índice de trabalho.

Pela Casa Civil foram elaborados e expedidos 338 ofícios, 431 cartas e 1.940 telegramas do Chefe do Executivo e 2.289 ofícios, 1.485 cartas, 4.035 telegramas e 28 circulares dos Senhores Secretário Subsecretário e Oficiais de Gabinete e Assessores do Governador.

Outrossim, recebeu o órgão em aprêço 9.068 pessoas.

Nos diversos setores da Diretoria Administrativa, também foram consideráveis as atividades. O Setor de Comunicações e Arquivo registrou o tramitamento de 17.200 processos de natureza vária, prestando 10.539 informações sobre andamento de expedientes.

Esses expedientes são, em sua quase totalidade, instruídos pelo órgão técnico da Secretaria, a Assistência Técnica que, no desempenho de sua missão, emitiu 350 pareceres.

Por outro lado, o Setor Legislativo desse órgão, ao qual cabe o exame e o estudo dos projetos de leis a serem submetidos à consideração do Poder Legislativo, fez registrar e publicar 274 leis e 719 decretos executivos.

Merecem referência alguns dados sobre a execução orçamentária na Secretaria do Governo. Registrou esse órgão, como nos exercícios anteriores, apreciável economia, evidenciada através dos seguintes ele-

mentos: dotações orçamentárias: Cr\$ 12.956.600,00 e suplementações: Cr\$ 925.000,00, totalizando recursos no montante de Cr\$ 13.881.600,00. Despesas realizadas: Cr\$ 12.404.491,40. Recursos para suplementações (redução de dotações): Cr\$ 728.000,00. Saldo apurado no exercício: Cr\$ 749.108,60

Releva notar, finalmente que a Secretaria do Governo sofreu profunda alteração em sua estrutura com a Lei n.º 3.055, de 22 de dezembro de 1956. Seu Quadro Único, instituído pela Lei n.º 2.331, de 16 de janeiro de 1954, foi, nos termos do diploma legal anteriormente referido, destinado à extinção progressiva, respeitada a situação funcional dos atuais servidores. Em particular, na Assistência Técnica, foram extintos cinco cargos de Assistente, aproveitados os respectivos ocupantes em cargos de Consultor Jurídico, do Quadro Único dos Funcionários Públicos Cívís do Estado.

Ensejaram essas medidas a lotação, na Secretaria do Governo, de elementos do Quadro Único acima citado, mediante remoção, dando, assim, à Chefia do Executivo, maiores possibilidades de seleção de elementos capazes e de confiança, para a constituição do corpo funcional do órgão central da administração do Estado.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Dentro do maior respeito à independência e harmonia dos poderes constitucionais, o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria do Interior e Justiça, cultivou o melhor entendimento com o Poder Judiciário, procurando, por todos os meios ao seu alcance, prestigiar a ação dos magistrados das várias entrâncias, assim como a dos representantes do Ministério Público em tôdas as comarcas.

Seguindo êsse mesmo espírito, manteve esta Secretaria as melhores relações e alta cooperação política e administrativa com esta colenda Assembléa Legislativa.

O digno Corpo Consular acreditado nesta capital mereceu também da parte do Governo, respeitosa acolhida, proporcionando-lhe as medidas conducentes ao perfeito exercício das suas funções, num clima de alta e distinta compreensão e perfeita cordialidade.

Além do Gabinete do Secretário e da sua Diretoria Geral, o órgão central dos serviços administrativos da Secretaria do Interior e Justiça constitui-se de cinco Diretorias, tôdas elas apresentando considerável soma de esforços no sentido de manter em dia as atividades normais da repartição.

**Repartição
Central**

Cabe salientar nesta altura a transferência dos serviços da Repartição Central para sua atual sede, no 5.º andar do Edifício Comendador Azevedo, situado à rua Uruguai, com a área aproximada de 900 metros quadrados. A transferência feita era uma imposição não só da exiguidade do espaço reservado à Secretaria no edifício do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — o que prejudicava a boa marcha dos serviços de ambas as repartições — como das reiteradas e justas solicitações êaquele Departamento no sentido de que fôsse atendida sua premente necessidade de ocupação total e urgente do edifício.

O movimento da Junta Comercial está em função direta da intensidade e do desdobramento das atividades econômicas do Estado, que ali repercutem. Daí se conclui da relevância dessa repartição e da necessidade de se lhe assegurar condições satisfatórias de funcionamento à altura de seus encargos.

**Junta Co-
mercial**

Datam de longos anos as reclamações e queixas contra a ineficiência dêsse órgão por parte de entidades de classe a êle vinculadas.

No comêço do ano que findou porém a Junta Comercial passou a usar o dôbro da área por ela antes ocupada, o que veio assegurar os meios condizentes com a amplitude de seus serviços, para cujo bom desempenho foi aumentado o número de funcionários.

Graças a tais providências, conseguiu-se emprestar regularidade aos serviços de modo a atender as exigências mínimas das partes interessadas.

Cresceram de vulto os serviços dessa importante repartição, refle-

tudo-se no movimento da Junta e no alto ritmo de seu crescimento vegetativo bastando considerar os dados estatísticos seguintes. deram ingresso na Junta, em 1956, cerca de 15.000 processos, importando num acréscimo de 36% comparativamente ao ano anterior, em que o seu número foi de 11.000, sendo esse o trabalho que mais avulta e sobrecarrega a repartição.

Foram submetidos a autenticação 29.256 livros, ou seja, uns 2.000 a mais que no ano de 1955.

O órgão deliberativo isto é, a Mesa da Junta, realizando sessões com regularidade reuniu-se no ano transato 99 vezes.

Cumpre ainda notar que os tributos criados pela Lei n.º 2.805, de 16 de dezembro de 1955 que dispôs sobre as incidências do selo, os serviços da Junta carregaram para os cofres públicos do Estado uma receita estimada em doze milhões de cruzeiros quando sua manutenção, no exercício em relato, foi orçada em três milhões.

Pela natureza de seus serviços e a receita que através dos mesmos auferi o Estado deve a Junta Comercial merecer especial atenção do Poder Público. E assim foi procedido propiciando-lhe meios e elementos de acôrde com as possibilidades. Pode-se agora registrar que cessaram as queixas e reivindicações que durante longo tempo se faziam quanto a precariedade dos serviços daquela repartição, que mereceu especial atenção pelo que significa para as forças vivas da prospera economia do Estado.

O Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas, órgão de projeção na sociedade em vista de suas funções de censura, procurou intensificar suas atividades gerais, quer no que respecta ao resguardo da moral e dos bons costumes, como ampliando a área de fiscalização no interior do Estado, através de visitas aos municípios e instruções às Delegacias de Polícia, que estão incumbidas da fiscalização nas comunas rio-grandenses.

Em colaboração com a Delegacia de Costumes, esse Departamento desenvolveu uma campanha moralizadora nos cinemas e demais casas de diversões, baixando, também, instruções no sentido de evitar abusos no concernente ao excesso de lotação nos locais de espetáculos e diversões públicas.

Com o plano geral de trabalho aprovado pelo Governo do Estado, este setor vêm se destacando na administração pela importância dos seus objetivos e pelo trabalho constante desenvolvido sem esmorecimento.

Dentre as principais realizações levadas a efeito em 1956 pela Comissão de Reparcelamento Penitenciário cumpre distinguir o início da execução das obras da "Casa de Prisão Provisória", no valor de Cr\$ 66.730.000,00 e cujo prazo de conclusão é de 540 dias.

Em novembro último, foi concluída mais uma etapa das obras de ampliação e reforma da Penitenciária Agrícola (ex-Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho) capacitando-a para abrigar transitóriamente 300 presos, investindo-se até agora em tais obras a soma de Cr\$ 17.552.493,80.

Na Penitenciária Industrial (ex-Casa de Correção), em virtude do incêndio aí ocorrido, procederam-se as obras de recuperação, executadas diretamente pela Comissão. Em virtude de tal empreendimento, ampliaram-se as condições de alojamento para 499 homens. O investimento financeiro feito foi de Cr\$ 2.882.451,10.

Convém, nesta oportunidade, apresentar um quadro das atividades

Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas

Reaparelhamento Penitenciário e Construção de Cadeias e Foros

da referida Comissão, durante o atual Governo, onde se pode ter uma impressão exata das mesmas:

Obras que estavam em andamento e foram concluídas e equipadas depois de 31 de janeiro de 1955:

- 2 cadeias civis, em Erechim e Getúlio Vargas;
- 1 fóro, em Caxias do Sul

Obras cujos contratos foram assinados anteriormente, mas foram iniciadas e concluídas depois de 31 de janeiro de 1955:

- 4 cadeias civis, em Jaguari, Vacaria, Santo Antônio e Soledade;
- 1 fóro, em Lagoa Vermelha.

Obras contratadas, iniciadas e concluídas depois de 31 de janeiro de 1955:

- 2 cadeias civis, em Lavras do Sul e Marcelino Ramos;
- 1 cadeia civil, obra de recuperação mediante termo de comodato, em Santo Angelo.

Obras que foram iniciadas depois de 31 de janeiro de 1955 e que estão em andamento:

- 4 cadeias civis (obras novas), em Palmeira das Missões, Ijuí, Alegrete e Pelotas;
- 1 fóro (obra de recuperação), em Encruzilhada do Sul;
- 4 cadeias civis (obras de recuperação), em Santa Rosa, Santa Maria, São Leopoldo e Passo Fundo.

Obras com concorrência aberta:

- 1 fóro (obra nova), em São Luiz Gonzaga;
- 1 cadeia civil (obra de recuperação) em São Luiz Gonzaga.

Já estão autorizadas, com base em recursos abertos, as obras de construção de duas cadeias civis, em Santa Vitória do Palmar e Nova Prata, e a reforma do fóro de Rosário do Sul.

Foi liberada no ano findo a verba de oitenta e cinco milhões de cruzeiros, votada ao Plano de Construção de Cadeias e Fôros permitindo o gravame integral da obra recentemente contratada da "Casa de Prisão Provisória".

Para a construção de Cadeias e Fôros, foram abertos créditos, no último exercício, no montante de Cr\$ 19.980.000,00.

Com destino ao prosseguimento dos trabalhos da Comissão, o orçamento para o corrente ano consigna uma dotação de Cr\$ 41.500.000,00, devendo ressaltar-se que já foram dispendidos com o Plano, durante a atual administração, Cr\$ 105.730.000,00.

Esta repartição tem-se beneficiado de vários melhoramentos, devendo-se destacar ampla reorganização em seus serviços, procedida no ano findo, e cujo resultado, para o grande número de pessoas que a ela recorre, pode-se resumir no fato de que, atualmente, os pedidos de certidão estão sendo atendidos numa média de três a quatro dias após sua entrada no protocolo geral, e, algumas vezes, até no mesmo dia da entrada do respectivo requerimento.

Arquivo
Público

O Serviço Social Penitenciário tem por objetivo prestar assistência aos condenados por delito ou contravenção, enquanto durar o cumprimento da pena, sua suspensão e livramento condicional, assim como aos sujeitos à medida de segurança, e às respectivas famílias.

Serviço So-
cial Peniten-
ciário

Com esse objetivo a repartição promove medidas tendentes a assegurar-lhes:

- a) emprêgo em estabelecimento público ou privado;
- b) reintegração na família e na sociedade;
- c) tratamento médico indicado;
- d) afastamento de ambientes prejudiciais;

- e) outras medidas indicadas ao seu reajustamento;
- f) assistência judiciária,
- g) internamento dos órfãos das vítimas de crime de homicídio em estabelecimentos adequados; e
- h) matrícula dos filhos em colégios.

Trata-se de um trabalho de alto nível social e assistencial é altamente meritório, e para o mesmo, tem esta Secretaria procurado levar os recursos indispensáveis ao cumprimento de sua alta função.

Já no ano passado, pôde o Governo destinar-lhe prédio próprio ao seu funcionamento, onde, de imediato, foi iniciada a construção de oficinas, das quais duas já estão em pleno funcionamento, as de mecânica e carpintaria, enquanto as de ladrilhos e sapataria dentro de breves dias estarão nas mesmas condições.

As atividades do Departamento de Institutos Penais se caracterizam pelo grande número de benfeitorias realizadas nos diversos setores sob sua jurisdição, tôdas elas tendentes a aperfeiçoar as respectivas instalações, propiciar melhores condições de vida aos detentos e ampliar seu campo de atividade e suficiência.

Assim, na Penitenciária Agrícola foi construída casa para combustíveis e instalados um moinho, um tambo e uma olaria, sendo, ainda, adquirido o material para instalação de uma pequena indústria de laticínios, com a qual, em breve, poder-se-á dispensar o abastecimento pelo Departamento Estadual de Abastecimento de Leite.

Registrou o Conselho Penitenciário intensa atividade no ano que findou, realizando 111 sessões e emitindo 436 pareceres, dos quais 276 de livramento condicional.

Durante o ano de 1956, foram liberados 155 internados, e procedidas 644 diligências para complementação de instrução de processos de graça, em número de 160, e de livramento condicional.

Relevantes e notórias serviços tem prestado essa milícia à coletividade rio-grandense, tendo em vista a ampla cooperação da mesma no policiamento da capital e do interior do Estado e na administração e vigilância de presídios e cadeias.

Aumentado que foi o efetivo pela Lei n.º 2.738, de 28 de novembro de 1955, conta a Brigada Militar com mais de 999 homens, tornando-se, pois, mais satisfatória a tarefa que lhe é exigida, levando-se em conta a criação de numerosos municípios no Rio Grande do Sul.

Ainda em 1956, deve-se apontar o início dos serviços da Companhia de Polícia Pedro e Paulo — policiamento de duplas — criada, em caráter experimental, em agosto de 1955, e após haver passado por um período de adaptação e treinamento, por espaço de quatro meses, tendo sido ministrado aos seus componentes conhecimentos de Instrução Geral e Moral, Instrução Policial, Instrução de Trânsito, Educação Física, Ordem Unida, Armamento e Manobabilidade.

Com 11 meses de atuação e com um efetivo de 148 homens já possui a Companhia expressivo acervo de serviços prestados, através de um trabalho muito eficiente e desempenhado a contento geral da população.

O Corpo de Bombeiros, superiormente aparelhado, colocou-se num lugar de destaque no país, apto a cumprir eficazmente, como tem demonstrado, suas importantes funções.

Com as duas reestruturações para os anos de 1956 e 1957, ficou o

Departamento de Institutos Penais

Conselho Penitenciário

Brigada Militar

Corpo de Bombeiros constituído de 992 homens, sendo 65 oficiais e 927 praças.

A aquisição de carros e do material complementar — escadas, vestuários à prova de fogo etc. — dotaram-no dos elementos mais modernos para cumprimento rigoroso de suas finalidades, elevando-o, sem favor, à categoria de um dos melhores do Brasil.

No ano transato, dentre o custoso material adquirido, destaca-se o seguinte: 2 escadas mecânicas "Magirus" 7 auto-bombas tipo normal, 2 auto-bombas mistos, para tôdas as categorias de incêndios, únicos existentes no Brasil, 2 uniformes para penetração no fogo, de amianto aluminizado, 1 chassis Ford F-680 para transformação em auto-bomba, 3.000 metros de mangueira, 3 reboques, para bomba portátil e uma lanha rápida de ferro com motor de pôpa.

Durante o ano transato, foram atendidos 911 incêndios, tanto na Capital como no interior do Estado, onde foram instaladas, naquela ocasião, mais três estações de Bombeiros, sendo duas em Santa Maria e uma em Farroupilha.

A Brigada Militar do Estado, ainda, regulamentou o Curso de Técnica Policial para Oficiais e outro, no Regimento de Polícia Montada, para formação especializada de sargentos e cabos.

A guarnição de Santa Maria e o Destacamento do Cais do Porto foram reorganizados satisfatoriamente.

Deve-se salientar o aumento do ritmo de construção de próprios da Força sob nova regulamentação, os quais se destinam a sargentos, cabos e soldados, além das construções para aquartelamento de suas unidades, quer na Capital, como o prosseguimento das obras do novo quartel do Corpo de Bombeiros e a conclusão do pavilhão destinado ao 1º Esquadrão do Regimento Bento Gonçalves, como no interior do Estado, nas cidades de Rio Grande, Uruguaiana, Pelotas e Santa Maria.

Por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, intensificou-se o funcionamento de cursos supletivos para alfabetização de adultos nas diversas unidades.

Foi criado o Gabinete Psicotécnico, reorganizado o serviço de rádio-telegrafia e assinados vários convênios, visando dar maior assistência aos municípios no combate ao fogo. Uma vez efetivados tais convênios, elevar-se-ão a 19 as estações de bombeiros no Estado.

Para o ano corrente, como decorrência da Lei n.º 2.740, o efetivo da Brigada Militar contará com mais 605 homens.

É de emprestar-se todo o realce à criação do regimento de Polícia Rural Montada, pela Lei n.º 2.740, de 29 de novembro de 1955, e sua instalação oficial a 30 de setembro último na cidade de Santa Maria.

**Polícia Rural
Montada**

A essa antiga aspiração do ruralismo rio-grandense incumbe tarefa importantíssima e de profundos reflexos sociais de vez que além das funções propriamente policiais, que lhe estão naturalmente afetas, soma ainda outras, tais como assistenciais, socorros de urgência, transporte de correspondência, comunicações com a sede por meio de rádio etc. Com a sua constituição, facilitamos, também, o problema das subdelegacias nos distritos pois os comandantes de postos policiais serão subdelegados distritais.

O Regimento ainda não conta com todo seu efetivo, visto a lei que o criou ter determinado o recrutamento parcelado, fixando o complemento dos claros para o ano de 1958.

A atuação da Polícia Rural Montada foi dividida em cinco zonas, assim distribuídas: 1.ª Zona, com sede em Santa Maria abrangendo dez municípios; 2.ª Zona, com sede em Alegrete, abrangendo quinze municípios; 3.ª Zona, com sede em Tupanciretã, abrangendo trinta e quatro municípios; 4.ª Zona, com sede em Farroupilha, abrangendo trin-

ta e seis municípios e a 5.a Zona, com sede em Pelotas, abrangendo dezesseis municípios.

Os cinco esquadrões exercerão sua ação nas respectivas zonas, que foram divididas em sub-zonas, cada uma das quais policiada por um pelotão rural. Cada pelotão rural será constituído de Grupos Policiais e Grupos Volantes.

Com a criação da Polícia Rural Montada, o Governo do Rio Grande do Sul presta ao povo mais um assinalado serviço, pois a novel unidade assistirá ao nosso homem do campo, educando e aconselhando, bem como colaborará com as autoridades sanitárias nos casos de necessidade pública, prestando todo o auxílio em casos nos quais sua interferência se fizer útil à coletividade nos setores governamentais.

Em dezembro findo, de acôrdo com o plano traçado, instalou-se na cidade de Alegrete o 2.º Esquadrão com um efetivo de 280 homens, que, por meio de Pelotões e Postos de Serviço, atenderá aos municípios integrantes da 2.a Zona.

Juizado de Menores

O Juizado de Menores da capital desenvolveu uma série extensa de atividades que o destacaram dos congêneres do país e mesmo da América do Sul.

Completada sua montagem e aparelhagem, de acôrdo com a orientação adotada em recentes leis estaduais, funcionaram no ano em relato tôdas suas secções técnicas e administrativas, resultando dêsse esforço e trabalho dirigidos por um moderno conceito científico, a redução apreciável da delinquência infantil, principal motivo das atenções da vara especializada.

Iniciando uma atividade preventiva de alto sentido, inaugurou o Juizado de Menores um serviço de plantão permanente na própria sede, a fim de atender de imediato tôdas as ocorrências. Como decorrência, foram criados Recolhimentos Provisórios para abrigar menores do serviço de plantão, quer para o sexo masculino como feminino, os quais já foram instalados e se acham em funcionamento atendendo a todos os casos de menores que são levados ao Juizado.

O número de vagas no Instituto Bom Pastor foi ampliado, o que concorreu salutarmente para o trato de menores transviados do sexo feminino sem possibilidade de tratamento assistencial conveniente.

Foi interditado o Abrigo Feminino, do Serviço Social de Menores, que funcionava à rua Duque de Caxias em precárias condições.

Com o fim de iniciar-se atividades educativas para o menor desvalido, foi organizada uma entidade assistencial intitulada Federação de Menores, que os congrega a fim de educá-los e discipliná-los em regime aberto, como é recomendado pela melhor técnica social.

Já iniciou, também, o Juizado um serviço de Colocação Familiar, como medida assistencial altamente recomendada pelos seus benéficos efeitos.

O maior acontecimento, entretanto, registrado no ano transato nas atividades do Juizado de Menores, foi a realização da 1.a Reunião de Juizes de Menores do Brasil, nesta capital, de 21 a 27 de outubro, com o comparecimento de representações de todo o país, além de uma brilhante delegação da República Argentina. Os resultados dessa Reunião são de alta relevância para o encaminhamento do problema do menor e dêles se deve destacar o conjunto de medidas que devem orientar o trato da angustiosa questão, reputada a mais grave dêste século, a que já emprestou, mesmo, sua designação.

A Imprensa Oficial vem progredindo em ritmo acelerado, tanto no que respeita a instalações e serviços como em disciplina e rendimento do trabalho.

Deve-se destacar neste respeito que apresenta o resultado financeiro alcançado no exercício próximo-fimido pelas suas atividades específicas. Assim de um saldo negativo em 1954, pôde, no ano seguinte, acusar um saldo para mais da ordem de Cr\$ 82.573,90 e em 1956, já consignava um superavit de Cr\$ 3.013.939,60 que deduzida da despesa orçamentária a importância despendida com a aquisição de material permanente (móveis, máquinas, etc) eleva-se ao montante de Cr\$ 7.518.412,30.

A receita ordinária de Cr\$ 12.000.222,40 para Cr\$ 29.862.704,10 no último exercício, a maior já realizada pela Imprensa Oficial até agora.

A Secção de Impressão de Obras beneficiou-se de mais duas máquinas impressoras automáticas de procedência alemã no valor de Cr\$ 1.803.700,00 o que veio melhorar de muito a sua produção.

No ano transato foram criadas a Secção de Estereotipia, que a par de baratear o custo da produção possibilitou maior rendimento e perfeição dos serviços, e a de Litografia cuja maquinária pertencida à repartição central desta Secretaria e que já começou a produzir para o Estado no corrente exercício.

A Secção de Encargos de Obras teve um movimento de 3.813 trabalhos diversos cujo produto financeiro atingiu à soma de Cr\$... 12.268.283,50.

As publicações particulares se elevaram ao número de 61.707 e as oficiais a 8.550 no valor total de Cr\$ 15.976.699,70.

Este órgão de assistência aos municípios bastante se tem esforçado no cumprimento de suas atribuições procurando superar as deficiências oriundas da necessidade de pessoal especializado. Reestruturado em bases mais adequadas, estaria o mesmo em condições de acusar uma assistência mais pronta e precisa às comunas rio-grandenses às quais vem prestando valiosos serviços.

Foi retomada a publicação do "Boletim" já algum tempo interrompida, publicação de prestimosos subsídios aos interessados, contendo secções de doutrina, pareceres, projetos urbanismo e legislação atinente a vida municipal.

E' mister assinalar-se em favor dos serviços deste Departamento, que 19 Prefeituras consignaram-lhe em seus orçamentos uma contribuição, totalizando Cr\$ 242.350,00.

Este importante actor da administração pública pôde consignar, no ano em relato, uma atividade que merece ser posta em evidência, quer no respeitamento à parte administrativa, propriamente dita, como aos serviços de proteção da sociedade, através da Divisão de Investigações. Pela ação eficiente da Delegacia de Segurança Pessoal puderam ser esclarecidos diversos crimes que abalaram a Capital, achando-se outros, sem dúvida, numa fase de investigações que levarão ao seu completo esclarecimento.

A Delegacia de Costumes empreendeu o saneamento das ruas Voluntários da Pátria e Cabo Rocha, bem como do Parque Farrroupilha, mantendo nesses locais um policiamento permanente e eficaz.

Deve-se salientar a recuperação total dos carros e aparelhagem da Rádio Patrulha, sendo, atualmente, o número daqueles superior ao da fase inicial, introduzindo-se nos mesmos a utilização de baterias alcalinas, com os melhores resultados.

O policiamento da cidade foi bastante reforçado, comparativamen-

te à situação anterior, com um melhor aproveitamento do elemento humano disponível.

Atividade intensa foi desenvolvida no setor da ordem política e social, destacando-se as medidas tomadas nos últimos movimentos grevistas, quando tudo foi feito para a preservação da ordem pública.

É de salientar-se, também, a grande melhoria que representa a instalação de uma rede de rádio-comunicação em mais sete municípios: Frederico Westphalen, São Lourenço do Sul, Santa Maria, Gaurama, Santiago, Bento Gonçalves (concluída) e Jaguarão (concluída), perfazendo já o total de 38 estações.

Foram recuperadas as viaturas do Departamento de Polícia Civil, não só na Capital como ainda no interior do Estado, onde é grande o número de Delegacias que já possuem condução própria.

Foi instalado definitivamente o presídio da Ilha das Pombas com reais benefícios, não só para a população, como para os detidos.

A Escola Superior de Polícia, criada pela Lei n.º 7.601, de 1938, foi instalada no próprio edifício do Departamento de Polícia Civil, constando de aparelhagem moderna, salas para aula, laboratório, etc. e entrará em funcionamento no corrente ano, o que trará em breve um acréscimo considerável na eficiência do elemento humano consagrado às atividades policiais.

A Divisão de Trânsito cooperou na realização da Semana de Trânsito, durante a qual, por diversos meios, orientou a população da Capital no conhecimento das principais regras de tráfego, alertando e procurando disciplinar o pedestre, no sentido não só de colaborar para a melhoria do serviço público como para o seu próprio bem estar e segurança.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A Procuradoria Geral do Estado compete a chefia dos diversos serviços do Ministério Público, compreendendo-se sob sua jurisdição, a Procuradoria Judicial e a Procuradoria de Terras, criadas pela Lei n.º 2.056, de 19 de julho de 1955, e os serviços jurídicos do Estado Consultoria Jurídica, Procuradoria Fiscal e Assistência Judiciária Pública — centralizadas e unificadas nos termos do Decreto n.º 5.103, de 11 de agosto de 1954. As atividades processadas nos principais setores da Procuradoria Geral durante o ano de 1956, são expressas pelos dados a seguir.

Dados concernentes ao interior do Estado:

I — Movimento criminal — Parte Geral: Denúncias oferecidas, 6.072; número de denunciados, 8.694; processos julgados pelo Juiz de Direito, 3.888; processos julgados pelo Pretor, 789; processos julgados pelo Júri, 268; processos arquivados, 1.611; processos extintos, 337; processos prescritos, 475; processos para o ano seguinte, 8.717; processos contra menores, 424; contravenções, 405; recursos interpostos, 612.

Parte Especial — Delito predominante: lesões corporais leves; réus absolvidos pelo Juiz de Direito, 2.881; réus absolvidos pelo Pretor, 488; réus absolvidos pelo Júri, 237; réus condenados pelo Juiz de Direito, 2.201; réus condenados pelo Pretor, 335; réus condenados pelo Júri, 135; contravenção predominante porte de armas; recursos interpostos das decisões do Juiz de Direito, 242; recursos interpostos das decisões do Pretor, 46; recursos interpostos das decisões do Júri, 93.

II — Matéria Civil — Desquites, 453; interdições, 52; falências, 7; inventários, 1.427; arrolamentos, 1.081; heranças jacentes, 10; valor das sucessões, Cr\$ 1.365.233.179,53; ações de alimentos, 78; pensões alimentícias para menores, 21; dinheiro de menores e incapazes recolhido ao Banco do Brasil e a outros estabelecimentos de crédito, Cr\$ 13.647.449,73; número de curatelas, 52; número de tutelas, 740.

III — Acidentes do Trabalho — Número de ações iniciadas durante o ano, 268; valor das mesmas, Cr\$ 2.069.372,80; acordãos homologados durante o ano, 488; valor dos mesmos, Cr\$ 3.539.145,50; número de ações liquidadas, 82; valor das mesmas, Cr\$ 925.360,80; processos arquivados inicialmente, 25; ações julgadas prescritas, 6; ações julgadas improcedentes, 6; totais de indenizações pagas, Cr\$ 1.001.918,60; inquéritos pedidos pelo Ministério Público, 23.

IV — Legislação Trabalhista — Reclamações iniciadas pelo Ministério Público, 667; valor total das indenizações pagas, Cr\$ 4.403.974,68.

V — Dívida ativa do Estado — Certidões executadas, 35; valor total da dívida arrecadada, Cr\$ 163.837,20.

VI — Dívida ativa Federal — Certidões executadas, 932; valor total da dívida arrecadada, Cr\$ 2.505.527,00.

Dados relativos a Capital.

I — Movimento criminal — Denúncias, 1.429; condenações, 730; absolvições, 644; processos arquivados, 769; delito predominante, furto simples; réus absolvidos pelo Juiz de Direito, 135; réus absolvidos

pelo Júri, 4; réus condenados pelo Juiz de Direito 129; réus condenados pelo Júri 2.

II — Curadoria de Família e Sucessões — A Alimentos, 99; alvarás e deprecados, 398; anulações de casamento, 2; busca e apreensões de menores, 24; concordatas, 18; convocações, 920; curatelas, 70; consultas diversas, 680; desquites amigáveis, judiciais e ações conexas, 334; depósitos de menores, 2; extinções de usufruto, 16; executivos dos feitos da Fazenda, 16; falências, 20; homologações de acordos, 320; investigações de paternidade, 14; justificações cíveis, 12; rescisões de acordos, 2; suprimentos de outorga, 9; usucapião, 51.

III — Curadoria de Acidentes do Trabalho — Processos de reclamações, 337; ações ajuizadas, 52; ações de revisão, 28; agravos interpostos pelo curador, 7; contra minutas de agravos, 19; execuções de sentença, 8; homologações de acordo, 551; requerimentos diversos, 38.

IV — Curadoria de Menores — Processos requeridos contra menores, 518; tutelas, 91; ações de alimentos propostas, 59; delegações de pátrio poder, 58; pareceres emitidos, 122; acordos celebrados, 25; "quantum" mensal dos acordos ajustados, Cr\$ 8.950,00; estado de abandono requerido, 49; pedidos de providências em delitos de sedução, 12.

Durante o ano, o Procurador Geral proferiu 677 pareceres judiciais e 61 administrativos. Pelos Procuradores do Estado, foram emitidos os pareceres a seguir discriminados: criminais: apelações, 993; recursos, 56; revogação de medidas de segurança, 21; cartas testemunháveis, 9. Cíveis: apelações, 417; agravos, 143; mandados de segurança, 25.

AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO apresentam os seguintes dados: justificações, 19; protestos, 11; notificações, 6; ações ordinárias, 80; apelações, 33; pareceres administrativos, 6; petições, 31; agravos de petição 4; mandados de segurança, 49; agravos em mandados de segurança, 21; ações de despejo, 4; pareceres em infrações à Lei n.º 1.522, 250; ações de acidentes de trabalho, 4; reclamatórias trabalhistas, 9; execuções de sentença, 2; ações de imissão de posse, 1; ações de desapropriação, 6; ações populares, 2; interdito proibitório, 1; ações de consignação em pagamento, 3; ações cominatórias, 2; ações rescisórias, 2; executivas fiscais, 6; cancelamento de hipotecas legais, 1.

Proferiu a Procuradoria de Terras, no exercício de suas atribuições, 1.910 pareceres.

A Consultoria Jurídica do Estado, formulou, durante o ano de 1956, 177 pareceres.

No que respeita à assistência judiciária, foram mantidos em exercício, junto às Varas Criminais da Capital, Consultores e Assistentes Jurídicos, para a defesa de réus pobres.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Prosseguindo na árdua incumbência que lhe é atribuída, por provisão constitucional, o Departamento do Serviço Público, no exercício lúido, trabalhou com atinco e alta eficiência, quer controlando a legalidade dos atos relativos ao funcionalismo civil, quer estudando e planejando o aperfeiçoamento da administração pública.

Estamos certos que o sucesso do plano de classificação de cargos implantado no Rio Grande do Sul, de forma pioneira dentro do território nacional prende-se, fundamentalmente, à maneira como tem sido o mesmo administrado pelo órgão encarregado dessa tarefa — o Departamento do Serviço Público. Em verdade, o crescente volume de trabalhos, a expansão marcante das atividades deste órgão proclamam, sem sombra de dúvida, a pujança a que tem atingido o regime de cargos classificados, orientador das estruturas básicas da organização de Pessoal no Estado.

Tal processo, com seu imanente dinamismo, requer os mais cálidoss desvelos, registrando se as alterações surgidas, na área classificada, e aplicando-se as medidas tendentes a manter e a aperfeiçoar os fundamentos do sistema. “Em vez de se conservar imutável, a fisionomia do quadro do serviço público tende a transformar-se, continuamente, seja em face do acrescentamento das atribuições estatais e consequente criação de novos serviços, seja da supressão de numerosas atividades ou modificação de atribuições de cargos existentes.” Em todos os setores, por que se distribuem os misteres do órgão do Pessoal do Estado, sensível aumento verificou-se, no cômputo global de sua produção, sendo de destacar-se o aspecto intensivo na linha de racionalização do serviço e aperfeiçoamento do sistema classificado. Assim, no concernente aos cargos integrantes do atual Quadro Único do Funcionalismo Civil do Estado, criados pela Lei n.º 2.020 de 2 de janeiro de 1953 e diplomas subseqüentes, por constituírem as unidades de sua organização, procurou o Departamento do Serviço Público, através de detido estudo e levantamento elaborar Especificações de cerca de cinquenta cargos até então inexistentes visando com isso dotar o regime de mais fácil mobilidade; pois, inspirando-o, substancialmente, o sistema do mérito, evidente é que, à luz dessas definições, consentâneas à natureza de tais lugares funcionais, os concursos e provas de habilitação destinados a selecionar elementos capazes de provê-los, com eficiência, só, assim, se tornam realizáveis, adequadamente, conforme convém ao aludido plano.

No pertinente às suas atribuições vinculadas ao sistema do Pessoal, vigente, cujo progresso e aperfeiçoamento têm constituído preocupação constante do Estado, vale referir, ainda, a extraordinária amplitude dos trabalhos de organização de fichários e rotinas de serviço, disciplinadoras do manêjo prouto de elementos, de ordem funcional, necessários à concessão de vantagens aos servidores. Estão, atualmente, em franco andamento os serviços de constituição de fichas funcionais, com minuciosos pormenores do “currículum” de cada funcionário, nos têrmos

de recente lei, determinando a outorga automática de vantagens e benefícios

De outra parte, ao longo do ano findo, levou o Departamento do Serviço Público, toda a assistência a outros órgãos da administração estadual, em ordem a se planejarem alterações, nas suas íntimas estruturas, colimando a dinamização dos serviços o mais alto grau de produtividade. Neste campo, uma equipe de funcionários realizou estudos, na Junta Comercial do Estado, efetuando-se, outrossim, ampla pesquisa de elementos, no Departamento Aeroviário, da Secretaria das Obras Públicas, no sentido de se apreciar a situação funcional de seus servidores, prosseguindo os trabalhos, em fase, já de conclusão. Outra Comissão d'êste Órgão procedeu, no Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, uma análise minuciosa, sobre a relação jurídica de emprêgo dos denominados "serventes avulsos" daquela Autarquia, problema, que, desde muito tem causado preocupações à administração, estando, praticamente, ultimados os estudos, a respeito.

Reorganização dos Serviços do Estado

Foram iniciados em 1956, de forma sistemática, os trabalhos, análises e estudos, visando a concretização da ampla Reorganização dos Serviços do Estado a fim de estruturá-los em ordem a aumentar-lhes a eficiência dar-lhes fecunda operosidade e reduzir a burocracia. Com tal providência, vêm, d'êste modo, a ordenar-se os fatores, que hão de atender a essa antiga aspiração comum dos corpos executivos e legislativos, que se têm succedido na administração rio-grandense. Orienta tais trabalhos, o técnico Othon Sérvulo de Vasconcellos especialmente contratado pelo Estado para orientar a execução da proclita magna tarefa. Concluídos em novembro, os misteres de levantamentos de dados vés das repartições, sitas na Capital e interior prosseguem as citadas atividades, na importante fase de análise e crítica.

Não menor foi a atividade do Departamento do Serviço Público no setor do contrôle e exame de processos e atos, levados à sua consideração.

O Conselho Deliberativo através de sessões ordinárias e extraordinárias emitiu nada menos de 413 pronunciamentos distribuídos assim, — 214 Pareceres, 115 Resoluções e 84 Informações, sendo, pela Assessoria Jurídica, a seu turno prolatadas 220 Consultas. Pela Divisão do Pessoal a proclamar o volume de trabalhos, está o fato de haverem transitado 28.026 expedientes elaborando-se, aí, 4.653 Informações, além de 24.705 atos levados a registro, a respeito dos mais diversos objetos.

Tarefa de alto mérito vem o Departamento realizando relativamente a Seleção e Aperfeiçoamento do Pessoal. Cêrea de 48 concursos e Provas de Habilitação foram concretizados, tendo sido encerradas as inscrições, porém para o expressivo número de 84 muitos dos quais destinados ao provimento de cargos em carreiras do Estado. Não há evidentemente, olvidado o Órgão de Pessoal o principio, que engrandece o plano classificado, qual seja, o sistema do mérito, através d'êsses procedimentos, posto, eloqüentemente, à luz.

De outra parte, prosseguiu o convênio com a Faculdade de Economia e Administração, da Universidade do Rio Grande do Sul, através da ministração de vários cursos dirigidos à formação e aperfeiçoamento, nos setores da especialização funcional, dos servidores públicos estaduais. Com isso tem pretendido o Departamento fortificar, à viva voz e decidida ação, a idéia de se estabelecer, no Rio Grande, de forma disciplinada e regular, ensino efetivo, visando preparar cidadãos para os altos misteres de chefia, nas repartições, bem como elementos inspirados e orientados pelos principios científicos, que regem a administração pública, como ciência e técnica. Não é possível desconhecer a ciência e

a técnica da administração, na época moderna. O progresso vem abrindo novos horizontes, nesse sentido. Cumpre batalhar em tal linha. A Fundação Getúlio Vargas e a Escola Brasileira de Administração Pública são esplêndidos exemplos, que estão para frutificar, em outras regiões da Federação. De par com a elevação do nível de cultura geral, decorrem, de imediato, disso, a especialização profissional do servidor público, o surgimento de uma consciência votada à causa do Estado. A Escola Superior de Administração, que, em breve, espera-se, possa vir a funcionar, nesta Capital, representará, sem dúvida alguma, um passo agigantado, na realização desses ideais de dotar a administração rio-grandense de elementos, com elevados índices de preparo e visão dos conhecimentos, atinentes a esse setor de atividade.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

As atividades do Departamento Estadual de Estatística, no ano findo, prosseguiram dentro do programa de trabalho estabelecido pelos planos nacional e regional de estatística, os quais visam proporcionar à administração pública, às classes produtoras e a todos a quem interessam as estatísticas, os índices reveladores da vida política, econômica, social e administrativa de nosso Estado.

A Assembléia Geral ordinária do Conselho Nacional de Estatística, no Rio de Janeiro, foi transferida de 1.º de julho para 17 de agosto, por deliberação da Junta Executiva Central do Conselho, tendo em vista a realização no Brasil, de 9 a 18 do mesmo mês, do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

Estiveram presentes à reunião, como representantes do Governo do Estado, o Diretor do Departamento Estadual de Estatística e o Chefe do Serviço de Estatística Agro-Pecuária, tendo os trabalhos se prolongado até o dia 25 de agosto.

Conselho Nacional de Estatística

O primeiro semestre do ano findo foi todo dedicado aos trabalhos de apuração da Produção Industrial do ano de 1954, tendo os resultados sido remetidos ao Rio com 1 e 2 e meio meses de antecedência, em relação ao ano anterior.

A partir de meados de junho, o SEIC começou a receber os questionários de Registro Industrial referentes ao ano de 1955, nas quantidades e espécies abaixo discriminadas:

Modelo A	4.604
Modelo B	14.305
Óleos e Gorduras Vegetais	440
Fôlha Q 104 — Meios de hospedagem	118
Fôlha A 5 — Indústrias Extrativas	118

Nos primeiros dias do 4.º trimestre do ano findo foi iniciada a apuração dos boletins da Produção Industrial referentes ao ano de 1955, cuja crítica vinha sendo feita desde o mês de setembro. Favorecidos, em parte, pelos boletins Modelo B que apenas registram o valor da matéria-prima consumida em 31 de dezembro último já haviam sido apurados cerca de 50% dos questionários do Registro Industrial, o que nos anima a prognosticar o encerramento da apuração por todo o 2.º trimestre do ano em curso.

Estatística da Indústria e Comércio

No segundo semestre do ano findo foi dada divulgação a mais um trabalho sobre Óleos e Gorduras Vegetais, elaborado neste Serviço. Ilustrado com diversos gráficos demonstrativos e bastante volumoso, insere dados de real interesse, para um estudo da evolução da cultura e industrialização desses produtos no período de 1935 a 1955, neste Estado, no país e no estrangeiro.

Publicações

Também foram impressos a Produção Industrial do Estado, segundo as Classes de indústrias e o respectivo resumo por município.

**Estatística
Demográfica
e Judiciária**

Foram publicados os dados de Estatística Demográfica relativos ao ano de 1953 e entregues à impressão os de 1954, devendo ser feita a distribuição deste Anuário por toda o primeiro trimestre do ano corrente. Foi estimada a população dos municípios para 1-1-1956 incluídos os dados referentes às 26 novas comunas. Distribuiu-se profusamente uma publicação impressa pelo SCDE, contendo a Divisão Territorial do Estado em 30-4-1956, Sinopse do Registro Civil, ano de 1955, estimativa da população para 1-1-1956 e área e densidade demográfica por município. Está sendo ultimado o Anuário de 1955 e já foi apurado pelo Serviço Hollerith o primeiro semestre de 1956. A codificação do mês de novembro está em vias de conclusão.

Publicou-se também o Anuário de Estatística Judiciária correspondente a 1953 e 1954 e foi aberta concorrência para a impressão do volume referente a 1955.

Atendendo aos compromissos do Serviço de Estatística Demográfica e Judiciária encaminhou o DEE.

a) Ao IBGE - XX Campanha Estatística, referente ao ano de 1955;

b) Ao Serviço de Estatística Demográfica e Judiciária, no Rio de Janeiro, mensalmente, a Sinopse do Registro Civil da Capital, já tendo sido enviados os dados do ano p.p., até outubro;

c) ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, também mensalmente, os dados da Capital, sobre Transcrições de Transmissões de Imóveis, Causa-Mortis e Inter-Vivos, registrados no ano de 1955 compreendendo o movimento até outubro p. p.

Foram fornecidas, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1956, 193 informações sobre Estatística Demográfica e Judiciária, somando 420 quadros, não estando incluídos nas quantidades citadas, os informes atendidos por meio de publicações.

**Estatística
Política e
Social**

Foram apurados, em 1955, 320 estabelecimentos, sendo 19 em Porto Alegre, e 301 nos demais municípios com 6.939 e 17.130 leitos respectivamente, com um movimento de 339.437 pessoas hospitalizadas.

Estando a população do Estado calculada em 4.645.090 habitantes e do município da Capital em 464.140 em 1955, existiam, em média, 1 leito para 193 habitantes e, em Porto Alegre, 1 leito para 67. A média de 1 leito em Porto Alegre para 67 habitantes seria assaz lisonjeira, se para a Capital não viessem em grande número enfermos dos demais municípios do Estado, não estando incluídos nas nossas apurações os hospitais militares do Exército e da Brigada Militar. Funcionaram também 6 enfermarias, com 83 leitos, sendo a ela recolhidos 524 enfermos durante o ano, 99 postos de higiene mantidos pelo Estado e 1 Serviço de Assistência à Infância e Pré-Natal mantido pela Prefeitura de Bagé; 3 assistências públicas municipais e 85 ambulatórios particulares, os quais atenderam 600.427 pessoas.

No Setor de Previdência e Assistência Social foram arroladas 110 entidades, sendo 12 para órfãos, 26 para menores desamparados, 24 para velhice, 20 mistos e 28 para outras finalidades. No total de entidades foram computados 16 infantários e 2 albergues que funcionaram durante o ano de 1955.

Associações de Caridade - Levantadas 208 entidades, as quais

prestaram diversos auxílios num total de 241 237. O número de associados subiu a 38 926.

Associações de Beneficência Mutuária — Arroladas 151 entidades, com 157.655 associados e que concederam benefícios, durante o ano, em diversas modalidades

Cooperativas — Forneceram dados 388 cooperativas, sendo 147 de produção, 132 de consumo, 59 caixas de crédito e bancos, 47 de comércio e consumo e 3 de outras finalidades, possuindo as mesmas um total de 151.219 associados.

Entre as cooperativas do Estado destacam-se 59 caixas e bancos de crédito rural, sendo 48 caixas tipo Raiffeizen, 2 bancos tipo Luzati e 9 caixas de outros tipos. Estas instituições vêm realizando uma obra notável no desenvolvimento econômico e social na zona colonial, onde desenvolvem sua benéfica ação.

Finanças Públicas — O Serviço de Estatística Política e Social continua divulgando todos os anos uma publicação muito procurada sobre Finanças dos Municípios, do Estado e da União. Trata-se da única publicação gratuita que contém todos os elementos sobre arrecadação e despesa dos Municípios do Estado, da União e dos demais Estados Federados.

Segurança Pública — Arrolados Brigada Militar do Estado, Guarda Civil, Serviço de Trânsito, Bombeiros e Movimento Carcerário, além de elementos sobre as eleições realizadas no Estado para Governador, Senadores, Deputados federais e estaduais, em 1954, cujos resultados deram lugar a uma publicação especial do DEE com dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Produção Agrícola — Os quantitativos da área, do volume e do valor dos produtos cultivados no Estado continuam sendo coletados trimestralmente e em todos os municípios.

O SEAP apurou e publicou os dados das colheitas realizadas no ano de 1955 e igualmente o fez para algumas culturas da safra de 1956.

Foi publicada, também, uma monografia sobre o trigo, abordando diversos aspectos deste cereal, trabalho divulgado ao ensejo da 6.ª Festa Nacional do Trigo, realizada em Cachoeira do Sul no mês de outubro de 1956.

Além disso, foram impressos boletins relativos às seguintes culturas: feijão (1956), amendoim, milho, fumo, batata doce, soja, mandioca (1956) trigo (1955) trigo (1956) e publicados quatro boletins informativos da marcha dos preços dos produtos agrícolas recebidos pelos agricultores, discriminadamente, por municípios produtores e correspondentes aos meses de janeiro, março, junho e setembro. Estes boletins incluíram preços das diferentes culturas, nos períodos das safras e das entre safras.

Completando os dados constantes do trabalho apresentado em 1955, o Departamento Estadual de Estatística publicou em 1956 nova série de números índices de preços de consumo (custo de vida), calculados de acordo com instruções do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

Inclui-se também na citada publicação a divisão fisiográfica do Estado, utilizada no levantamento do custo de vida, bem como uma orientação para cálculo da variação percentual fornecida pelos números índices.

Estatística
Agro-Pecuária

Estatística
do Custo de
Vida

**Estatística
de Importação
e Exportação**

Durante o ano de 1956 processaram-se 332 421 guias, 38.877 a mais do que o ano anterior quando foram codificadas 293 428 resultando uma média mensal de 38 99% para o período.

Em obediência ao convênio firmado com o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, foram enviados ao mesmo regularmente os mapas de apuração de comércio de cabotagem.

Foi publicado o Anuário de Exportação com dados relativos ao período de 1953-1954.

Publicou-se também um boletim sobre a exportação do Estado, referente ao primeiro semestre de 1955. Está no prelo desde o ano findo, a Estatística Bancária com as discriminações das contas do ativo e passivo.

Estatística Militar - O Serviço de Estatística Militar, como órgão colaborador do Conselho Nacional de Segurança e das Forças Armadas, compilou, interpretou e tabulou os levantamentos dos planos normais de coleta, sem mantendo atualizados por meio de cadastros e fichários todos os informes de utilidade para a Defesa Nacional; remeteu à 3.ª Região Militar, 5.ª Zona Aérea e Distrito Naval, os dados tabulados e os cadastros estatísticos relativos ao ano de 1955. Os trabalhos do Serviço de Estatística Militar decorreram normais tendo sido melhorados os meios de apuração e publicados com rapidez os seus resultados. A Campanha Estatística de iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, processou-se com regularidade e eficiência.

**Serviço Hol-
lerith**

Continua este Serviço, com seu equipamento em perfeita ordem e produzindo os trabalhos de rotina, nas apurações dos diversos quadros estatísticos que lhe estão afetos.

Em fins do ano transato, foram elaborados novos modelos de cartões, chamados de uso múltiplo, o que virá sobremaneira economizar o dispêndio dos mesmos, redundando nisto grande economia para os cofres do Estado. Esta modalidade foi conseguida de forma satisfatória em virtude do aglutinamento de determinados dados, que vinham sendo transcritos a título precário e nunca foram executados.

Podemos, pois, afirmar que se no ano de 1955, gastamos em números redondos 1.200.000 cartões, esperamos este ano usar pouco mais da metade, isto é uns oitocentos mil.

**Serviço de
Coleta e Di-
vulgação Es-
tatística**

O Serviço de Coleta e Divulgação Estatística imprimiu, durante o ano de 1956, para uso dos demais Serviços do DEE, 77 questionários diversos e 40 publicações de divulgação estatística, num total de ... 266.290 exemplares.

POLÍTICA SOCIAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

No exercício de 1956 a dinamização imprimida à educação e cultura rio-grandense não sofreu solução de continuidade.

Graças às iniciativas tomadas, a Secretaria de Educação e Cultura apresentou um largo saldo favorável de realizações, com real proveito para o bem público.

Ao balancearmos o trabalho do exercício que findou, não poderíamos, por um imperativo de justiça, deixar de render nossa justa homenagem aos dedicados funcionários desta Secretaria de Estado e, muito em especial, aos elementos do magistério que se superando em abnegação e sacrifícios, foram os verdadeiros artífices do que foi realizado.

A Diretoria Geral, como órgão centralizador das atividades administrativas da Secretaria de Educação e Cultura desenvolveu, pelos seus diferentes setores, intenso labor. As deficiências de instalações e materiais da Repartição viram-se, infelizmente, agravadas pelo incêndio que, em 31 de dezembro próximo passado destruiu dependências da Diretoria Geral, causando avultados prejuízos, orçados aproximadamente em vinte e cinco milhões de cruzeiros, e inutilizou elevado número de processos, além de fichários valiosos organizados durante longos anos de intenso e paciente trabalho.

**Diretoria
Geral**

Ficaram deslocados e provisoriamente instalados na Escola Técnica Parobé, a Diretoria do Pessoal, a Diretoria do Expediente, o Serviço de Prédios, a Seção de Expedição e a 1.ª Delegacia Regional de Ensino. Ainda não foi possível, por falta de local apropriado, instalar as oficinas e o almoxarifado.

Este serviço elaborou 50 projetos, vários estudos e anteprojetos. Através de sua Seção de Obras realizou 90 concordâncias administrativas para construção, conclusão e reparação de prédios escolares; registrou o contrato para construção do G. E. de Campo Velho, em Vila Nova, nesta Capital; lavrou contratos de construção de prédios escolares entre as Prefeituras de Estói, Três de Maio, Bom Jesus e Cachoeira do Sul e realizou cerca de 90 levantamentos em prédios necessitados de reparos ou conclusão.

**Serviço de
Prédios**

Foram distribuídos a cada Delegacia Regional de Ensino, com exceção da 1.ª Cr\$ 100.000,00 para conservação de edifícios e Cr\$ 50.000,00 para conservação de instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias.

Foram ampliadas as instalações das seguintes escolas, Escola Normal Rural de Osório, Escola Normal Rural de Santa Cruz S.º G. E. da Tristeza e G. E. "Pedro I".

Foram concluídas as obras dos seguintes Grupos Escolares: "José Clemente Pereira" — Espumoso; "12 de Outubro" — Santo Antônio; "Antônio Machado da Rosa" — Montenegro; "Assunção" — Caí; "Moisés Viana" — Livramento, de Bom Respiro — Jaguarí; de Ijuapirama

— Jaguarí; de Vila Pão — Lajeado; de Olarias — Lajeado; de Subúrbios — São Sepé de Formigueiro — São Sepé

Foram prosseguidas as obras dos seguintes Grupos Escolares: "João Alfredo" — Ruante; de Cidade Alta — Bento Gonçalves de Ilha Tortosa — Rio Grande; de Dois Lajeados — Gauporé; de Montauri — Guaporé, "Monte das Taboas" — Venâncio Aires; de Linha Terezinha — Venâncio Aires; de Cruzeiro — Santa Rosa

Foram construídos os seguintes grupos escolares: de Rincão do Cascalho — Cai; de Linha Dr. Ricardo — Encantado.

Foi, ainda iniciada a construção do G. E. de Fôrto Maria e dado prosseguimento às obras do G. E. "Castiano do Nascimento", Felotas e Jardim de Infância Modelo, Pôrto Alegre.

Ensino Profissional

A principal preocupação neste setor é no sentido da construção e funcionamento de novas unidades de ensino técnico, providências estas de evidente oportunidade, face às exigências da época atual.

A persecução desse objetivo representa uma política educacional prudente e oportuna, capaz de contribuir grandemente para a solução de nossos problemas sociais, sabido, como é, que o número de escolas profissionais existentes no Estado é verdadeiramente irrisório comparado ao índice econômico atingido pela sua indústria, agricultura e comércio.

Assim, são os casos citados em se tratando para a construção de novas escolas, especialmente agrícolas e industriais, e ao reaparelhamento das existentes, visando atenuar a situação constrangedora de ter o Estado de escassa matrícula a centenas de adolescentes e adultos, mesmo quando aprovados em exames vestibulares por falta de capacidade das atuais unidades.

Para a concretização desses objetivos contou a Secretaria com Cr\$ 23.500.000 de recursos orçamentários específicos e com Cr\$ 200.000,00 recebidos do Ministério de Agricultura mediante convênio, para reaparelhamento da Escola Técnica de Agricultura.

A Superintendência do Ensino Profissional conta, atualmente, com 12 escolas profissionais e 2 vinculadas sob regime de convênio, assim distribuídas:

Ensino Industrial)

1. Escola Técnica Parobé — Pôrto Alegre — cursos industrial, técnicos e artesanal — grau médio 1º e 2º ciclos.
2. Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles — Pôrto Alegre — cursos industrial e técnicos, grau médio 1º e 2º ciclos.
3. Escola Artesanal "Dr. Cilon Rosa" — Santa Maria — cursos artesanais — grau médio, 1º ciclo.
4. Escola Artesanal "Arte do Livro" — Pôrto Alegre — curso artesanal — grau médio, 1º ciclo.
5. Escola Profissional "Darcy Vargas" — Pôrto Alegre — cursos profissionais primários.
6. Escola Profissional "Evarista Flores da Cunha" — Pôrto Alegre — cursos profissionais primários.

Ensino Agrícola

1. Escola Técnica de Agricultura — Viamão — cursos de iniciação agrícola, mestria agrícola e agro-técnicos — grau médio, 1º e 2º ciclos.
2. Escola Agrícola "Assis Brasil" — Bagé — cursos de iniciação agrícola — grau médio, 1º ciclo.

Ensino Comercial

1. Escola Técnica de Comércio Protásio Alves — Porto Alegre — cursos comercial básico e técnicos — grau médio, 1º e 2º ciclos.
2. Escola Técnica de Comércio Getúlio Vargas — Rio Grande — cursos de grau médio, 2º ciclo.
3. Escola Técnica de Comércio — Tupanciretã — cursos técnicos — grau médio, 2º ciclo.
4. Escola Técnica de Comércio — Jaguarão — cursos técnicos — grau médio, 2º ciclo.

Ensino Agrícola particular (sob convênio)

1. Escola Agrícola Teutônia — Estrêla — curso técnico rural, legislação estadual — grau médio, 1º ciclo.
2. Patronato Agrícola Gabriel Miranda — Cruz Alta — curso de preparação vocacional agrícola — nível primário.

Essas escolas apresentaram o seguinte movimento de matrículas: Ensino Industrial Médio, 1.162 alunos; Ensino Profissional Primário, 1.707 alunos; Ensino Agrícola Médio, 328 alunos; Ensino Comercial Médio, 543 alunos, totalizando, em geral, 3.740 matrículas.

A Escola Técnica de Comércio de Jaguarão encampada pela Lei nº 3.049, de 19 de dezembro de 1956, entrou em funcionamento em 1º de março de 1957.

Foram ultimadas as providências para encampação das escolas: Industrial de Santo Ângelo, Industrial de Itaquí, Industrial de Erechim, Agrícola de São Luiz Gonzaga e Agrícola de Palmeira das Missões.

Na Diretoria do Ensino Industrial do Ministério de Educação e Cultura, para aplicação de Cr\$ 30.000.000,00, concedidos pela Lei nº 2.533, de 5-7-55, na construção de novas instalações da Escola Técnica Parobé.

Acórdos e
Convênios
Assinados

Acórdo para aplicação de Cr\$ 2.205.000,00, na construção da Escola Industrial de Itaquí, com recursos concedidos pelo Fundo Nacional do Ensino Médio.

Acórdo com a Diretoria do Ensino Industrial para aplicação do auxílio de Cr\$ 260.000,00 destinados à continuação da construção da Escola Artesanal de Bagé.

Auxílio de Cr\$ 200.000,00, mediante acórdo para reaparelhamento da Escola Técnica de Agricultura de Viamão.

É o estabelecimento de ensino industrial padrão do Estado, e o mais antigo do país pois data de 1º de julho de 1906 a sua fundação. Comemorou no ano de 1956, seu cinquentenário de atividade sempre devotada ao preparo humano e profissional de adolescentes e adultos.

Escola Técnica
Parobé

Tendo em vista a precariedade das instalações atuais da Escola, que há muito não permitem o atendimento do elevado número de matrículas solicitadas, foram procedidos estudos para a construção de nova sede. Nesse sentido, foram tomadas as seguintes providências: Reserva de uma área de 3,15 Ha, na futura Av. Beira Rio para a construção; encaminhamento do programa da Escola, para a elaboração do projeto, em andamento na Secretaria das Obras Públicas; assinatura de acórdo com o Ministério da Educação e Saúde, no valor de Cr\$ 30.000.000,00 já referido.

Escola Técnica de Agricultura

Iniciou-se a construção de novas instalações, em terreno da própria escola, em Viamao, junto ao antigo Instituto Experimental de Agricultura. A obra em apreço teve sua primeira e segunda etapas constituídas da construção de salas de aula, administração, serviço de saúde, serviço de orientação, serviço de recreação, etc., concluídas.

A despesa para a realização da 3ª etapa já foi empenhada e se constitui de pavilhões de alvenaria para cozinha, refeitório, instalações sanitárias, enfermaria e residência de vigilante.

Essas novas instalações, que se destinam aos cursos de mestria, deverão estar concluídas no correr do ano de 1957, e terão capacidade para 200 alunos.

Escolas Profissionais em Construção

No exercício de 1956 foi dado andamento às construções seguintes, perfazendo um total de Cr\$ 13.099.326,90:

1. Iniciada a construção de Escola Artesanal de Sage pavilhão principal, composto de salas de aula, administração, refeitório e cozinha, devidamente empenhado no valor de Cr\$ 5.138.584,00.

2. Concluída a 2ª etapa da Escola de Mestria Agrícola de Viamao, cuja despesa atingiu a Cr\$ 948.367,80.

3. Empenhada a conclusão da Escola Agrícola da Palmeira das Missões, pavilhão principal, com salas de aula, administração, internato, refeitório, cozinha etc. Cr\$ 3.989.475,10.

4. Ampliação de prédio do Colégio Lemos Junior de Rio Grande, onde funciona a Escola Técnica de Comércio Getúlio Vargas, empenhados Cr\$ 2.000.000,00.

5. Ampliação das instalações da Escola Agrícola "Santa Isabel", município de São Lourenço, empenhados Cr\$ 1.922.400,00.

Ensino Primário

Conta o Estado, atualmente, com 9.492 professoras nomeadas, das quais 537 são especializadas; a matrícula nos estabelecimentos públicos de ensino primário elevou-se a 198.391 alunos. Os dados a seguir enumerados ilustram ainda mais que a preocupação fundamental do Governo tem sido a de generalizar o ensino público primário.

Ingressaram no magistério primário, no ano findo, 1.233 professoras concursadas, tendo sido nomeadas, também, 63 regentes do ensino primário e contratadas 692 professoras.

O aumento da rede escolar foi da seguinte ordem:

	GE	Escolas	Total
Unidades criadas	42	14	56
Unidades instaladas	57	21	78
Unidades reabertas	26	28	54
Unidades incorporadas	1	5	6
Unidades transferidas	2	8	10
Unidades transformadas em rurais	6	1	7
Unidades extintas	—	2	2
Unidades novas dependentes de ato	33	21	54

Ensino Normal

Conta agora a Superintendência do Ensino Normal com 69 unidades escolares, sendo 52 estabelecimentos do 2º ciclo e 17 do 1º ciclo, os quais acolhem 12.378 alunos.

Em 1956 foram realizados os seguintes cursos para professoras do Ensino Normal:

- 1 De Orientação Educacional, no mês de abril.
- 2 De Psicologia, em julho.
- 3 Reunião para planejamento da reforma do Ensino Normal, em novembro.

Colaborou também com o Instituto de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul para trazer ao nosso Estado o professor Leonardo Van Acker.

Além de proporcionar atividades culturais, a Superintendência do Ensino Normal visitou 30 estabelecimentos do interior, procurando auscultar as suas necessidades, e realizou 4 reuniões com Diretores e com professores fiscais com o objetivo de unificar o trabalho administrativo daquele setor do ensino.

No setor didático deteve-se, de maneira especial, no enriquecimento das bibliotecas das Escolas Normais, fazendo com que todas elas estejam aparelhadas com material básico sobre os assuntos que correspondam às unidades formadoras de currículos do ensino normal.

Foram, ainda providas de material de laboratório e gabinete de ciências 5 Escolas. Embora não tenham sido providas mais escolas, todas as demais foram atendidas em suas necessidades mais iminentes.

De grande alcance para o Ensino Normal foi a verba concedida pelo INEP para equipamento das Escolas Normais Regionais. Com esta verba foram realizados melhoramentos em diversos estabelecimentos de ensino.

No ano de 1956 entraram em funcionamento as seguintes novas escolas normais: Escola Normal São José, de Erechim; Escola Normal Imaculada Conceição de Jaguarão; Escola Normal Borges do Canto, de Palmeira das Missões.

Ampliando o serviço do ano anterior, reuniu a Superintendência do Ensino Normal 50 alunos em Torres e 20 no Cassino.

Em Torres foram reunidas as alunas do Instituto de Educação e da 1.º de Maio, da Olavo Bilac, da João Neves da Fontoura e da Elisa Valls; no Cassino, as alunas da Assis Brasil e da Ponche Verde.

A Superintendência do Ensino Secundário foi particularmente fecunda em realizações. No decurso do ano de 1956 foram criados 11 novos estabelecimentos tendo se preparado a SES para receber, sob sua responsabilidade administrativa, igual número de estabelecimentos ginásio-colegiais, que serão desligados da SEN no início do corrente exercício.

Em 1956 os Estabelecimentos sujeitos a SES eram em número de 27, sendo 31 unidades só com curso ginásial, 1 unidade só com curso colegial e 5 unidades com curso ginásial e colegial.

Encampou, o SES, o Ginásio Noturno Senador Salgado Filho (atualmente Inácio Montanha), que conta uma matrícula de aproximadamente 400 alunos, tendo também começado a funcionar em 1956 o Ginásio de Santa Cruz do Sul criado já anteriormente.

O Ginásio Presidente Roosevelt, desta Capital, criado recentemente, entrará em funcionamento no corrente ano.

O número de alunos matriculados em 1956 em estabelecimentos sujeitos à SES foi de 19.204, tendo havido um acréscimo de 2.450 alunos comparando-se com a matrícula de 1955.

A grande maioria dos Colegios e Ginásios funciona em prédios cedidos. Os poucos Educandários que têm ou terão prédios próprios, são os seguintes.

- 1) Ginásio de Encruzilhada;
- 2) Ginásio de Jaguarão;
- 3) Ginásio de Palmeira;
- 4) Colégio de Rio Grande;
- 5) Ginásio de São Borja;
- 6) Ginásio de São Francisco de Assis;
- 7) Ginásio de Lovramento;
- 8) Ginásio de Tupanciretã.

Os outros estabelecimentos na sua quase totalidade, funcionam em Grupos Escolares.

Foram assinados 27 convênios, com estabelecimentos particulares de ensino secundário, custeando dessa forma o Estado os estudos de centenas de estudantes menos favorecidos economicamente. Desses convênios cumpre destacar os assinados com os Ginásios de Soledade e Arroio Grande para a gratuidade total do ensino.

Ensino Rural

- No decorrer do ano de 1956 deu a Superintendência do Ensino Rural prosseguimento aos convênios assinados com o Ministério da Educação e Saúde, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com a planificação e atualização do Plano Geral de construções de Escolas Rurais no Estado.

Entrou a SER por intermédio dos seus serviços técnicos, em contato com inúmeras Prefeituras Municipais com a finalidade da legalização dos terrenos doados para criação e construção de escolas rurais. Foi planejada e relacionada por este setor uma relação preferencial de 22 novas unidades escolares para construção imediata. Com essa finalidade já foram assinados 16 Termos de Contrato com as Municipalidades interessadas.

Em 1956 foram criadas 62 escolas rurais, elevando-se, assim, a 350 o número atual de escolas rurais em funcionamento. Além disto, mais 70 estão em condições de entrarem em funcionamento regular no atual exercício. Para atender a esse número de escolas conta a SER com 248 professores com formação regular em Escolas Normais Rurais e nomeados através de concurso de títulos e com 333 professores contratados. Esse total de 581 professores será aumentado, para o ano de 1957, em mais 200 cargos.

Como em anos anteriores, nos meses de janeiro e fevereiro, funcionaram nas Escolas Normais Rurais de Osório e Santa Cruz do Sul, os Cursos Intensivos previstos pela Lei n.º 913-49, para a formação técnico-pedagógica dos professores contratados.

Foram distribuídas 35 novas bolsas de estudos às diversas Escolas Normais Rurais particulares, sob regime de convênio com a Secretaria, perfazendo, com essas, um total de 365 bolsas.

As Escolas Normais de Osório e de Santa Cruz do Sul tiveram as suas instalações ampliadas em 4 novas salas de aula, dormitórios e cozinha, estando em andamento a reforma do edifício da E. N. Rural de Osório.

Formaram-se, nas Escolas Normais Rurais, 142 novos professores primários rurais.

Educação Artística

— Entre as inúmeras atividades desenvolvidas pela Superintendência de Educação Artística, destacam-se as do Serviço de Orientação Especializada que tem o objetivo de coordenar auxiliar e orientar o trabalho dos professores com especialização. Efetuam-se essas atividades através de reuniões, visitas aos Grupos Escolares, escolha e seleção de material, elaboração de planos, etc. Esse Serviço realizou 53 reuniões de professores para fins de orientação; 4 reuniões de professores para fins culturais; deu orientação individual a 297 professores; visitou 205 Grupos Escolares; promoveu 4 exposições de desenho além de 10 exposições internas realizadas em Grupos Escolares; promoveu também uma apresentação de Teatrinho Escolar. Pela sua importância cumpre ressaltar a realização do IX Salão Rio-grandense de Desenho Infante Juvenil e o V Bazar de Artes Aplicadas. Essa exposição, que esteve franqueada ao público, durante 15 dias, registrou uma frequência média diária de 1.200 pessoas, sem

contar as comissões de alunos dos estabelecimentos de todos os graus de ensino, da Capital e arredores. Nesta oportunidade, por três vezes, foram feitas, pelos alunos, com vários números de caráter recreativo, demonstrações de teatro infantil de sombra, de marionetes e de fantoches confeccionados pelos mesmos. Foram realizadas, nesse ano, duas demonstrações orfeônicas, uma das quais com a participação de 3.500 alunos e a outra com 1.200. Involuntário sucesso registrou o desfile promovido no Teatro São Pedro de "Bandilhas Rítmicas" dos Jardins de Infância e de Orfeões dos Cursos Primários, com a participação de alunos das escolas públicas.

Foram promovidas 10 aulas de apreciação musical, através de aparelhos de reprodução de som.

Distribuiu a Superintendência 17.034 cópias de reproduções de músicas a estabelecimentos oficiais e particulares, da Capital e do interior do Estado.

Realizaram-se Cursos de Especialização em Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, para formação de professores especializados, que registraram a frequência de 32 alunos no Curso de Música e Canto Orfeônico e 56 alunos no Curso de Desenho e Artes Aplicadas.

Foi realizado concurso de caráter interno, para classificação de professores especializados concorrentes à nomeação em cursos secundários. Dêsse concurso foram estudados ao todo 182 processos de inscrição.

Foram aplicadas provas objetivas de desenho, música e artes aplicadas, na Capital e interior do Estado, a 21.867 alunos.

— A Diretoria de Artes planejou e realizou 88 audições musicais, sendo 85 em cidades do interior do Estado, bem como conferências sobre música ilustradas ao piano, nas Escolas Normais do interior. O Museu de Artes do Rio Grande do Sul adquiriu 17 obras de arte, tôdas de alto valor artístico num montante de Cr\$ 245.000,00. No Teatro São Pedro realizaram-se 290 espetáculos, o que dá uma média de seis sessões por semana.

A Discoteca Pública realizou 99 audições para um total de 1.488 ouvintes, apresentou ainda 33 audições radiofônicas e gravações de obras de compositores rio-grandenses. O Serviço de Radiodifusão Educativa manteve três audições semanais em emissoras locais durante todo o ano. A Diretoria de Ciências, através do Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais realizou e concluiu catalogações, pesquisas, classificações, realizou também viagens de estudo, excursões de coleta e reorganizou as coleções da secção de História Natural do Museu Júlio de Castilhos. O Instituto de Tradições e Folclore criou a Biblioteca de Folclore, organizou uma "Mostra Temporária de Folclore" tomou parte em 40 audições de radiodifusão promoveu conferências e congressos tradicionalistas. O Museu Júlio de Castilhos transformou-se unicamente em Museu de História Nacional. Teve suas coleções aumentadas graças à esplêndida doação do Sr. Mário Martinez, proprietário do Museu General Osório e que representa a mais significativa oferta até hoje feita ao Estado. Estiveram nesta casa de cultura 14.329 visitantes diversos, 1.907 alunos e 89 professores. O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul elaborou o catálogo das Câmaras Municipais, organizou e colaborou em exposições sobre grandes vultos da história gaúcha, assim como vem realizando um sistemático trabalho de informações. A Diretoria de Letras realizou um concurso literário: "Estudos sobre o Romantismo" em curso constante de 10 conferências. O Instituto Estadual do Livro editou uma obra sobre Araújo Lima Viana, a preço popular. A Biblioteca Pública Infantil registrou uma

Divisão de
Cultura

frequência de 8.000 crianças, contando, atualmente, com um acervo de 2.893 volumes. A Biblioteca Pública apresentou uma frequência de 58.738 leitores os quais consultaram 18.034 obras.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, no cumprimento das atribuições técnico-pedagógicas que lhe são conferidas, empreendeu durante o ano de 1956 extenso trabalho de orientação, exercido principalmente de modo direto e intensivo, através de cursos de aperfeiçoamento e especialização, seminários, conferências e reuniões, tanto na Capital como no interior do Estado, atingindo os setores do magistério primário, secundário e normal. Elaborou, também, o CPOE farto material de divulgação pedagógica, expedido aos estabelecimentos de ensino, com o fim de atualizar e manter em bases científicas o trabalho escolar.

Educação Física e Assistência Educacional

— A administração das atividades relativas à educação física nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado, como a função de assistência aos alunos das escolas públicas compete à SEFAE a qual se desincumbiu de suas atribuições, no ano de 1956, de forma satisfatória.

Pela SEFAE foram programadas as comemorações da "Semana da Pátria", as quais contaram, durante a sua realização, com a orientação dos especialistas deste Setor. De relevância, também, foi a "Campanha de Natação" promovida por esta Superintendência, que obteve pleno êxito entre os escolares da Capital.

As atividades relativas às colônias de férias para escolares tiveram sensível impulso, no ano findo, contando-se com 10 unidades em funcionamento.

Assim, pois, foram atendidos, no período de 15 de dezembro de 1955 a 28 de fevereiro de 1956, 4.037 escolares, distribuídos pelas Colônias de Recuperação, das praias e da serra.

A despesa total com a manutenção destas Colônias foi de Cr\$... 3.995.619,60.

Pelos serviços médicos foram concedidas 15.155 consultas entre os escolares da Capital e do interior do Estado.

O número total de consultas, nos serviços odontológicos em todo o Estado, subiu a 29.139.

Foram aviadas 7.741 receitas, pelo setor de Farmácia e aplicado um total de 6.866 vacinas de BCG.

O Serviço de Assistência Social atendeu apreciável número de escolares, proporcionando-lhes auxílios, tais como: medicamentos e material dentário para 7.859 crianças; vestuário escolar para 1.790; agasalhos para 48; calçados para 1.825; e peças de vestuário para 7.889 escolares das Colônias de Férias.

Especial atenção tem merecido desta Secretaria a questão da alimentação das crianças que frequentam as escolas públicas.

Realmente, o caso exige séria atuação do poder público, em face do índice de nutrição acusado pelo Serviço de Saúde Escolar, que assim se apresenta: obesos, 313; subnutridos, 6.402; normais, 13.766.

Assim, a par das atividades de orientação, de cursos e conferências realizadas sobre o assunto, a SEFAE distribuiu gêneros de alimentação a 118 municípios, para o atendimento de 777 unidades escolares, no montante de Cr\$ 1.882.250,00.

Além do que se realizou com recursos orçamentários próprios, muito se fez com o auxílio da Campanha Federal da Merenda Escolar, que possibilitou o atendimento de cerca de 50.000 escolares.

Ao concluirmos o relato das atividades da Secretaria de Educação e Cultura, não o poderíamos fazer sem uma menção especial ao "Plano Quinquenal de Construções Escolares", elaborado com a participação dos órgãos técnicos daquela Secretaria de Estado. Esse trabalho tem por escopo enfrentar o crescente deficit escolar no Estado, com a construção de uma extensa rede de prédios escolares. Nesses cinco anos em que se situa o plano, pretende o Governo realizar o seguinte programa mínimo:

- a) 1.500 salas de aula para 120.000 alunos de escola primária;
- b) 700 escolas rurais com residência para o professor, para abrigar 56.000 alunos;
- c) ampliação e conclusão de escolas normais;
- d) construção e ampliação de ginásios;
- e) desenvolvimento do plano de escolas profissionais.

INSTITUTO TECNICOLOGICO DO RIO GRANDE DO SUL

Prosseguiram, no decorrer de 1956, as atividades do Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, num elogiável ritmo de trabalho. Houve sensível aumento de ensaios e pesquisas em todos os setores, proporcionando-se, assim, à indústria gaúcha a assistência e a orientação necessárias para que melhore e aperfeiçoe seus métodos de produção.

Merece especial menção, a doação feita pelo Governo do Estado do terreno destinado à construção da sede da Autarquia. O terreno em questão com área aproximada de 27.000 m² está situado à rua Pântano Telles sendo que parte da mesma se acha ainda submersa devendo ser recuperado ao Guaíba o que será feito pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Nos primeiros meses do próximo exercício o serviço de aterro estará concluído o que permitirá dar início às obras de construção da nova sede. Foi, ainda conseguida a inclusão no Orçamento Geral da República de um auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 os quais somados aos Cr\$ 2.750.000,00 já existentes para tal fim asseguram a possibilidade de executar em breve prazo uma parte das novas instalações.

Com o Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura, foi assinado um termo aditivo ao convênio existente entre o mesmo e este Instituto mediante o qual foi o último beneficiado com a importância de Cr\$ 240.000,00 destinada ao prosseguimento dos estudos previstos no mesmo.

O Conselho Nacional de Petróleo solicitou a colaboração do Instituto no sentido de fiscalizar a qualidade da gasolina para automóvel distribuída no Estado pelas várias Companhias. Para a execução de tal trabalho propôs o Conselho Nacional de Pesquisas o estabelecimento de um acordo mediante o qual o mesmo fornecerá material de laboratório um veículo tipo Jeep e a importância de Cr\$ 150.000,00 anualmente. Depois de aprovados, pelo Conselho Deliberativo do Instituto, os termos do acordo foi o mesmo efetivado.

Com o SENAI foi também assinado um convênio destinado a promover a criação e funcionamento de um curso para a formação de elementos especializados na técnica de soprado vidro. Para a efetivação de tal compromisso, foi contratado em São Paulo, profissional altamente qualificado que orientará o curso em referência e atenderá a produção normal de vidraria para o Instituto.

Digno de nota foi, também, o auxílio conseguido do Instituto do Conselho Nacional de Pesquisas referente aos recursos necessários para completar seus setores de cerâmica e couros e instalar outros de borraça e tratamentos térmicos.

Sede do Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul

Convênios e Acôrdos

Secção de Botânica Tecnológica

Foram identificadas 77 amostras de madeiras e emitidos 2 Certificados. O número de lâminas preparadas elevou-se a 160, correspondentes a 74 espécies de árvores.

Foi procedida a contagem estatística dos elementos anatómicos de 7 madeiras diferentes. Os estudos para a "Dendrologia do Rio Grande do Sul", resultaram na confecção de texto e das ilustrações para as famílias das Casuarináceas e Flacocarpáceas e que farão parte do 2.º fascículo da mencionada obra, a ser enviada ao prelo, oportunamente. Os trabalhos iniciados durante o ano de 1955, por iniciativa da firma Ciba S. A., foram continuados e estendidos ao estudo comparativo da ação da Demecolcina e da Colquicina sobre o desenvolvimento de raízes da cebola.

Foi terminada a edição dos Anais da 5.ª Reunião da Sociedade Botânica do Brasil, realizada sob auspícios do Instituto em 1954.

O chefe da Secção representou o Instituto na 8.ª Reunião da Sociedade Botânica do Brasil em Cruz das Almas, em janeiro de 1956.

Continuou a tradicional colaboração entre o Departamento de Botânica do I. C. N. da Universidade do Rio Grande do Sul e a Secção de Botânica Tecnológica do Instituto. A Autarquia contribuiu para o êxito da excursão de conclusão do curso de História Natural à zona Litorânea do Estado e Santa Catarina, bem como para a confecção das figuras, destinadas ao 2.º fascículo duma Flora Ilustrada do Rio Grande do Sul. Por sua vez, foi beneficiada pela renovação da instalação fotográfica mediante doação duma Leica M III e dum moderno aparelho de Ampliações, pela Rockefeller Foundation.

Colaborou esta Secção no planejamento do Jardim Botânico do Estado.

Secção de Madeiras

Foram feitos estudos especiais sobre: método brasileiro para ensaios de madeiras, terminologia de peças e defeitos de peças de madeira; classificação de peças de madeira para fins estruturais; norma brasileira para cálculo e execução de estruturas em madeira; especificação para dormentes em madeira. Foram ainda realizados estudos e pesquisas sobre os seguintes itens: caracterização física-mecânica das espécies lenhosas do sul do Brasil; ensaio de tração paralelas às fibras; operações de impregnação preservativa; estudo comparativo da resistividade natural ao ataque de fungos; estudos sobre colas.

Secção de Metais e Metalografia

Foram expedidos 116 certificados e relatórios, correspondentes ao ensaio de 851 corpos-de-prova e 3.171 determinações. No setor de fotografia foram executados 2.897 documentos fotográficos, no ano em relato. Foram, ainda, realizados vários trabalhos especiais e diversas pesquisas e estudos.

Secção de Metrologia

O Serviço de Metrologia Legal executou exames iniciais da produção das fábricas de materiais metrológicos existentes no Estado. Foi executado o serviço de aferição e fiscalização no comércio em geral dos municípios de Viamão e parte nos de Canoas, Bagé, Caxias do Sul, tendo sido realizadas diligências de fiscalização no comércio dos municípios de Porto Alegre e Novo Hamburgo, cujo serviço normal é executado por órgãos delegados.

Secção de Química

Durante o ano de 1956 foram analisadas 4.442 amostras de materiais diversos compreendendo um total de 6.400 determinações isola-

das. Foram expedidos, ao todo, 1.122 Certificados, 45 Relatórios, 30 Cartas Explicativas e diversos Pareceres

Foram realizados estudos e pesquisas nos setores de borracha, cerâmica combustíveis, couros e materiais tanantes, metais, química agrícola química orgânica e tecnologia das fermentações, tecidos, pigmentos, tintas e vernizes, produtos do petróleo e análises físico-químicas.

Foram expedidos 102 Certificados, 1 Relatórios e 2 Pareceres, envolvendo os seguintes serviços sondagens em terra sondagens em rocha, provas de carga em estacas, provas de carga em terrenos, qualidade de rochas ensaios de laboratório ensaios de campos instalação de marcos de referência e infiltração de água para barragem

Além dos trabalhos de rotina, foram realizados trabalhos especiais, referentes à verificação de fundações em diversos edifícios, pista do aeroporto de Santa Maria estudos complementares das fundações da ponte sobre o rio Guaíba e exploração do sub-solo para barragens e viadutos da Viação Férrea.

Foram executados os seguintes estudos e ensaios: verificação da causa do desabamento de uma marquise ensaios com placas denominadas "Climatex" ensaios com ligação de cabos com castanhas de porcelana ensaios com cabos de aço levantamento plani e altimétrico e determinação da armadura das fundações do edifício Jaguaripe determinação dos esforços em barras de bicicletas, estudo dos viadutos de acesso à futura ponte sobre o rio Taquari, estudo comparativo de resinas para compressão diametral de corpos de prova de concreto envolvidos em camisas metálicas prova de carga na ponte mista sobre o rio Ijuí e diversas vistorias em edifícios.

Elevou-se a 1.727 o número de relatórios expedidos e a 13 o de Cartas Explicativas referentes aos seguintes trabalhos: controle de concreto em estruturas controle de concreto da pavimentação da E R Pelotas-Rio Grande controle de concreto da pavimentação da pista do aeroporto de Pelotas dosagens racionais de concreto estudos de tijolos de argamassa reconstituição de traços de concreto determinação de consumo de cal e argamassa, extração de corpos de prova de concreto, vistorias em obras de concreto armado reconstituição de traços de argamassa de cimento cal e areia e ensaios de trabalhabilidade

Receita: Nas previsões das rubricas como sejam Eventuais, Renda Ensaios e Pesquisas e Taxa de Aferições de Pesos e Medidas, comportaram-se da seguinte maneira:

Eventuais — Foi previsto para o exercício um montante de Cr\$ 400.320,00 e executado um total de Cr\$ 1.394.410,40 ou seja, uma execução a maior de Cr\$ 994.090,40.

Taxa Aferição de Pesos e Medidas — Foi previsto para o exercício um montante de Cr\$ 600.000,00 e executado um total de Cr\$... 614.342,40 ou seja, uma arrecadação a maior de Cr\$ 14.342,40.

Renda Ensaios e Pesquisas — Foi previsto para o exercício um montante de Cr\$ 3.500.000,00 e executado um total de Cr\$ 4.414.635,60 ou seja uma execução a maior de Cr\$ 914.635,60.

DESPESA: as previsões das despesas por rubricas para o exercício corrente montaram num total inicial de Cr\$ 17.150.320,00 e posteriormente reforçadas pelos Decretos Legislativos n.ºs 813, de 8 de outubro

Seção de Solos e Fundações

Seção de Estruturas

Seção de Aglomerantes e Concretos

Situação-Econômico Financeira

de 1956 e 861 e 864, de 7 de dezembro de 1956, num total de Cr\$... 5.204.460,30 ficando assim a despesa orçada num total geral de Cr\$ 22.354.780,30. Dêste total geral foi empenhado com a inclusão dos Restos a Pagar um total de Cr\$ 21.274.853,80, restando assim uma economia de verbas num total de Cr\$ 1.079.926,50 aproximadamente.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

Continuou o Governo empregando seu decidido empenho em proporcionar à população do Estado as condições de boa saúde, um dos constantes objetivos da administração estadual.

Dentro dos recursos disponíveis, promoveu o Departamento Estadual de Saúde as medidas assistenciais e preventivas não só pelos seus órgãos próprios, que compreendem Centros e Postos de Saúde e organizações hospitalares, como, também, amparando a iniciativa particular, de modo a estender o mais possível os benefícios de uma boa política sanitária a tôdas as regiões do território estadual.

Com a criação de novos municípios, surgiu a exigência de novos Postos de Saúde nas respectivas sedes municipais. Dependendo tal iniciativa de recursos orçamentários adequados, já enviou o Governo a esta colenda Assembléia Legislativa, projeto de lei a respeito.

Ainda não alcançou o Estado o percentual recomendado para as atividades relacionadas com a Saúde, correspondente a 10% da receita, não obstante o aumento contínuo das dotações orçamentárias do DES nos três últimos anos, as quais totalizaram em 1955 — Cr\$ 191.451.660,00, em 1956 — Cr\$ 294.761.844,00, e, em 1957 — Cr\$ 316.092.600,00.

Não puderam, infelizmente, os serviços crescer na mesma proporção que essas verbas, pois sabido é que o preço das utilidades para mantê-los subiu acentuatadamente de custo, assim como os vencimentos do pessoal foram majorados. Para dar maior eficiência aos encargos desse setor da Administração, torna-se necessário prover cargos técnicos com pessoal habilitado, construir prédios para Unidades Sanitárias, para a Colônia Agrícola de Alienados, para o Instituto de Cardiologia, para vacinas de vários tipos, etc.

Uma população com consciência sanitária, compreende, aceita e põe em prática as medidas de higiene. Implanta-se essa consciência sanitária por meio de educação sanitária; através da Seção especializada e das Unidades Sanitárias, o DES desenvolveu em 1956, intensa atividade. Foram realizados em municípios do interior 143 cursos educativos e nesta Capital 31. Cerca de 6.000 palestras foram proferidas e distribuídos mais de 9.000 impressos e folhetos e afixados mais de 8.000 cartazes. Inúmeros foram os conselhos de saúde divulgados.

Equipes educativas da Seção de Educação Sanitária do DES percorreram o Estado permanecendo 25 dias em cada município visitado. Foram trabalhados 23 municípios.

No sentido de melhor controlar sob o ponto de vista sanitário os estabelecimentos que manipulam gêneros alimentícios, foi incrementada a atividade dos "comandos sanitários", que em 1956, fizeram 5.592 visitas (contra 2.853 em 1955) a bares, cafés, restaurantes, açougues, padarias, confeitarias, barbearias, fábricas de gêneros alimentícios e a ou-

**Despesa com
a Saúde
Pública**

**Consciência
Sanitária da
População**

**Comandos
Sanitários**

tros locais. Foram encontrados em condições 1.866 estabelecimentos. Foram lavrados 794 autos de infração. Autos de apreensão e inutilização: 48. Termos de intimação expedidos: 299.

Combate aos Mosquitos

A luta anti-culicidiana foi intensificada mesmo durante o inverno. Foi aumentado o aparelhamento do Serviço de Saneamento de Focos, cujo quadro de funcionários também foi reforçado. Em agosto de 1956, o Ministério da Saúde e o Governo do Estado assinaram um acordo para o combate aos mosquitos em Porto Alegre e nas estações balneárias do Atlântico.

Pelo acordo que começou a vigorar em 1.º de janeiro deste ano, incumbe ao Ministério da Saúde através do Departamento Nacional de Endemias Rurais orientação e assistência técnica, aproveitamento do pessoal técnico e administrativo, fornecimento de material de consumo, cessão de material permanente, custeio da despesa de transporte do pessoal. O Governo do Estado se compromete a contribuir com a importância de um milhão de cruzeiros como recurso financeiro para atender às despesas decorrentes da intensificação, desenvolvimento e execução dos trabalhos e ao custeio complementar de pessoal de material e de transporte inclusive veículos motorizados.

A existência de mosquitos em Porto Alegre só indiretamente chega a constituir um problema de Saúde Pública. O nosso mosquito o "culex" é o agente transmissor da filariose doença aliás de muito baixa incidência no nosso meio. Deste modo a presença de mosquitos em Porto Alegre deve ser encarada como uma causa de incomodidade, de desconforto que perturbará o repouso e em consequência o bem estar da população.

A campanha anticulicidiana na base desse acordo já está em plena execução.

O DES com o seu Serviço de Saneamento, com o pessoal especializado faz um tratamento que apesar de sistemático, não extingue o mal. A extinção dos mosquitos, em Porto Alegre, só pode ser obtida mediante a prévia execução das obras de saneamento precitadas, em sua quase totalidade da alçada da Prefeitura Municipal.

As atividades do Serviço de Saneamento de Focos, na Capital, no exercício de 1956, podem ser assim sintetizadas: cinemas dedetizados, 341; "bocas de lobo" dedetizadas, 238; área expurgada, 441.501 m²; valas abertas, 1.130 m.; valas antigas limpas, 163.701 m.; depósitos d'água inspecionados, 250.894; depósitos d'água petrolizados, 161.715; prédios em construção petrolizados, 1.694; valas e alagados petrolizados, 3.600; prédios inspecionados, 489.577; D. D. T. em pó gasto, 600 kg.; D. D. T. líquido gasto, 535 l.; Lindana gasto, 15,5 l.; B. H. C. gasto, 85 kg.; Petróleo gasto, 40.146 l.

Imunização da População

Defender a população das doenças contagiosas ou transmissíveis, constitui uma importante tarefa das Repartições de Saúde. Essa defesa se faz principalmente pela imunização obtida através da vacinação.

Por isso, e apesar do DES não produzir em quantidade suficiente as vacinas que necessita, foi feita, no Estado, uma grande distribuição de vacinas produzidas compradas ou recebidas de Manguinhos e do Uruguai (anti-variólica), o que permitiu que fossem feitas as seguintes aplicações: vacinação anti-variólica, 443.465; vacinação anti-tífica, ... 232.815; vacinação anti-diférica 30.953; vacinação contra a coqueluche, 10.025; vacinação pela B. C. G. (c. a. tub.), 50.232; vacinação pela B. C. G. (c. a. lepra) (Pessoas imunizadas), 1.561.

É natural que o Estado se preocupe com a saúde da infância e das gestantes. Em agosto de 1956 uma comissão nomeada, em atenção a dispositivos legais, apresentou um plano de proteção à criança, plano esse cuja execução está confiada à Diretoria dos Serviços de Proteção à Maternidade e à Infância, do DES. A distribuição de recursos correspondentes ao plano em aprêço alcançou a soma de Cr\$ 8.265.000,00, dos quais mais de 3 milhões para Postos de Puericultura e um milhão e oitenta mil cruzeiros para instalação e ampliação de lactários secos.

Durante a Semana da Criança, o DES efetuou o tradicional concurso de Saúde Infantil nas Unidades Sanitárias e Puerícolas. O DES, por intermédio dos seus técnicos, prestou colaboração a várias instituições.

A mortalidade infantil ainda é alta no Estado, pois é superior a 70 isto é, para cada mil crianças que nascem vivas, morrem mais de 70 cada ano, antes de completar 12 meses de idade. Em Porto Alegre é muito alta, acima de 100. Entretanto em 1956, o coeficiente de mortalidade infantil na Capital do Estado foi de 103, o mais baixo até hoje registrado.

Nos Centros e Postos de Saúde foram atendidas 56.766 gestantes e distribuídas 1.507.697 mamadeiras a 4.680 infantes.

— A alimentação se constitui num elemento essencial da saúde. Por isso os governos muito se preocupam a fim de que a população se alimente racionalmente, tanto quantitativa como qualitativamente. No Estado a educação sanitária alimentar é feita pela Secção de Educação Sanitária, pela Diretoria dos Serviços de Higiene da Alimentação (SHA) e pelos Centros e Postos de Saúde. A fiscalização é feita pelos SIA e pelos Centros e Postos de Saúde.

— O Instituto de Pesquisas Biológicas que congrega os laboratórios do Departamento Estadual de Saúde, realizou em 1956 os trabalhos de rotina resumidos no quadro abaixo:

Exames microbiológicos, parasitológicos, anátomo-patológicos, químicos e bromatológicos	125.710
Doses de vacinas preparadas	1.154.461
Outros produtos	6.230

O Instituto de Pesquisas Biológicas recebeu moderno aparelhamento para fabrico de vacinas anti-variólicas secas, fornecido pela Repartição Sanitária Panamericana, em virtude de convênio assinado com o Governo do Estado. Esse aparelhamento permitirá ao DES preparar a vacina anti-variólica que emprega na imunização da população.

A primeira etapa da construção do edificio para o Instituto de Pesquisas Biológicas foi iniciada devendo ficar prontos para serem ocupados, dentro de um ano dois pavimentos. O Instituto iniciou ensaios preliminares de cultura de tecidos, assunto que se reveste de grande importância prática em relação à luta contra a Poliomielite e outras viroses.

Na Diretoria da Biometria Médica foram os seguintes os exames procedidos: pacientes examinados para ingresso, aptos, 5 011; pacientes examinados para ingresso inaptos, 189; licenças concedidas, .. 12.590; licenças negadas, 635 licenças concedidas para assistência familiar 337 licenças negadas para assistência familiar 16.

A atividade desse serviço especializado vem crescendo, ano a ano.

Proteção à
Maternidade e
a Infância

Higiene Ali-
mentar

Laboratório
Saúde Pública

Biometria
Médica

Vem outrossim o DES tomando providências tendo em vista melhor aparelhamento desse serviço. No ano passado foi instalada uma agência de serviço de grande importância para as investigações realizadas.

**Convênio com
o SESI**

— O convênio assinado com o Serviço Especial de Saúde Pública, em 1955, para execução de um programa de Saúde Pública nos municípios das regiões Fronteira Oeste e Litoral Nordeste foi desenvolvido em 1956 com reais vantagens para os referidos municípios no que tange à organização hospitalar, enfermagem, educação sanitária, imunização, aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar etc.

**Convênio com
o Departamento Nacional de Endemias Rurais**

— Com o Departamento Nacional de Endemias Rurais foi assinado um acordo em vigor de primeiro de janeiro de 1957 para intensificação do combate aos mosquitos em Porto Alegre e estações balneárias marítimas. Mesmo antes da data de vigência desse acordo o DES mantinha estreita ligação com o Departamento de Endemias Rurais. Também com esse Departamento foi prorrogado o convênio que possibilita entrosamento de atividades desse Departamento com o DES, para o combate à Doença do Chagá. Ficou o Departamento Nacional de Endemias Rurais com o compromisso de expurgo de 100.000 moradias e o Estado com o da contribuição de Cr\$ 2.500.000,00.

**Convênio com
o Departamento Nacional de Saúde**

— Com o objetivo de empreender o combate à Verminose em melhores condições, assinou o DES com o DNS — Divisão de Organização Sanitária — um convênio pelo qual aquela Repartição Federal, cooperaria com Cr\$ 700.000,00 além de ser realizado cuidadoso inquérito helmintológico nos escolares. Procedida essa investigação preliminar vem o DES, atualmente, executando campanha intensa de luta contra a verminose e proteção das populações.

Serviço Social

— Como um dos setores de grande importância e destacada penetração assistencial conta o DES, com o Serviço Social que, no dobramento de suas atividades, em 1956, na clínica de casos, acusou um movimento de 25.701 atendimentos nas suas 10 agências: Seção Técnica, Hospital São Pedro, Hospital Sualório Partenon, Hospital Colônia Itapuã, Dispensário Anti-leprotico, Dispensário de Tisiologia dos Centros de Saúde 1, 2 e 3, Centro de Saúde de Santa Maria e Diretoria de Biometria Médica.

A peste branca continua sendo um grande inimigo da Saúde Pública constituindo importante problema sanitário. O número de óbitos por tuberculose tem diminuído nos últimos anos, devido, principalmente, aos meios terapêuticos eficazes de que a medicina já dispõe e diagnóstico precoce que os recursos técnicos possibilitam. Nos 12 Dispensários Anti-tuberculosos do DES nos primeiros meses de 1956, foram inscritos 1.395 tuberculosos, feitas 118.398 abreugrafias e vacinações com B.C.G. 27.718 recém-nascidos.

Os coeficientes de prevalência da morbidade tuberculosa parecem demonstrar que a frequência com que se encontra a tuberculose entre coletividades sadias examinadas pela abreugrafia, não apresenta tendência à queda, ao contrário do que se observa com a mortalidade.

A mortalidade da tuberculose em Porto Alegre, em 1956, apresentando 125 óbitos por cem mil habitantes, é a menor até hoje registrada na Capital do Estado.

A luta contra o "Mal de Hansen" foi empreendida pelo DES em 1956, principalmente através da Leprosaria do Itapuã e dos 17 dispen-

sários anti-lepróticos existentes, atualmente no Estado. Existiam, somente, 3 dispensários regionais. No ano foram fichados 278 novos leprosos o que eleva a 2.711 o total de hansenianos até agora conhecidos no Estado. No Hospital Colônia Itapua em 31 de dezembro existiam 400 hansenianos internados. No ano tiveram alta provisória 28 pacientes e alta definitiva 9.

A Lei n.º 2.825 de 31-12-1955, concedeu gratificações por risco de saúde aos funcionários que exerçam atividades nos serviços especializados, em contato com doentes de lepra ou tuberculose.

Aos dispensários anti-venéreos do DES compareceram 20.691 pessoas para primeiro exame de janeiro a outubro de 1956, sendo matriculados 7.713 casos de doenças venéreas. Foram pedidos 69.070 exames de laboratório. Foram aplicadas mais de 25.000.000.000 de unidades de penicilina e 132.231 injeções diversas (bismuto, arsênio, etc.).

Terminaram o tratamento 3.204 pacientes. Foram tratadas 2.001 gestantes sífilíticas.

Foram registrados no Estado, no ano, 94 casos de Poliomielite, sendo 16 em Porto Alegre. Com a grave e grande epidemia da Argentina, o DES esteve alerta, mas felizmente o Rio Grande do Sul só teve casos endêmicos.

A varíola assinalou a sua presença no Estado com 260 casos conhecidos das autoridades sanitárias. Foram em número de 443.465 as vacinações feitas no ano. Foram procedidas 39.935 vacinas anti-diftéricas e conhecidos 372 casos da doença.

De febre tifóide foram conhecidos 310 casos; contra a doença foram vacinadas 232.813 pessoas.

Nenhum caso foi conhecido das seguintes doenças: esquistossomose, febre amarela, mormo, psitacose, dengue e outras. Foram conhecidos 2.143 casos de coqueluche e feitas 10.025 vacinações.

Felizmente em 1956 não registrou-se nenhuma epidemia no Estado.

A luta contra a hidatidose, no Estado, é feita pelo Departamento Estadual de Saúde, em convênio com o Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Igualmente a luta contra o tracoma no Estado, é feita pelo DES e pelo Governo Federal, mediante convênio. Funcionaram em 1956, 3 Postos de Tracoma sediados em Roca Sales, Santa Rosa e Passo Fundo. Nesses Postos e nos Centros e Postos de Saúde, no ano, foram verificados 2.734 casos de tracoma.

No Instituto de Cardiologia do DES na Capital foram inscritos 2.402 pacientes novos e feitos 729 eletrocardiogramas, 151 radiografias, 979 radioscópias e 76 balistogramas. Já se encontra em fase adiantada de construção o edifício para o Instituto de Cardiologia, sendo possível que em 1958 o novo prédio possa ser ocupado.

Para a luta contra o câncer o DES mantém um ambulatório para o cito-diagnóstico do câncer uterino, o qual vem funcionando desde 1954, na Seção de Profilaxia das Doenças Venéreas.

De conformidade com o levantamento proccado pela Diretoria dos Serviços de Assistência Médico-Social existiam em 31 de dezembro de 1956, 320 estabelecimentos hospitalares no Estado. Pela Comissão Especial do DES foram distribuídos 94 auxílios a hospitais. O montante dos auxílios concedidos atingiu a Cr\$ 14.870.000,00 em 1956.

No Hospital São Pedro o movimento de entrada e saída de doentes alcançou a 4.577 sendo 2.867 homens e 1.710 mulheres; nesse nosocômio foi concluída a construção do Pavilhão de Tisiologia e

Hospitais do
Rio Grande
do Sul

procedida a urbanização da área circunvizinha; teve prosseguimento a construção do Pavilhão de Neuropsiquiatria Infantil e foram construídos o Salão para Fraxiterapia e a Colchoaria.

SERVIÇO SOCIAL DE MENORES

O Serviço Social de Menores, na esfera de atribuições que lhe compete não descurou de dar ao trato do problema a merecida atenção quer mediante a ação de cunho preventivo realizada pela prática do serviço social quer pela ação de cunho curativo exercida por suas unidades assistenciais.

Para o melhor entrosamento das unidades e uniformização de normas técnico-administrativas foi elaborado um plano de trabalho, o qual, já no ano findo, entrou em execução, dentro das possibilidades materiais e técnicas.

— Dentre as providências tomadas em 1956, destacam-se as conducentes à reorganização do Abrigo Feminino e sua pronta instalação em prédio especialmente adquirido pelo Governo do Estado, localizado à rua Silveiro, no bairro do Menino Deus, nesta Capital. Ultimada a compra da propriedade, cujo custo elevou-se a dois milhões, quinhentos e doze mil, novecentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 2.512.968,00), iniciaram-se as obras de adaptação, as quais se encontram em vias de conclusão.

As precárias condições materiais do prédio em que, desde 1947 e a título de emergência, se localizava este abrigo, à rua Duque de Caxias, e, mais preponderantemente, a excessiva e sempre crescente superlotação tornaram impraticável o seu funcionamento ali, tanto em bases técnicas, como em ambiência assistencial correspondente à sua finalidade.

O Serviço Social de Menores assistiu no exercício de 1956, em regime de internato, uma população de mil e oitenta e cinco menores, distribuídos de acôrdo com as idades e tipos de desajustamentos, nas seguintes instituições:

1) Instituto Central de Menores (Abrigos da Praia de Belas e Partenon)	158
2) Abrigo Feminino (até 10-10-1956)	42
3) Instituto Infantil de Ipanema	153
4) Escola Pré-Vocacional Ana Jobim	213
5) Escola Profissional Padre Cacique	56
6) Aprendizado Agrícola de Gravataí	109
7) Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo	108
8) Aprendizado Agrícola de Candelária	91
9) Escola Vocacional Agro-Industrial de Novo Hamburgo	155

Embora razoavelmente equipadas, estas instituições de fixação ainda se ressentem, em maior ou menor grau, de reaparelhamento funcional, como, algumas delas de complementações em obras, instalações e áreas para aprendizado e produção agrícola intensiva. Neste sentido, foram tomadas as necessárias providências para dotar o Instituto Infantil de Ipanema, localizado em Ipanema, nesta Capital,

Reaparelha-
mento das U-
nidades do
SESME

de uma nova área de terras, cujo custo atingiu a soma de novecentos e trinta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 935 000,00), devendo a respectiva escritura ser lavrada dentro em breve.

Articulação com Entida- des Assisten- ciais parti- culares

O entrosamento do SESME com as entidades particulares foi gradualmente desenvolvido, quer pela cooperação técnica, quer pela contribuição financeira. Assim, em bases ajustadas às despesas de manutenção, promoveu-se a renovação de 7 convênios já existentes e mais 13 novos convênios foram estabelecidos com entidades sediadas na Capital e interior.

Graças a esta articulação, o SESME dispõe, presentemente, de 545 matrículas, distribuídas em 20 instituições, sendo 60 externas, 10 semi-internas e 475 internas. A despesa resultante, para assistência destes menores, atingiu a importância de três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 3.864.486,80).

Merece registro particular o trabalho de observação e pesquisa realizado pela Comissão de Levantamento do Problema do Menor e da Família. Foram inspecionadas as unidades oficiais e particulares, especialmente as do interior, e realizados estudos sobre a organização assistencial e entrosamento dos serviços assistenciais da comunidade, tendo sido visitados os municípios de Caxias do Sul, Livramento, São Gabriel, Vacaria, Santa Maria e Uruguaiana.

Atividades Gerais

Em que pese a falta de pessoal técnico, notadamente a de agentes específicos, a Seção do Serviço Social alargou o campo de suas atividades, no trabalho de pesquisas e estudos de casos, tanto de sua própria alçada como os originários de solicitação do Juizado de Menores.

Pelo Setor de Plantão foram entrevistadas 1 250 pessoas, as quais foram encaminhadas aos diversos setores especializados do SESME. Outros casos, em número de 810 por fugirem à competência deste Serviço, foram encaminhados aos recursos da comunidade. Através deste Setor foram concedidos 73 auxílios de emergência num total de setenta mil cruzeiros (Cr\$ 70 000,00).

Para prevenção de desajuste de menor mantendo-o no próprio lar, foram subsidiadas 248 famílias economicamente deficientes. Com este tipo de auxílio financeiro periódico e transitório disciplinado sistematicamente pela técnica de serviço social foram beneficiados 1.099 menores, com o que se despendeu a soma de um milhão e novecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1 900 000,00).

Obedecendo a dispositivos legais em colocação familiar foram confiados a famílias idôneas mediante formal compromisso, 141 menores. Essa prática é mais consentânea, sem dúvida, com os direitos do menor e os interesses de sua integração social só poderá ser proporcionada a um maior número de menores, a medida que se for difundindo na Sociedade uma melhor compreensão dos problemas da infância desajustada. Neste campo de assistência foi despendida a importância de um milhão cento e oitenta e sete mil e setecentos cruzeiros (Cr\$ 1 187 700,00).

No Setor Jurídico Social foram atendidas 1 026 pessoas promovendo-se o desembarque de documentos e outras providências legais, tais como: registros de nascimento, habilitações de casamento, inventários, despejos e alistamento militar.

Em caráter de subvenções e auxílios foram beneficiadas através do SESME 281 instituições particulares sendo 100 de assistência ao

menor, 59 de amparo à velhice e 122 organizações classistas, beneficentes e protetoras.

Com recursos do plano de auxílios foram contempladas ainda, ex-officio, mais 92 entidades assistenciais segundo os reclamos das necessidades apresentadas.

O total destes recursos, distribuídos em 1956, atingiu o montante de Cr\$ 9.955.000,00.

— Em 1956 pela primeira vez, foi incluída no Orçamento do Estado uma dotação específica para o SESME destinada à contratação de pessoal, o que proporcionou a este Serviço maior flexibilidade no recrutamento do pessoal para as diferentes funções técnicas e auxiliares. Esta prática permitiu uma comprovação experimental da capacidade de habilitação funcional dos candidatos.

O vulto e a complexidade dos problemas socio-assistenciais inerentes aos diferentes setores e unidades do Serviço, ainda continuam, entretanto, a exigir maior número de pessoal especializado.

Assim também, a finalidade do SESME, suas vinculações e linhas de relação, interna e externa, mórmente no que se refere à sua articulação com o Juizado de Menores, a par das exigências de ordem técnica — situação que lhe confere condição de singularidade no quadro do Serviço Público e lhe condiciona às atividades assistenciais — são contingências que implicam, necessariamente, numa organização e movimentação funcional com a suficiente liberdade e autoridade administrativa. Face a esta circunstância, os serviços oficiais de assistência ao menor na atualidade e em toda a parte, tem posição sui generis ou rumam para a relativa autonomia ou desembaraço administrativo condizente com sua responsabilidade funcional, cujo objetivo abarca toda a extensão do conteúdo social que motiva, informa e disciplina a proteção integral do menor.

Com o custeio geral do Serviço foi despendida a importância total de Cr\$ 39.714.178,70, sendo Cr\$ 14.349.764,40 com Pessoal e Cr\$ 25.364.414,30 com Material.

Considerações
Gerais

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O setor de previdência e assistência social ao servidor público estadual, foi eficientemente atendido pelo Instituto de Previdência do Estado em mais uma etapa de suas atividades, tão necessárias ao bem-estar social do Estado.

A completa normalidade de seus serviços — os quais ainda não atingiram a plenitude de sua expansão, em virtude das limitações de recursos inerentes às instituições de seu gênero — será obtida quando for possível a liquidação da dívida ativa do Instituto.

Dentre as finalidades da Autarquia, sobressaem, certamente, aquelas que visam promover a previdência em favor dos funcionários, mediante a concessão de pensões e pecúlios a seus familiares. Em 1956, as despesas com êsses encargos, inclusive o abono aos pensionistas instituído pela Lei nº 2 589, de 26 de janeiro de 1955, atingiram a Cr\$ 29.429.146,40, correspondentes a 5.517 beneficiários, a saber:

Pensões	Cr\$	14.281.897,20
Abonos a pensionistas	Cr\$	15.042.025,10

Soma	Cr\$	29.323.922,30
Pecúlios	Cr\$	105.224,10

Total	Cr\$	29.429.146,40

É de notar que a despesa com abonos é superior à que se verifica com as pensões ordinárias, o que já aconteceu em 1955. Ao contrário das pensões ordinárias — que correm à conta de fundo especial, alimentado pelas contribuições dos segurados e do Governo, em proporções definidas segundo plano preestabelecido e com base na ciência atuarial — as despesas com abonos aos pensionistas recaem, exclusivamente, sobre o Governo que, para tanto, deve prover o Instituto dos recursos necessários. Os encargos com êsses abonos representam despesas comuns absolutamente inconfundíveis com as relativas às pensões, não podendo ser enquadradas no plano matemático atuarial a que estas últimas estão sujeitas.

Acha-se em estudo um trabalho apresentado pelos técnicos do Instituto, referente à transferência dos encargos do Estado, tidos com a aposentadoria de seu funcionalismo, para àquele Instituto, que passaria a operar sob mais esta modalidade de seguro.

O Instituto, por falta de recursos específicos, não presta, diretamente aos associados, assistência propriamente dita. Faz-lo, entretanto, na medida de suas possibilidades, através de entidades que congregam a

Benefícios

Seguro Aposentadoria

Auxílios

classe, tais como a Associação dos Funcionários Públicos do Estado e Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Limitada. A essas duas entidades foram feitos os seguintes auxílios em 1956:

Associação dos Funcionários	Cr\$ 1.200.000,00
Cooperativa de Consumo	Cr\$ 600.000,00

O auxílio destinado à Associação dos Funcionários Públicos do Estado, no corrente exercício, é de Cr\$ 2.400.000,00.

Empréstimos Simples aos Funcionários

Constituem os empréstimos à epígrafe, uma das modalidades de aplicação dos fundos desta Autarquia, constituindo ao mesmo tempo, no campo do crédito uma forma de assistência proporcionada aos associados. Em 1956 foram pagos, na Capital e interior, 8.062 empréstimos, do valor total de Cr\$ 109.583.619,00.

Outros Em- préstimos

Além desses empréstimos concedidos a associados efetuou a Autarquia em 1956 mais os seguintes: conclusão do pagamento do empréstimo hipotecário de Cr\$ 25.000.000,00 concedido à Associação dos Funcionários Públicos do Estado em 1955 para as obras do hospital que essa entidade está construindo no bairro da Azenha empréstimo de Cr\$ 6.000.000,00 à mesma Associação com garantia de títulos da dívida pública estadual e destinado às despesas com instalações do referido hospital do qual foram pagos no exercício Cr\$ 4.000.000,00.

Fianças

Foram em 1956 concedidas 1.365 fianças para hospitalização, medicamentos e sepultamentos no valor total de Cr\$ 4.806.883,30; vigoraram em média nesse exercício 937 fianças para aluguel de casa, equivalentes a uma responsabilidade mensal de Cr\$ 997.781,10.

Financiamentos para A- quisição de Casa Própria

Inquestionavelmente, um dos mais relevantes serviços deste Instituto, em favor do funcionalismo são os financiamentos para aquisição da casa própria, solução de dívidas que onerem a moradia, benfeitorias e reformas.

Em contraste com o compreensivo interesse do funcionalismo pelos financiamentos à epígrafe, nota-se uma acentuada desproporção entre o volume dos créditos outorgados e sua utilização. Deve-se isto, em grande parte ao alto nível médio dos preços dos imóveis em relação ao valor dos créditos individuais outorgados, cujo limite era de Cr\$ 250.000,00 em 1956. Deve-se acrescentar que grande parte das operações realizadas são custeadas pelos recursos particulares fornecidos pelos interessados. Aquêles, porém que não dispõem de tais recursos suplementares nada podem fazer, senão aguardar a caducidade de seus créditos, por falta de utilização, após as prorrogações dos prazos de vigência, permitidos pelo Regulamento.

Para essas operações foram distribuídos, em 1956, de acordo com o Regulamento, créditos da importância de Cr\$ 24.973.000,00. A essa cifra deve-se adicionar a soma dos créditos remanescentes do exercício anterior, do valor de aproximadamente Cr\$ 55.000.000,00, correspondentes a mais de 500 funcionários. Os créditos em vigor no exercício, portanto, se elevaram a cerca de Cr\$ 80.000.000,00.

Dêsse montante foram aplicados, aproximadamente, Cr\$ 31.080.000,00 em:

Casas adquiridas, em número de	117
Casas construídas, idem	50
Dívidas liberadas, em número de	8
Beneficências e referências idem	226

Com a finalidade de proporcionar aos associados, principalmente êquos de mais modestos recursos, moradias a preços mais acessíveis, elaborou o Instituto através do seu Departamento de Engenharia, o seguinte plano de construções:

I — Conjunto residencial de 230 casas econômicas, em uma gleba situada entre Teresópolis e Cristal, adquirida em 1956;

II — bloco de edifícios de apartamentos no bairro do Partenon (Avenida Ipiranga) constante de 4 edifícios de 4 pavimentos e 2 de 3 pavimentos;

III — edifício de apartamentos, de 3 pavimentos, a ser construído na rua Jaime da Costa Pereira (Partenon);

IV — blocos de prédios de apartamentos, em 19 lotes situados à rua Santa Clara (travessa da Aparício Borges);

V — loteamento de terreno situado à rua Furriel Vargas (travessa da Carlos Gomes)

VI — edifícios de apartamentos no interior do Estado, achando-se em estudo os projetos dos que deverão ser localizados em Santa Maria e Pelotas

As obras em projeto e estudo deverão ser executadas por etapas, na medida em que permitirem os recursos do Instituto. Além dessas obras, destinadas aos associados, o referido plano inclui mais as seguintes, para uso e renda:

I — edifício de apartamentos, a ser construído nas proximidades da Avenida Borges de Medeiros em terreno do Departamento de Seguros de Vida, destinado à renda;

II — almoxarifado à rua Jaime da Costa Pereira, para depósito de materiais;

III — edifício da sede da Antarquia, à Avenida Borges de Medeiros, esquina com a Andrade Neves, majestoso bloco arquitetônico de aproximadamente, 20 andares.

Pela Lei nº 3 108 de 8 de janeiro de 1957, que estabelece novas diretrizes para as operações imobiliárias do Instituto o limite dos créditos que era de Cr\$ 250.000,00, foi elevado para Cr\$ 450.000,00. Era uma medida que se impunha, face ao desajustamento entre o teto desses créditos e os preços dos imóveis, como já foi frisado em outra parte desta exposição.

**Limite dos
Créditos para
Aquisição da
Casa Própria**

Reveste-se da maior importância para o equilíbrio da economia do Departamento, a elevação de 100 para 500 mil cruzeiros do valor do seguro em que opera de acordo com autorização da Lei nº 2 996, de 5 de dezembro de 1956 pois as despesas administrativas do Departamento, a preços progressivamente crescentes já se iam tornando excessivas em relação às receitas básicas oriundas dos prêmios, visto defluírem êstes de uma fonte estável e fixa que era o teto anterior de 100 mil cruzeiros.

**Departamen-
to de Seguros
de Vida**

As atividades do Departamento, no exercício de 1956 podem ser resumidas no seguinte: novos seguros angariados, Cr\$ 120 005.000,00; contratos de seguros em vigor, em 31.12.1956 constantes de 21 720 apólices, no valor de Cr\$ 671 830 000,00 despesas com sinistros e resgates, Cr\$ 10 141 937,40, empréstimos sob caução de apólices, em número de 890, no valor de Cr\$ 8 024 377,80

Balanço Atuarial

Acha-se o Departamento Atuarial ativamente empenhado no levantamento do balanço atuarial da Autarquia, de que depende a revisão definitiva do plano de pensões prevista na Lei nº 2.589, de 26 de janeiro de 1955. A conclusão desse trabalho depende em grande parte, da organização de indispensáveis cadastros tarefa esta confiada a uma empresa especializada em serviço pelo processo Hollerith, contratada pelo Instituto

Situação Econômico-Financeira

Da gestão econômico-financeira, relativa ao exercício de 1956, obtiveram-se os seguintes resultados:

Superavit Financeiro

(exclusivamente de contas de previsão orçamentária)

Instituto	Cr\$	37.499.854,20
Departamento de Seguros de Vida	Cr\$	8.688.817,20
Total	Cr\$	46.188.671,40

Situação Financeira

Saldos ao término do exercício, em caixa, bancos, repartições arrecadadoras e diversos (excluídos os valores em títulos da dívida pública, de Cr\$ 11.965.775,00), já deduzida a dívida flutuante:

Instituto	Cr\$	17.823.170,10
Departamento de Seguros de Vida	Cr\$	34.044.645,80
Total	Cr\$	51.867.815,90

É importante assinalar que, como de ordinário acontece, a totalidade do superavit orçamentário conseguido foi absorvida pelas diversas modalidades de empréstimos regulamentares feitos pela Autarquia, principalmente a seus associados. Mesmo com as restrições a que estiveram sujeitas essas operações, em virtude da escassez de recursos, elas vêm consurgindo também, parte dos saldos acumulados em exercícios anteriores de sorte que os recursos da Autarquia se acham em queda de ano para ano, já tendo sofrido uma redução de mais de 40 milhões de cruzeiros de 1954 a 1956.

A falta de recebimento de elevadas parcelas da receita vem causando não pequenas dificuldades à Administração que, por esse motivo, tem sido constrangida a postergar a realização de valioso plano no setor imobiliário, em prol do funcionalismo.

Resultado Econômico

Superavit verificado (proveniente inclusive das receitas não arrecadadas e lançadas em dívida ativa):

Instituto	Cr\$	82.494.141,40
Departamento de Seguros de Vida	Cr\$	9.243.979,70
Soma	Cr\$	91.738.121,10

Situação Econômica

Fundos e reservas da Autarquia ao término do exercício:

Instituto	Cr\$	433.825.857,90
Departamento de Seguros de Vida	Cr\$	108.444.688,20
Soma	Cr\$	542.270.546,10

POLÍTICA ECONÓMICO-FINANCEIRA

SECRETARIA DA FAZENDA

A situação das finanças estaduais e a orientação dada pelo atual Governo aos negócios fazendários, sómente poderão ser perfeitamente expostos, e portanto compreensíveis, se oferecida uma completa visão panorâmica do campo econômico-financeiro do País e identificada a unidade dentro do Todo.

As deficiências econômicas e financeiras dos Estados têm suas raízes na atual situação econômica nacional. O campo de ação reservado aos Estados, no concerto nacional, é demasiadamente restrito para que possam eles influir, de forma decisiva, na condução da vida econômica da federação. Com efeito, evidencia-se logo que as linhas de limitação da competência dos Estados na ordem econômica, estando fixadas na própria Constituição afetam a capacidade de atuação das unidades federadas, neste setor.

Dêste modo as economias regionais se encontram na estreita dependência da política adotada pelo Governo Federal, o qual, em virtude da excessiva centralização estatuída na Constituição da República, não deixa às unidades federativas rendas suficientes nem autonomia para que possam elas se responsabilizar pelo bem ou pelo mal que se faça ao organismo econômico do país.

Tão extensas e tão profundas são as repercussões da política monetária e da política creditícia sobre o desenvolvimento econômico do país e sobre a distribuição da renda nacional, que a simples consideração dêste fato basta para evidenciar a posição proeminente em que se situa o Governo Federal que as executa com caráter de exclusividade.

E' de se ressaltar, outrossim, que sómente à União é facultada a intervenção no domínio econômico seja por razões de ordem social, através da fixação de preços máximos seja por motivos de natureza econômica, mediante prescrição de preços mínimos.

Registre-se, além disso, que a União mantém sob seu privativo contrôlo os poderes de legislar sobre comércio exterior e câmbio, orientando desta forma, toda a política de importação e de exportação do país, sem que caiba aos Estados qualquer interferência nas transações internacionais.

Finalmente, cabe mencionar que constitui competência exclusiva da União legislar sobre direito do trabalho em todos os seus múltiplos e complexos aspectos.

Inferre-se, pois, em face da organização jurídica do país, que o Governo Federal detém as rédeas da vida econômica nacional, dispondo os Estados de um limitado campo de ação residual.

Precisamente por essa razão faz-se mister que as unidades federadas empenhem o máximo de seus esforços no sentido de uma conduta econômica tão perfeita quanto possível a fim de possibilitar o máximo bem-estar social alcançável com os recursos disponíveis.

Traçar as diretrizes dessa política, porém, sem um perfeito conhecimento da vida econômica do Estado seria navegar sem bússola. Im-

Política Eco-
nômica

põe-se, assim, como medida preliminar para uma segura orientação econômica a criação de um Conselho Estadual de Economia à semelhança dos existentes no Governo Federal e no Estado de São Paulo.

Na ausência dos estudos regionais imprescindíveis à adoção de uma sã política econômica, tem o Estado se valido, na medida do possível, dos levantamentos e planejamentos de caráter nacional, realizados pela União. Em todos os estudos sérios sobre a situação econômica do país levados a efeito até agora tem sido unissonantemente reconhecido que a carência de energia elétrica e de transportes constitui o maior obstáculo com que se defronta o nosso desenvolvimento industrial e agrícola.

Quando a premente necessidade de dar solução adequada ao problema dos chamados "pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico", houve por bem o Governo do Dr. Walter Jobim instituir a "Taxa de Eletrificação" que, criada pelo espaço de dez anos, teve sua vigência prorrogada por mais dez no ano passado.

Coube ao atual Governo o mérito de haver enfrentado corajosamente o angustiante problema dos transportes, equacionando-os convenientemente e resolvendo-o através da instituição da "Taxa de Transporte", que tão largos horizontes abriu ao desenvolvimento da economia rio-grandense.

A extraordinária expansão da atividade exercida pelo poder público, no conjunto da economia nacional, constitui um dos mais salientes traços característicos do século XX, uma vez que se vem registrando em todos os países, com impressionante similitude.

Em decorrência dessa expansão, cresceram enormemente os orçamentos públicos, que, precisamente por seu maior volume, passaram a sofrer, de forma inevitável, todas as repercussões da evolução da conjuntura econômica.

Ocorre, entretanto, que a orientação econômica, no caso brasileiro, está centralizada na União, que manipula sob sua exclusiva responsabilidade os instrumentos de controle considerados decisivos. Compreende-se, assim, que a boa ou má política posta em prática pelo poder Central, em matéria econômica, se reflita favorável ou desfavoravelmente sobre as finanças da União, dos Estados e dos Municípios.

É sabido que o desenvolvimento econômico do nosso país vem se processando em ritmo acelerado; lastimavelmente, porém, essa expansão se faz de maneira desordenada. O estado inflacionário da economia nacional, que assumiu caráter endêmico, tem causado sérias perturbações ao planejamento financeiro nas três esferas de governo.

Com efeito, a constante elevação dos preços dos bens e serviços repercute diretamente nos orçamentos da União, Estados e Municípios, dada a elevada percentagem da despesa governamental relativamente aos gastos totais da comunidade. Cumpre ressaltar, além disto, que a inflação, provocando um desequilíbrio entre os preços dos bens e serviços e as remunerações dos fatores da produção, obriga o Governo a proceder a reajustamentos periódicos dos vencimentos de seus servidores, originando-se, daí, um novo e violento impacto nos orçamentos públicos.

Poder-se-ia argumentar que o reequilíbrio financeiro, exigido pela situação criada, se processa automaticamente, uma vez que as imposições fiscais também se beneficiam do fenômeno da elevação artificial dos preços dos bens e serviços. Infelizmente o argumento é válido apenas em parte, de vez que a elasticidade dos sistemas tributários não é idêntica, nos diferentes níveis de governo. Realmente, enquanto a União dispõe de meios eficazes para adaptar as suas atividades fiscais, essencialmente dinâmicas, às novas condições do ambiente econômico.

por ela mesma criadas, os Estados e Municípios nem sempre podem enfrentar integralmente o problema do reequilíbrio financeiro, visto serem mais estáticos os seus sistemas tributários.

Significa isto proclamar que a inflação desorganiza muito mais as finanças estaduais e municipais do que as finanças federais. Graves desajustamentos surgem também, no âmbito das finanças governamentais, relativamente ao crédito público, em consequência da inflação. Com a permanente alta dos preços de todas as coisas, gerada pela inflação, elevam-se paralelamente as taxas de juros, dada a correlação entre estas e aquêles. Essa anormal subida das taxas de juros, por sua vez, impede o Governo de colocar seus títulos.

Verifica-se, pois, que a inflação constitui um impedimento a que as diversas unidades governamentais recorram aos empréstimos de lançamento, como fôra de desejar, seja para financiar a execução de obras e serviços de real interesse da coletividade, seja para cobrir os déficits orçamentários, evitando que se forcem as emissões de papel-moeda.

Analisadas as várias influências da política económica sobre as finanças públicas, conviria perscrutar como se resolveu, em nosso país, o problema da distribuição do poder financeiro entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais. Postos em confronto os sistemas fiscais da União, dos Estados e dos Municípios, conclui-se facilmente que o primeiro apresenta muito maior flexibilidade e produtividade do que os outros, razão por que se torna decisiva, no campo financeiro, a atuação do Governo Federal. Além disto, os principais estabelecimentos de crédito do país e bem assim as instituições de previdência social são controlados pela União, que lhes traça a orientação a seguir. Quase nula, portanto, é a interferência dos Estados, no setor do crédito bancário e previdenciário.

Dentro desse círculo de influência assaz limitado e sofrendo aquêles numerosos e violentos impactos é que se desenvolve a política financeira do Estado. Esforços inauditos têm sido empregados pela Secretaria da Fazenda para contornar as inúmeras dificuldades que se apresentam, fornecendo ao Governo os meios indispensáveis à realização de seu amplo programa de trabalho em prol da coletividade.

Na fixação das diretrizes a serem observadas, em matéria orçamentária, sofre o Estado, irresistivelmente, limitações de duas ordens: de um lado, as que emanam da organização jurídica do país, sob forma federativa de outro as que decluem da política económico-financeira adotada pela União.

Relativamente as primeiras, desce a Constituição Federal ao detalhe de discriminar as rendas atribuídas às unidades administrativas, fixando-lhes competências privativas ao passo que estabelece de modo flexível, a distribuição dos encargos que incumbem a cada uma delas.

Cuidamos haver assinalado convenientemente nos capítulos anteriores os múltiplos e profundos efeitos da política económica e financeira do Governo Federal sobre os orçamentos do Estado. O progresso económico do Estado exige de parte do poder público a realização de um amplo programa de investimentos em sintonia com o espírito empreendedor da nossa gente. Os ônus correspondentes aos benefícios oriundos dos empreendimentos públicos por questão de justiça devem ser partilhados equitativamente entre as gerações presentes e gerações futuras. Vale isto dizer que o Estado deve recorrer aos empréstimos para financiar os investimentos necessários ao desenvolvimento de sua economia.

O apêlo ao crédito público porem fica na inteira dependência das condições do mercado monetário que resultam por sua vez, da política económico-financeira adotada pela União. Ora, como já frisamos ante-

riormente, a inflação vem impedindo que as unidades governamentais se valham dos empréstimos de lançamento para cobertura de suas despesas de investimentos. É verdade que o Governo Federal tem procurado tadear a dificuldade decorrente da desorganização do mercado financeiro, por que é responsável, instituindo os chamados "empréstimos compulsórios" como adicionais do imposto de renda. Tal solução, entretanto não seria aplicável ao Estado dada a composição de seu sistema fiscal, substancialmente diverso do da União.

Resta ao Estado, portanto, diante dos entraves que se apresentam, tentar a realização de empréstimos com os estabelecimentos de crédito e as instituições de previdência social. Também nesse particular é decisiva a orientação do Governo Federal, conforme tivemos oportunidade de referir, já que mantém sob seu controle o Banco do Brasil S. A., o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, as Caixas Econômicas Federais e a quase totalidade dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões.

A despeito dos ingentes esforços despendidos pelo Governo para se socorrer dessa fonte de financiamento, com o intuito de assegurar a realização de investimentos da mais alta reprodutividade, quase tôdas as gestões levadas a efeito infelizmente têm malogrado.

Vem entendendo o Governo da União que os empréstimos às entidades públicas, através daquelas instituições, devem ser consideravelmente restringidos. Sómente com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico foi possível concertar as operações de crédito destinadas ao reaparelhamento da Viação Férrea e a construção de uma rede de silos e armazens, cujas negociações haviam sido iniciadas pelo Governo passado. Conclui-se, pois, à vista das considerações expendidas, que a política econômica e financeira seguida pelo Governo Federal praticamente impossibilita o Estado de obter novos recursos extraordinários para financiar as suas despesas extraordinárias.

Diante dessa situação real e premido pela necessidade de efetuar os investimentos instantaneamente reclamados pelos justos anseios de progresso da comunidade, vem o Estado recorrendo, em maior escala, às imposições fiscais, que se tornaram, desta forma, quase a única fonte de financiamento de tôdas as obras e serviços postos à disposição da coletividade. Se atentarmos para o fato de que os empréstimos públicos representam, em última análise, impostos diferidos, inferiremos pela excelência da solução adotada pelo Estado, em tão difícil conjuntura.

Política Tributária

— Em decorrência da orientação econômico-financeira traçada pela União, passaram os tributos a constituir no Estado, praticamente, a única fonte de financiamento de que pôde êle lançar mão, para atender as suas despesas de custeio e de investimento. Diferentemente do que ocorre nos demais países, discrimina a Constituição da República as rendas pertencentes às diversas unidades políticas, fixando competência privativa para cada uma delas e vedando a bitributação.

Limitado, portanto, é o campo de ação do Estado, no tocante às imposições fiscais, que têm de se submeter aos rígidos preceitos estabelecidos na Carta Magna. Comparando-se os sistemas tributários da União, dos Municípios e dos Estados, verifica-se que os dois primeiros são os que mais se prestam à aplicação do princípio da graduação dos impostos segundo a capacidade econômica do contribuinte, preconizado na Constituição Federal. Conta o Estado, com seis impostos, sendo três diretos e três indiretos; o primeiro grupo encerra os impostos territorial, de transmissão de propriedade imóvel "inter vivos" e de transmissão de propriedade "causa mortis" e o segundo os impostos sobre vendas e consignações, sobre exportação e de selo. Acontece, porém,

que, englobadamente considerados, os impostos indiretos representam muito maior produtividade e flexibilidade do que os diretos, no âmbito estadual. No caso rio-grandense, especificamente, enquanto os primeiros atingem 93,2% da receita de impostos prevista na lei de meios em vigor, os últimos contribuem com apenas 6,8% dessa estimativa.

Poder-se-ia alegar que o Estado deve explorar mais amplamente o campo tributário representado pelos impostos diretos, aliviando, em proporção equivalente, a elevada pressão exercida pelos impostos indiretos. Forçoso é reconhecer, entretanto, que os impostos diretos estão sendo razoavelmente utilizados e que os efeitos de uma tal política não modificariam sensivelmente a distribuição percentual acima referida, uma vez que a causa primordial da discrepância reside na defeituosa estrutura do sistema fiscal. Duas amplas revisões tributárias foram levadas a efeito pelo Governo: a primeira inspirou-se na urgente necessidade de resolver de forma cabal e definitiva, o crucial problema dos transportes, cuja reconhecida carência vinha injustamente asfixiando o desenvolvimento da nossa economia; e a segunda teve como justificacão a inevitabilidade da melhoria de vencimentos dos servidores públicos, com o objetivo de restabelecer o poder aquisitivo da contraprestação, aviltado pela inflação.

Cuidou a Secretaria da Fazenda ao ser projetada a criação da taxa de transportes, da simplificacão do sistema tributário, propondo a eliminacão, sempre que possível, do formalismo burocrático. Dessa forma, paralelamente com a instituicão do novo tributo, como adicional de 20% sobre todos os impostos, exceto o de exportacão, estabeleceu-se a extincão das taxas escolar, de higiene e assistênciã pública e de cooperacão "a" que também mantinham as características de adicionais.

Cogitou-se, outrossim, naquela oportunidade, da transferênciã gradativa do imposto territorial para os Municípios em que tem origem a arrecadacão. Destacada do projeto de lei de revisãõ tributária, para constituir projeto à parte, tal medida foi consubstanciada na Lei n.º 3.109, de 8 de janeiro do corrente ano.

Dispôs-se ainda, no referido diploma legal, sobre a reduçãõ gradativa do imposto de exportacão a partir do exercicio de 1956, com a finalidade de anular os seus efeitos anti-econômicos. Finalmente, para compensar a extincão da taxa de cooperacão "a", determinou a mesma lei a elevacão da taxa de cooperacão "b". Pertencendo essas taxas ao Instituto Sul Rio Grandense de Carnes, fazia-se mister restabelecer o equilíbrio financeiro da autarquia.

Relativamente à segunda revisãõ tributária, que teve como causa a necessidade imperiosa de majorar os estipêndios dos funcionários públicos face à constante desvalorizacão da moeda, gerada pela inflacão, viu-se o Estado compelido a aumentar a alíquota do imposto sobre vendas e consignacões e a atualizar as tabelas do imposto de sêlo.

Levada em linha de conta a imperfeita composicão do nosso sistema fiscal, verifica-se que somente os impostos indiretos poderiam fornecer ao erário os recursos indispensáveis ao atendimento da melhoria de vencimentos dos servidores públicos, calculada em Cr\$ 1.800.000.000,00 aproximadamente.

De conformidade com o disposto no art. 87, inciso XIX, combinado com o artigo 125, § 4.º, da Constituicão do Estado, encaminharei a esta Egrégia Assembléia Legislativa, até 30 de junho vindouro, as contas relativas ao exercicio financeiro de 1956 acompanhadas de parecer do colendo Tribunal de Contas.

Objetivando uma perfunctória análise da execuçãõ orçamentária, ao

Execuçãõ Orçamentária
de 1956

ensejo da instalação dos trabalhos legislativos do corrente ano, indicamos, a seguir, os dados referentes ao balanço financeiro, de 1956. Diminutas alterações poderão registrar-se por ocasião do encerramento do balanço geral; não modificarão elas, contudo, sensivelmente, o resultado ora apresentado. A execução orçamentária de 1956, conjugadas, na receita, as operações de crédito realizadas, e, na despesa, os gastos efetuados com o produto de empréstimos, assim pode ser sintetizada :

R E C E I T A		
ORÇADA		Milhões de Cr\$
Ordinária		5.139
Extraordinária		108
Total		<u>5.247</u>
ARRECADADA		
Ordinária		5.010
Extraordinária		250
Total		<u>5.260</u>
Maior Receita		13
D E S P E S A		
AUTORIZADA		Milhões de Cr\$
Orçamento		6.021
Anulações de dotações orçam.		888
Orçamento líquido		<u>5.133</u>
Créditos suplementares	444	
Créditos especiais do exercício	458	
Créditos especiais de exercícios anteriores transferidos	201	
Créditos extraordinários	92	1.195
Total		<u>6.328</u>
REALIZADA		
Orçamento e créditos suplementares		5.170
Créditos especiais e extraordinários		411
Total		<u>5.581</u>
Menor despesa		747
R E S U M O		
PREVISÃO		
Despesa autorizada		6.328
Receita orçada		5.247
Deficit previsto		<u>1.081</u>

EXECUÇÃO

Despesa realizada		5.581
Receita arrecadada		5.260
Deficit verificado		<u>321</u>

RESULTADO

Deficit previsto:

Créditos adicionais do exercício	994	
Créditos adicionais de exercícios anteriores	201	
	<u>1.195</u>	
Superavit do orçamento (excluídas as anulações de dotações orçamentárias) ..	114	1.081

DEFICIT RECUPERADO

Maior receita	13	
Menor despesa	747	760
Deficit verificado		<u>321</u>

Para uma receita geral arrecadada de Cr\$ 5.260.000.000,00, contribuíram os empréstimos com a insignificante parcela de Cr\$ 37.000.000,00 em números redondos, ou seja, com 0,7% daquele total.

Do montante de Cr\$ 37.000.000,00 atinente às operações de crédito realizadas no exercício passado Cr\$ 20.000.000,00 referem-se a empréstimos contratados com estabelecimentos de crédito e Cr\$ 7.000.000,00 a empréstimos lançados. Tais dados corroboram a asserção de que a política econômico-financeira adotada pelo Governo Federal vem tolhendo ao Estado recorrer a empréstimos para o financiamento das vultosas obras que empreende.

Efetivamente, os investimentos realizados pelo Estado no exercício transato ascenderam a Cr\$ 900.000.000,00, aproximadamente, já contabilizadas neste montante as aplicações feitas no setor dos transportes, enquanto as operações de crédito levadas a efeito, como vimos, atingiram somente a Cr\$ 37.000.000,00.

A proposta geral de orçamento para o exercício financeiro de 1956 fora inicialmente elaborada em posição de equilíbrio e nessa situação encaminhada a apreciação da colenda Assembléia Legislativa. Com o objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário nas autarquias decidiu o Governo posteriormente enviar ao Poder Legislativo uma mensagem rectificativa da proposta inicial originando-se daí o deficit de previsão de Cr\$ 107.000.000,00.

Na fase legislativa de elaboração do orçamento, inúmeras modificações foram inseridas no respectivo projeto tendo sido a lei de meios, afinal, votada com o elevado deficit de Cr\$ 774.232.870,00. Comparando-se o deficit de previsão de Cr\$ 774.000.000,00 em números redondos com o deficit verificado no encerramento do exercício que foi de Cr\$ 321.000.000,00, encontra-se uma diferença de Cr\$ 453.000.000,00. Significa isto que se a lei orçamentária houvesse sido promulgada com o primitivo deficit de previsão de Cr\$ 107.000.000,00, teria o mesmo desaparecido na fase de execução, graças às severas medidas de contenção da despesa e de intensificação da receita, postas em prática pelo Governo, com pleno êxito.

O deficit de Cr\$ 321.000.000,00, com que se encerrou o exercício

financeiro de 1956, deveria ser coberto, a rigor, com a emissão de títulos da dívida pública máxime se considerarmos que os investimentos foram quase integralmente financiados, no referido ano, com os recursos normais da tributação. A situação inflacionária da economia nacional, porém, impossibilita ao Governo o lançamento de seus títulos, conforme tivemos oportunidade de acentuar.

Como existem deficiências financeiras acumuladas, oriundas já do anterior Governo, somente através de futuros superávits orçamentários poder-se-á processar a indispensável recuperação.

Tendo sido computadas as operações de crédito e sua aplicação, na receita e na despesa orçamentárias, respectivamente, cumpre analisar o reflexo dessa inserção, na execução orçamentária. Enquanto os empréstimos realizados totalizaram aproximadamente Cr\$ 37.000.000,00, as despesas efetuadas com recurso de operações de crédito somaram cerca de Cr\$ 31.000.000,00. Diminuta, pois, foi a influência das receitas e despesas extraordinárias, no resultado do exercício.

Muito embora não se tenha ainda ultimado o levantamento do balanço geral do Estado, relativo ao exercício financeiro de 1956, pôde a Contadoria Geral fornecer, antecipadamente, os dados atinentes à dívida pública, que permite aferir as oscilações havidas, em relação ao ano anterior. Tais elementos ficam sujeitos a confirmação, uma vez encerrado aquêle balanço geral.

Eis a posição da dívida pública, ao término dos exercícios de 1955 e 1956, em milhões de cruzeiros:

	1955	1956
Dívida Fundada Externa	15	14
Dívida Fundada Interna:		
a) em apólices	314	248
b) em empréstimos contratados	1.651	1.721
	<u>1.965</u>	<u>1.969</u>
Dívida Flutuante	1.040	1.401
Total	<u>3.020</u>	<u>3.384</u>

Considerada em bloco, a dívida pública do Estado não se apresenta elevada, pois representa apenas 51% da receita de impostos e 41% da receita geral, estimada para o corrente exercício financeiro. Analisada, porém, em suas parcelas constitutivas, chega-se à conclusão de que, enquanto a dívida fundada é sensivelmente baixa, a dívida flutuante é assaz elevada.

Com efeito, levadas em conta as previsões inscritas na vigente lei de meios vê-se que a dívida flutuante corresponde a 21% da receita de imposto e a 17% da receita geral do Estado.

Demonstra a experiência que a dívida flutuante, após atingir um determinado volume, passa a refletir-se danosamente na gestão das finanças públicas, gerando a impenialidade na satisfação dos compromissos do Estado. Embora cotinuarmente não se possa estabelecer com precisão o limite máximo de resistência financeira, mostra a prática que uma dívida flutuante não superior a 10% da receita geral pode ser suportada sem causar embaraços a administração.

Seria curial, portanto, que o Estado diligenciasse a consolidação de uma parte substancial de sua dívida flutuante, que sérios entraves vem

trazendo à boa marcha dos negócios públicos. Ocorre, porém, que as mesmas causas que impedem o Estado de lançar empréstimos públicos para financiamento de obras ou para cobertura de deficits, também lhe impossibilitam recorrer às economias privadas para a consolidação de dívidas.

De outra parte, os estabelecimentos de crédito e as instituições de previdência social, que vêm restringindo consideravelmente os empréstimos aos entes públicos, até mesmo para obras de elevada reprodutividade, jamais concederiam financiamento para resgate de dívida flutuante.

Não resta, pois, ao Estado outra solução, face às condições desfavoráveis do mercado financeiro, senão resgatar paulatinamente, à custa de ingentes sacrifícios na execução orçamentária, aquela vultosa dívida flutuante.

Cotejando-se as posições apresentadas pela dívida pública, no encerramento dos exercícios de 1955 e 1956, verifica-se que a dívida consolidada tanto externa como interna diminutas alterações sofreu, no seu montante. O acréscimo registrado nos empréstimos contratados foi quase inteiramente compensado pelo decréscimo verificado nos empréstimos em apólices.

Inteiramente diversa, entretanto, é a situação concernente à dívida flutuante, que foi acrescida, no decurso de 1956, de Cr\$..... 361.000 000,00 em consequência sobretudo, do deficit financeiro do exercício, o qual não pôde ser coberto.

Cumprе ressaltar, finalmente, que o serviço da dívida fundada, externa e interna no decorrer do exercício de 1956, foi atendido com rigorosa pontualidade, como aliás é da tradição do Rio Grande do Sul.

O panorama financeiro, descrito linhas atrás, só podia induzir o Governo a fixar-se de maneira inflexível na política de equilíbrio orçamentário, já que dificilmente se alcançaria o regime superavitário, pelo menos nas fases de elaboração.

Orçamento
para o exer-
cício de 1957

Tal foi, realmente, a orientação adotada pelo Poder Executivo, que preparou a proposta geral de orçamento do Estado para o corrente exercício financeiro em posição de equilíbrio encaminhando-a, nessa forma, ao exame e discussão da egrégia Assembléa Legislativa. Outrossim com o objetivo de imprimir unidade a política orçamentária, elaborou o Governo equilibradamente também todas as propostas de orçamento das entidades autárquicas para o exercício de 1957.

Várias alterações foram introduzidas no projeto geral de orçamento, na fase legislativa de elaboração, em decorrência principalmente, da votação das leis de reajustamento de vencimentos do funcionalismo e de aumento de impostos. Aconteceu porém que enquanto as leis concessivas da melhoria de estípcndios tiveram aumentado o seu reflexo financeiro, a lei atinente à revisão tributária ao contrário, sofreu uma apreciável redução. Disto resultou o surgimento de um deficit, embora não revelado no orçamento. De fato, a despeito de ter sido formalmente promulgada em posição de equilíbrio, a lei de meios para o exercício em curso na realidade, é deficitária, uma vez que as dotações destinadas ao atendimento de despesas compulsórias se mostraram insuficientes.

Não se torna ainda possível, nesta altura do exercício, precisar o montante das insuficiências de verbas para gastos obrigatórios. Cálculos levados a efeito com relativa aproximação, contudo, demonstram ser o mesmo superior a Cr\$ 200.000 000,00.

Duas providências fundamentais adotou o Governo, em relação à execução orçamentária, com o fito de contornar o problema do deficit

rcal da lei de meios, a saber: estabeleceu um plano de retenções administrativas de verbas, compreendendo os elementos "Material Permanente", "Material de Consumo" e "Despesas Diversas", e sujeitou a utilização das dotações ao regime duodecimal.

Malgrado a intensificação dos serviços de arrecadação e fiscalização tributária, a reestimativa da receita de impostos, elaborada com base na arrecadação do primeiro trimestre do exercício e à vista de índices técnicos, acusa u'a menor receita de Cr\$ 70.000.000,00, para o ano inteiro. Tais dados evidenciam a necessidade de manter o Governo um severo controle na execução orçamentária, estabelecendo a indispensável ordem de pricuidade no atendimento das despesas públicas, para que se torne realidade a política do equilíbrio orçamentário.

Impende registrar que muito contribuirão para maior eficiência nas atividades de exação e fiscalização de tributos a concretização do plano de financiamento de Jeeps e a volação do código de penalidades fiscais. Ambas as medidas, porém, encontram-se na dependência de deliberação desta Colenda Assembiêia Legislativa.

— A Constituição Federal, ao discriminar as rendas públicas, instituiu várias participações na arrecadação, com o nítido objetivo de redistribuí-las favoravelmente aos Municípios, para fortalecer as suas finanças. Tais participações na arrecadação encontram-se disciplinadas pelos artigos 15, §§ 2.º e 4.º 20 e 21 da Lei Maior da República.

A entrosagem entre as finanças estaduais e municipais está regulada pelo artigo 20 da Carta Magna, segundo o qual deve o Estado entregar anualmente aos Municípios, exceto o da capital, trinta por cento da diferença entre a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, e o total das rendas municipais de qualquer natureza.

Disponha o Estado do prazo de dez anos, para cumprir gradativamente aquêlc preceito constitucional. Caso não houvesse desistido dêsse longo prazo, como o fez por mera liberalidade, somente no corrente ano estariam os Municípios recebendo, pela primeira vez, à razão de trinta por cento, a respectiva diferença de receita. A regulamentação da matéria pertinente à contribuição do Estado aos Municípios, oriunda do excesso de arrecadação, foi feita, inicialmente, pela Lei n.º 206, de 2 de julho de 1948, modificada, em parte, pela de n.º 1.306, de 21 de dezembro de 1950.

Esses dois diplomas legais disciplinaram, de forma altamente benéfica para os Municípios, a devolução de receita que incube ao Estado, por fôrça daquela disposição constitucional. Importa assinalar que a Lei n.º 206, acima referida, determinou, em seu artigo 3.º, que a contribuição do Estado fôsse entregue aos Municípios, em cada exercício financeiro, em quotas trimestrais iguais, e não de uma só vez, anualmente, como reza a Constituição Federal. Mais recentemente foi expedida a Lei n.º 2.501, de 7 de dezembro de 1954, prescrevendo que não devem ser consideradas como rendas municipais, no cálculo da contribuição do Estado, as quotas-partes dos impostos sobre combustíveis e lubrificantes e de renda, recebidas da União, e as receitas provenientes dos serviços industriais dos Municípios.

No entender da Secretaria da Fazenda, esta última lei infringe frontalmente os artigos 29 e 30 da Constituição Federal, que determinam, de modo expresso, sejam computadas como rendas dos Municípios, além daquelas por ôles mesmo arrecadadas, somente as quotas-partes dos impostos sobre combustíveis e lubrificantes e de renda, entregues pela União, e os impostos que lhes vierem a ser transferidos pelo Estado.

Com a expedição da Lei n.º 2.815, de 21 de dezembro de 1955, ficou o Estado obrigado a entregar aos Municípios em duodécimos, e não mais trimestralmente, a contribuição proveniente da diferença de arrecadação. De liberalidade em liberalidade, chegou-se até a votação da Lei n.º 3.117, de 26 de janeiro do ano em curso, que, por inconstitucional e contrária aos interesses do Estado, foi passível de veto total. Rejeitado este, foi ela promulgada pelo Presidente da Assembléia Legislativa.

Esta última lei fere em cheio os artigos 20 e 28, inciso II, letra a), da Constituição Federal, os artigos 18, 87, inciso XV e 140, inciso II, letra a), da Constituição Estadual e o artigo 42 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado. Além disto, encerra em seu bojo disposições totalmente injustas e reconhecidamente inexecutáveis.

Outra vultosa contribuição vem o Estado entregando aos Municípios, inclusive ao da Capital, a partir de 1.º de janeiro de 1956, a saber, a equivalente a 40% do produto da "Taxa de Transporte", criada pela Lei n.º 2.737, de 26 de novembro de 1955 parcialmente alterada pela de n.º 2.739, de 29 do mesmo mês e ano.

Entende a Secretaria da Fazenda que as leis acima referidas, na parte em que determinam a entrega de uma parcela da arrecadação da "Taxa de Transporte" aos Municípios, infringem os artigos 29 da Constituição Federal e 16 da Constituição Estadual. Efetivamente, face ao disposto nestas normas constitucionais, só podem os Estados transferir aos Municípios, de todo ou em parte impostos, mas nunca taxas.

Para se ter uma idéia da fabulosa massa de recursos que o Estado entrega aos Municípios por via dessas duas contribuições, basta referir que no orçamento em vigor, estão elas calculadas, englobadamente, em mais de Cr\$ 1.600.000.000,00 representando, pois, aproximadamente 12% da receita geral e 13% da receita tributária.

Importa assinalar finalmente que de conformidade com o disposto na Lei n.º 3.109, de 8 de janeiro do corrente ano, de iniciativa do Poder Executivo, será o imposto territorial, a partir do exercício de 1958, gradativamente transferido aos Municípios onde tem origem a arrecadação.

Desde o ano de 1951 época em que foi criado, vem o Gabinete de Orçamento e Finanças prestando sua útil colaboração no planejamento da política financeira e orçamentária do Governo.

Gabin
Orçam
Fin

Levando em conta a natureza das atribuições que lhe foram legalmente cometidas, instituíram-se as Divisões de Orçamento e de Estudos Financeiros, que, coordenadas, vêm funcionando harmonicamente, com encargos bem definidos.

Na qualidade de órgão central da administração orçamentária, tem o Gabinete de Orçamento e Finanças desenvolvido ingentes esforços em prol do aperfeiçoamento do sistema e do processo orçamentários do Estado.

Em verdade, inclui-se entre as primeiras providências tomadas a proposição atinente à criação de órgãos permanentes de orçamento, nas diversas Secretarias de Estado.

Já no ano de 1952 tais órgãos foram legalmente instituídos nas Secretarias de Educação e Cultura, Fazenda e Obras Públicas, com resultados amplamente satisfatórios.

Planejada a criação, por lei, de unidades técnicas semelhantes a essas, nas Secretarias do Interior e Justiça e da Agricultura, Indústria e Comércio, foi o respectivo projeto rejeitado, em 1955, pelo Plenário da Colenda Assembléia Legislativa, a despeito de haver merecido

parecer favorável das Comissões que o apreciaram; é que se aguardava, para logo, a reorganização geral de serviços, cujos estudos só agora foram ultimados.

Tratando-se de medida essencial à organização do sistema orçamentário estadual, diligenciará o Poder Executivo a renovação daquela iniciativa, uma vez iniciados os trabalhos da presente sessão legislativa.

Relativamente ao processo orçamentário, pretende o Gabinete de Orçamento e Finanças modificar substancialmente o esquema de classificação da despesa pública, sem entretanto fugir aos preceitos da padronização orçamentária estabelecida pelo Decreto-lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, de forma a possibilitar uma nítida distinção entre os gastos correntes e os de investimento. Tal aprimoramento se faz cada vez mais necessário às análises econômicas, sobretudo no que respeita à contribuição do setor público para a formação da renda nacional.

Através da coordenação das propostas orçamentárias das autarquias, exercitada desde 1951, vem o Gabinete de Orçamento e Finanças logrando um constante aperfeiçoamento em sua apresentação formal. Os orçamentos dessas entidades encontram-se integralmente enquadrados nos moldes da padronização estatuída naquela lei federal, permitindo, assim, o levantamento analítico de tôdas as receitas e despesas públicas do Estado.

Desempenhando sua importante missão de acompanhar a execução orçamentária, elabora o Gabinete de Orçamento e Finanças re-estimativas mensais da receita, com base em índices técnicos, ao mesmo passo que aprecia os pedidos de abertura de créditos adicionais.

Como órgão de assessoramento, vem o Gabinete de Orçamento e Finanças realizando estudos sobre os mais variados assuntos financeiros submetidos ao seu exame, destacando se, dentre êstes, as análises dos balanços gerais do Estado, os planos de empréstimos públicos e as propostas de revisões tributárias.

Emprestando excepcional importância à divulgação de dados financeiros, publica o Gabinete, dentre outras, a série "Finanças do Estado", que constitui, indubitavelmente, o mais completo repositório de documentos oficiais pertinentes à administração financeira.

Contadoria Geral do Es- tado:

Tal como o Gabinete de Orçamento e Finanças, a Contadoria Geral do Estado é um órgão técnico diretamente subordinado à Secretaria de Fazenda, e, nos termos da lei que a criou, tem por finalidade precípua a execução, a centralização e a superintendência de todos os serviços de contabilidade do Estado. No desempenho de suas atribuições específicas, mantém a Contadoria Geral além do órgão central, onze contadorias-seccionais, que funcionam nas diversas Secretarias e Departamentos e atuam em estreita cooperação com as respectivas repartições, prestando-lhes a necessária assistência e atendendo os seus pedidos de informação.

Tal como ocorreu nos demais anos apresentou a Contadoria Geral do Estado, em 1956, dentro do prazo legal, o balanço geral relativo ao exercício de 1955, acompanhado de minuciosa análise, em que se pôs em relêvo a situação patrimonial e financeira do Estado.

Cuidou a Contadoria Geral, no decorrer do último ano financeiro, do aprimoramento e da atualização dos serviços de contabilidade do Estado, emprestando, para tanto assídua orientação e fiscalização aos órgãos administrativos encarregados da escrituração analítica. Graças a essas oportunas providências, tornou-se possível levantar pela primeira vez na vida administrativa do Estado, um balanço relativo ao primeiro semestre do exercício de 1956, com o que ficou o Governo ca-

pacitado a decidir sobre a adoção de várias medidas, tanto de ordem administrativa como de natureza financeira tendentes à redução do vultoso deficit financeiro previsto.

Juntamente com o balanço atinente ao primeiro semestre daquele exercício, apresentou a Contadoria, um amplo relatório sobre a marcha da execução orçamentária, sugerindo uma série de providências, que, recolhidas pelo Governo, muito contribuíram para aliviar a aflitiva situação financeira do Estado. Ademais após o levantamento daquele balanço semestral, passou a Contadoria Geral a fornecer balancetes mensais, espelhando a situação financeira e patrimonial apurada no fim de cada mês, em comparação com a apresentada no encerramento do exercício de 1955.

As contadorias seccionais prestaram eficiente colaboração na execução das medidas pertinentes à compressão das despesas, fiscalizando a observância da resolução governamental que aprovou o plano de retenções administrativas de verbas, visando a redução do deficit orçamentário. Através de sua secção da dívida pública, procedeu a Contadoria Seccional da Fazenda ao resgate dos diversos empréstimos em apólices, tendo chamado a resgate final os portadores dos títulos do empréstimo "Consolidação Parcial da Dívida Flutuante do Estado Resultante da Exploração da Viação Férrea".

Por intermédio da Divisão de Estudos e Orientação, emitiu a Contadoria Geral, no ano transato, inúmeros pareceres, versando assuntos de natureza contábil, orçamentária e financeira; elaborou, ainda, diversos planos para regularização da dívida pública consolidada e flutuante.

Valendo-se de seu excelente corpo técnico, pôde a Contadoria Geral continuar a participar dos serviços de fiscalização das autarquias, prestando-lhes colaboração ainda na direção dos trabalhos de contabilidade.

Da mesma forma que em anos anteriores, a Contadoria Geral tomou parte no levantamento e encontro de contas entre o Estado e a Viação Férrea referente ao exercício de 1955.

Atendendo solicitação da egrégia Assembléja Legislativa designou a Secretaria da Fazenda, no ano passado, um representante da Contadoria Geral junto à Comissão encarregada da elaboração do ante projeto de lei que fixa normas de administração financeira para as autarquias estaduais.

Incumbe ao Tesouro do Estado a importante missão de executar a política financeira e tributária adotada pelo Governo. Para o desempenho de tão relevante encargo conta com uma extensa rede de inspetorias, exatorias e postos de arrecadação.

Durante o ano de 1958 várias modificações foram introduzidas na organização administrativa do Tesouro do Estado, visando a racionalização de suas múltiplas atividades. Efetivamente, pelo Decreto n.º 7.568, de 27 de dezembro último, passou a antiga Diretoria de Expediente e Pessoal a denominar-se Diretoria Administrativa, sendo nela instituídos, como novas unidades, o Serviço de Fôlhas de Pagamento e o Serviço de Material.

Reorganizados e ampliados os serviços da Diretoria Administrativa, vem ela apresentando uma série de úteis melhoramentos, entre os quais cabe salientar a sistematização das revisões de proventos de inativos, a atualização das fichas de assentamentos funcionais para a elaboração do almanaque do pessoal e a padronização e estocagem de material. Igualmente foram reestruturados, parcialmente, os serviços da Diretoria da Receita e o Serviço Mecanizado.

Cumpre também assinalar, como medidas racionalizadoras dos mé-

Tesouro do
Estado

todos de trabalho, no setor da Diretoria da Despesa, as consubstanciadas nas circulares n.ºs 24 e 76, respectivamente de 17 de maio e 4 de dezembro do ano findo, graças às quais foi grandemente simplificado o processo de autorização de pagamento de vantagens a servidores sediados no interior do Estado.

Dado o propósito do Governo de regularizar a dívida flutuante do Estado, procedeu o Serviço de Orçamento, no decurso do ano transato, ao levantamento de aproximadamente 17.000 processos de despesas de exercícios anteriores, não empenhadas em tempo hábil.

Criada pelo Decreto n.º 6.734, de 7 de novembro de 1955, em substituição às Inspetorias do Imposto sobre Vendas e Consignações e de Fazenda, vem a Divisão de Fiscalização Geral cumprindo satisfatoriamente o seu vasto programa de realizações. Decorrido o primeiro ano de funcionamento do novo órgão, verificou-se que a unificação dos serviços de fiscalização e inspeção foi a solução mais adequada para elevar o nível de rendimento desses importantes misteres. Realmente, mercê da unidade de comando e de controle, logrou-se não só um melhor aproveitamento do elemento humano que integrava as extintas Inspetorias, mas também o aprimoramento dos serviços de exação e fiscalização, que passaram a ser assistidos diretamente pelas diversas Inspetorias Regionais, em que foi dividido o Estado.

Prova robusta de que o fisco tem desdobrado intensa atividade na coleta de ingressos nos fornece a cifra representativa das sonegações apuradas no exercício de 1956. Com efeito, ascenderam estas, no ano passado, a mais de Cr\$ 181.000.000,00, enquanto que, em todo o quadriênio anterior atingiram cerca de Cr\$ 180.000.000,00.

A Divisão de Fiscalização Geral tem dado combate sistemático ao comércio clandestino que proliferava em todos os quadrantes do Estado. Impende registrar que a Secretaria da Fazenda está ultimando demarques para a celebração de um convênio com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, segundo o qual passará a contar com a colaboração da Polícia Rodoviária na execução dos serviços de fiscalização do trânsito de mercadorias.

Providenciou a Divisão de Fiscalização, no decurso do ano findo, na elaboração dos regulamentos para a cobrança das taxas de cooperação e de silos e armazéns. Cuidou, outrossim, das alterações dos regulamentos dos impostos sobre vendas e consignações e de sélo.

Em consequência da criação de novos municípios, instalou a Secretaria da Fazenda, no decurso do ano transato, 21 novas exatorias. Além disto, com o objetivo de descentralizar os serviços de exação diligenciou a criação de 7 postos de arrecadação no interior do Estado e de 2 recebedorias distritais na Capital. Com o substancial aumento do quadro de pessoal das exatorias, efetivado pela Lei n.º 3.088, de 31 de dezembro de 1956, tornou-se possível atender convenientemente as novas repartições fazendárias criadas. Especial atenção tem sido dedicada à melhoria das instalações das novas estações arrecadadoras.

CONSELHO ESTADUAL DE CONTRIBUINTES

As relações entre o Fisco e o Contribuinte foram mantidas judiciosamente equilibradas pelo Conselho Estadual de Contribuintes, o qual desempenhou com proficiência os encargos que lhe são atribuídos em lei.

Embora ressentida pela falta de pessoal e de instalações adequadas, a Secretaria do Conselho constituída pelos setores dos Serviços Administrativos e Serviços de Assessoria Técnica, pôde imprimir a necessária elasticidade e eficiência nos trabalhos executados e, como nos anos anteriores possibilitou o julgamento da maior parte dos recursos recebidos e a emissão dos acórdãos respectivos.

No ano findo foram realizadas 147 sessões e julgados 1.375 recursos.

BÓLSA DE VALORES DO RIO GRANDE DO SUL

O movimento de compra e venda de títulos registrado pela Bolsa de Valores, no ano de 1956, foi de Cr\$ 75.218.383,00, num total de 210.434 títulos, contra Cr\$ 72.376.519,00 somando 126.296 títulos no ano de 1955. Quanto aos preços tomando-se por base o valor nominal igual a 100, podemos informar que os títulos públicos, em 1956 desceram a 61,31 enquanto que em 1955 estavam em 61,70; e os particulares cujo índice em 1955 foi de 146,20 elevaram-se em 1956 para 185,80.

O fechamento de câmbio por intermédio dos corredores, relativo às exportações e importações durante o ano de 1956 montou a Cr\$... 2.439.889.101,40, contra Cr\$ 2.395.667.354,60 no ano anterior.

Nos leilões de promessas de venda de câmbio, foram vendidas moedas que, convertidas em dólares, somam US\$ 53.005.257,00, num total de Cr\$ 3.432.573.783,00 ao agio médio de Cr\$ 64,80 por dólar.

Os agios médios, de 1953 a 1956, foram, respectivamente, de Cr\$ 20,90, Cr\$ 50,00, Cr\$ 51,00 e, finalmente, Cr\$ 64,80 por dólar.

DEPARTAMENTO DE LOTERIA DO ESTADO

Orçada a receita da Loteria do Estado, em Cr\$ 45.000.000,00, foram arrecadados, em 1956, Cr\$ 75.763.147,90 apresentando, assim uma maior receita de Cr\$ 30.763.147,90

O salto violento das rendas observado no período em exame encontra justificativa não só na paralisação da Loteria Federal como, ainda, na melhoria dos planos postos em vigor, com a inclusão do novo prêmio maior de Cr\$ 2.000.000,00, autorizado, em fins de 1955, pelo Congresso Nacional.

COMISSÃO ESTADUAL DE COMPRAS

No ano de 1956 a Comissão Estadual de Compras adquiriu para o Estado, material de consumo e permanente na importância de Cr\$ 263.320.042,70, sendo em concorrências públicas, Cr\$ 63.967.121,20; em concorrências administrativas, Cr\$ 101.220.322,29; em coletas de preços Cr\$ 24.522.942,71; em registro de preços mensais, Cr\$ 73.639.656,50.

Uma das grandes vantagens da Comissão Estadual de Compras é a movimentação do Fundo de Estoque, pelo sistema rotativo. Tem isso possibilitado efetuar grandes compras, em épocas oportunas e estocar o material de uso corrente. Efetuamos pelo Fundo de Estoque compras no valor de Cr\$ 14.245.490,10. Para que se possa apreciar o montante da economia feita pelo erário público estadual, neste exercício passado, pela Comissão, destacamos, a seguir, os principais materiais e artigos comprados à conta do referido Estoque:

Movimentação do Fundo de Estoque

Máquinas de escrever, móveis e utensílios: total de compras efetuadas, Cr\$ 8.322.978,70; média aritmética das percentagens a menos sobre os preços de praça, 47,79%; economia aproximada, Cr\$ 3.978.029,42.

Material para limpeza e higiene, total de compras efetuadas, Cr\$ 1.567.542,80; média das percentagens a menos sobre os preços de praça, 6,73%; economia aproximada, Cr\$ 105.500,86.

Material de expediente: total das compras efetuadas, Cr\$ 967.890,00; média das percentagens a menos sobre os preços de praça, 19,55%; economia aproximada, Cr\$ 189.222,49.

Aquisição de pneus e câmaras de ar: total das compras efetuadas, Cr\$ 3.321.793,00; média das percentagens a menos do preço de praça, 29,56%; economia verificada, Cr\$ 971.922,00.

Foram instaladas em caráter definitivo as garagens e oficinas da Comissão em um terreno de propriedade do Estado, sito à av. Júlio de Castilhos. No mesmo local, foram construídos abrigos para armazenamento de óleo lubrificante em embalagem pequena, servindo ainda esse terreno para depósito de material grosseiro do Fundo de Estoque.

Instalação das Garagens da Comissão

As compras no ano findo foram num montante quase quatro vezes superior às de 1955, obtendo-se preços inferiores àquele ano, na seguinte proporção: 50% dos medicamentos mais baratos, principalmente antibióticos; 30% na mesma base apesar do aumento determinado; 20% apenas com acréscimo de preço, principalmente vitaminas.

Drogas e Medicamentos

**Importação
de Veículos**

Depois de várias gestões junto ao Banco do Brasil o Governo do Estado obteve a concessão de US\$ 33.000,00 (trinta e três mil dólares) para a importação de veículos ao Departamento de Polícia Civil. Essa operação foi realizada pela Comissão, tendo sido importados 24 jeeps, 6 camionetas para rádio-patrolha e material para rádio-comunicações e rádio patrolha. Foram as seguintes as economias verificadas pelo Estado nessa importação, sobre o valor de praça e preço de importação ao ágio de Cr\$ 25,00:

Valor da importação de 24 jeeps	Cr\$	4.124.104,20
Valor da importação de 6 camionetas	Cr\$	1.859.945,50
Valor da importação de material de rádio	Cr\$	265.013,30
TOTAL	Cr\$	6.249.063,00
24 jeeps ao preço unitário (comércio) de Cr\$ 395.000,00	Cr\$	9.480.000,00
6 camionetas ao preço oficial da Ford	Cr\$	4.266.000,00
Material de rádio (preço de praça)	Cr\$	1.199.654,00
TOTAL	Cr\$	14.945.654,00
Despesa efetuada	Cr\$	6.249.063,00
Economia	Cr\$	8.696.591,00

**Fiscalização
do Material e
Recebimento**

Apesar das ainda deficientes instalações da sede da Comissão Estadual de Compras, foram adquiridos aparelhos de ensaios rápidos de material destinados ao laboratório da Diretoria Técnica. Para os serviços técnicos principais utiliza a Comissão o Instituto Tecnológico do Estado, submetendo a provas e testes materiais que exigem estudo mais aprofundado.

A Diretoria Técnica da Comissão, no ano de 1956, procedeu de modo efetivo a fiscalização do material adquirido. O valor total do material fiscalizado atingiu a Cr\$ 80.055.289,80 tendo sido rejeitado, por inaceitável, no montante de Cr\$ 2.326.591,00. Essas cifras dispensam maior comentário sobre a eficiência da Comissão, apesar de não ter sido fiscalizado o total das compras efetuadas, pela falta de meio e carência de pessoal especializado para atender tais tarefas.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O Rio Grande do Sul, com uma produção agrícola anual avaliada em 12 bilhões de cruzeiros — com uma população pecuária de valor superior a 11 bilhões, situa-se como um verdadeiro celeiro da Federação e um forte estio de sua estrutura econômica.

Dai a posição de destaque e importância da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, órgão através do qual o Governo exercita sua fundamental função, qual seja a de orientar, coadjuvar, coordenar e fiscalizar a economia rural gaúcha.

A seguir serão relatadas as diversas atividades desta Secretaria de Estado, através de seus diversos órgãos de linha, no exercício findo.

A Diretoria da Produção Animal cabe a tarefa, de relevante importância, de oferecer à economia rural do Estado, condições que se coadunem com o destaque que ocupa a pecuária gaúcha no panorama nacional da produção e riqueza.

Diretoria da
Produção
Animal

Orientando os métodos modernos e racionais de criação, assistindo profilática e terapêuticamente aos rebanhos e distribuindo com fartura conselhos úteis e ao alcance de todos, assim como possibilitando a aquisição, a baixos preços, de produtos biológicos destinados ao combate às diferentes zoonoses, está, a Diretoria da Produção Animal, habilitada a apresentar, como de fato fará, um quadro muito promissor de suas atividades em que assinalará o seu empenho efetivo em proporcionar sempre maiores e melhores condições aos centros criadores, de forma a confirmar a posição atuante do Rio Grande nessa esfera da economia nacional.

Sua ação se concretiza através de Postos Zootécnicos e Estações Experimentais Forrageiras que desenvolvem a pesquisa técnica e o fomento, abrangendo os mais variados setores da produção pecuária, assistidos e superintendidos pela Secção de Zootecnia, a que estão subordinados; por intermédio de 61 circunscrições sanitárias, cada qual atendida por uma Inspetoria Veterinária, dependência da Secção de Defesa Sanitária, cumprem a tarefa de execução de todo o planejamento de campanhas sanitárias e, finalmente, o Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor" que propicia o lastro científico aos combates acima referidos através da pesquisa e da documentação, assim como elabora os produtos biológicos para tais lutas contra as epizootias.

O serviço de Experimentação Zootécnica prosseguiu com a maior intensidade possível em seus trabalhos experimentais, realizando a introdução de numerosas espécies e variedades de forrageiras nas Estações Experimentais de São Gabriel e Vacaria, a fim de ser estudada a sua adaptação ao ambiente ecológico da região.

Uma série de experimentos foram executados visando determinar o valor quantitativo e qualitativo das principais espécies forrageiras e de suas misturas, do efeito de fertilizantes e corretivos, métodos de plantio e condução de culturas forrageiras.

A Estação Experimental de Forrageiras de São Gabriel fez introdução de forrageiras do Chile e de diversas variedades de sorgos, ao mesmo tempo em que continuou com os trabalhos e estudos das espécies e variedades anteriormente recebidas.

Trabalhou, a Estação Experimental de Forrageiras de Vacaria, com 176 introduções constituídas por 50 gramíneas anuais, 53 leguminosas anuais, 50 gramíneas perenes e 23 leguminosas perenes. Os ensaios com potes experimentais vêm sendo executados com o máximo cuidado, a fim de esclarecer os criadores no preparo das pastagens artificiais.

O Posto Zootécnico da Fronteira prosseguiu com seus serviços experimentais em ovinos, trabalhando com as raças Romney Marsh, Merino Australiano, Corridale e Polwarth. Com as mesmas raças teve lugar a prática de inseminação artificial, iniciada em 9 de janeiro e desenvolvida em boas condições durante o período adequado.

No setor de Piscicultura do Serviço de Caça e Pesca foi iniciada a adaptação das espécies Black-Bas e Tilapia, remetidas pelo Ministério da Agricultura, desenvolvendo-se de modo satisfatório, a primeira, enquanto a segunda não apresentou o mesmo êxito.

No Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor" foram produzidos, em 1956, 17 trabalhos, devidamente concluídos, dentre os 31 que estavam em pauta. Nove dos trabalhos concluídos já foram publicados, encontrando-se os oito restantes em preparo.

Na parte relativa à assistência direta ao ruralista, o Serviço de Inseminação Artificial continua acusando índices de atividade cada vez mais elevado, no aprimoramento dos rebanhos leiteiros e ovinos.

No ano de 1956 foram realizadas 7.250 operações, em vacuns, contra 6.114, do ano anterior, representando 18,6% de acréscimo.

Em virtude de entendimento levado a bom termo com o Ministério da Agricultura, o Posto de Inseminação Artificial de Pelotas passou a integrar a rede do Serviço, com o que toda a inseminação artificial em gado leiteiro no Estado ficou a cargo do aludido Serviço, ao passo que o Ministério somente executará os trabalhos em ovinos e gado de corte.

Trabalhando com bovinos de corte, o Serviço de Seleção Bovina inspecionou 19.226 ventres, dos quais foram refugados 13.999 e marcados 5.227. Foram ainda organizados cerca de 48 planteis.

O Serviço de Suinotecnia tem sua base de trabalho alicerçada no estabelecimento de criações em colaboração, como forma direta de melhoramento dos métodos de criação dos rebanhos no Estado.

É na região do Alto-Taquari, com sede no município de Estrêla, onde estão localizados esses núcleos de melhoramento com a existência de 80 criações em colaboração, registrando-se a organização de 40 unidades no período de 55-56.

A XXIII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados exibiu 47 suínos Duroc Jersey procedentes de 7 criações em colaboração, do Alto-Taquari, que mereceram as melhores referências do jurado do certame.

O Serviço de Avicultura dispôs a devida assistência técnica aos avicultores visando especialmente aqueles situados às margens das estradas troncos que se irradiam desta Capital num raio de 50 km.

A Central de Incubação, no ano de 1956, forneceu 84.973 pintos de 1 dia a 1.200 criadores inscritos, apresentando uma média de eclosão de 68%.

Os animais inspecionados contra a sarna ovina atingiram a quase dez milhões de ovinos ou mais exatamente, a 9.905.662 tendo a incidência de sarnosos alcançado apenas a esfera de 0,1%.

Pelo Decreto n.º 6.850 de 29 de dezembro de 1955 o Governo do Estado, atendendo a proposição da Secretaria sobre a infestação dos

ovinos com a chamada "Fioleira" tornou obrigatório o seu combate, aprovando o respectivo Regulamento.

No ano de 1956, o aparecimento de novos focos determinou a realização de uma série de dois banhos gerais nos rebanhos, com resultados já bastante satisfatórios esperando-se para breve a completa erradicação dessa parasitose.

Em 1956 foi constatada, pela primeira vez no Brasil, a ocorrência de carrapatos resistentes aos carrapaticidas usados no Estado, o que provocou uma série de pesquisas com produtos a base de Parathion, com excelentes resultados. Enquanto prosseguem os estudos a respeito, vem sendo aconselhado aos criadores a mudança dos carrapaticidas usados.

O Serviço de Combate à Peste Suína contou com 330 vacinadores que vacinaram 4 170.900 suínos, atuando em 76 municípios através de 30 Inspetorias Veterinárias.

A brucelose bovina representa problema de suma gravidade, quer sob o aspecto animal quer sob o humano. A sua incidência no rebanho, da ordem de 6,5% sobre 21.693 testes de soro aglutinação, aconselha o prosseguimento dos trabalhos já encetados em alguns municípios, intensificando-se em outros, ao mesmo tempo em que se faz sentir a necessidade de uma legislação.

Em suínos foram testados 764 animais, com a ocorrência de 9,1% de casos positivos.

A tuberculose foi diagnosticada em 17.028 bovinos, com 510 positivos constituindo 2,9% e em 693 suínos, com a incidência de 1,2%.

A febre aftosa, tendo sua profilaxia executada com orientação técnica, deixou de ser um mal inevitável. Continua o trânsito de gado a ser o principal responsável pela sua difusão. Foram feitas 1.668.221 vacinações contra a febre aftosa.

A raiva desmodina atingiu em 1956 um caráter de suma gravidade, tornando necessária a adoção de medidas especiais, como a solicitação de verbas extraordinárias para esse fim, concedidas por crédito especial no montante de Cr\$ 4.000.000,00. Em 45 municípios estiveram em atividades 138 morcegueiros, tendo sido inspecionadas 10.909 propriedades, localizadas 22.385 fumas e extintas 15.601 delas.

Foram vacinados 107.420 animais contra a raiva, verificando-se a morte de 9.819 em consequência do seu ataque, o que ocasionou um prejuízo de Cr\$ 21.630.100,00, à economia pública.

Atualmente, no entanto, decresceu o número de perdas a quase zero, em municípios onde estava grassando a doença sendo, entretanto, continuadas as tarefas dentro dos planos traçados, a fim de evitar o recrudescimento do mal.

A produção de vacinas pelo Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor" foi intensificada com o fornecimento aos criadores de 114.730 doses. Além das medidas postas em prática no Rio Grande, devem elas ser estendidas ao Estado de Santa Catarina de onde se tem como certo, reside o foco principal que dissemina o mal no território gaúcho.

A verminose ovina e a helmintose suína mereceram a devida atenção, tendo em vista sua importância no estado sanitário do rebanho e os prejuízos com a sua incidência.

Principalmente a helmintose suína que em certas regiões tem alcançado o alto nível de 50 a 60% de infestação nos leitões nascidos, vem merecendo a mais acurada atenção do Serviço para a sua redução e posterior eliminação.

O total geral de vacinações alcançou a 7.157.036, representando este número cerca de 1% mais que em igual período no ano anterior.

Apenas em relação à febre aftosa, o carbúnculo hemático e o coli-tifo (misto) o número não ultrapassou ao que foi obtido em 1955.

Aumento expressivo acusaram a vacinação contra a raiva desmoldina, a pneumo-enterite dos leitões e a varíola aviária.

No ano de 1956 o movimento de distribuição de vacinas alcançou a 9.623.768 doses.

A fenotiazina foi distribuída num total de 67.412,400 kg. e a sulfadoxalina teve 6.117 pacotes entregues ao consumo.

Quanto às formas de assistência indireta à criação, devem ser referidas, as executadas pelo Serviço de Classificação de Lãs, o Serviço de Seleção Ovina, o Serviço de Exposições e Feiras, o qual realizou no ano findo 19 certames oficiais, destacando-se entre eles a XXIII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, realizada com absoluto sucesso em Porto Alegre.

Com referência à assistência pedagógica oferecida pela Diretoria de Produção Animal cabe especial menção às atividades da Escola Prática de Suinocultura, de Tupanciretã; do Curso Prático de Ovinocultura, de Uruguaiana; do Curso de Classificadores de Lãs e do Curso de Revisão em Doenças Infecciosas e Parasitárias efetuado pelo Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor".

Diretoria da Produção Vegetal

O trabalho de assistência e fomento à agricultura é realizado através dos serviços especializados, sediados na Capital e dos Agrônomos Regionais e Conservacionistas, no interior do Estado. Visa este trabalho, sobretudo, orientar o agricultor na conservação e melhoramento do solo; no controle das pragas e moléstias; na eleição das espécies e variedades mais indicadas às suas condições; na melhor utilização do maquinário agrícola; na escolha das épocas do plantio para cada espécie e variedade e em tudo aquilo que possa contribuir para maiores e melhores rendimentos.

Os métodos seguidos na condução desses trabalhos são os mais diversos, indo desde as visitas aos produtores, as reuniões de grupos, a divulgação pelo rádio e imprensa, até as demonstrações práticas e ao fornecimento ao agricultor de máquinas, sementes, mudas, inseticidas e fungicidas.

Não obstante a precariedade dos recursos com que conta a Diretoria da Produção Vegetal, frente à extensão e complexidade da tarefa que lhe cabe no setor da assistência ao produtor e fomento da produção, estes trabalhos vêm, de ano para ano, alcançando maior penetração, encontrando maior receptividade, ganhando a confiança do homem rural e firmando-se no conceito público.

As atividades a seguir relacionadas atestam as realizações da Diretoria referentes ao ano de 1956.

Distribuiu a Diretoria da Produção Vegetal, em 1956, por intermédio do Serviço de Sementes e Mudanças, nesta Capital e dos Agrônomos Regionais cerca de três mil toneladas de sementes de 14 espécies diferentes, não se incluindo aí 11.958 coleções de sementes hortícolas, distribuídas gratuitamente.

Dentre as variedades de trigo distribuídas em 1956 figurou pela primeira vez, a variedade "Prelúdio". Trata-se da linhagem 1.083-54, do grupo "Colotana" criada na Estação Experimental Fiotécnica da Fronteira, em Bagé e que em 1956 foi recomendada à distribuição.

Foram distribuídas no decorrer de 1956 128.067 mudas de espécies frutíferas diversas, sendo 125.950 produzidas pelos estabelecimentos da Secretaria da Agricultura e 2.117 adquiridas de viveiristas particulares para redistribuição.

Não está incluída neste número a distribuição de mudas de oliveiras feita pelo Serviço Oleícola e que se elevou a 26.053 mudas. O total de mudas em 1956, eleva-se, assim, a 154.120.

Distribuíram-se, no último ano, 1.049.005 mudas de essências florestais e ornamentais diversas produzidas em nossos estabelecimentos.

Continuando em seu trabalho de formação de aradores-tratoristas, o Centro de Treinamento e Mecanização da Lavoura, em Capela, recebeu no ano recém findo 6 turmas constituídas por 59 alunos, dos quais 56 lograram aprovação.

Desde sua criação, em 1952, já passaram por aquele Centro de Treinamento 34 turmas sendo conferido certificado de aprovação a 347 alunos.

Para o ano em curso, contará a Diretoria da Produção Vegetal com mais um Centro de Treinamento — o de Hulha Negra — cuja instalação acha-se em fase final.

O Serviço de Conservação do Solo integrante da Seção de Fomento Agrícola até fins de 1956, quando foi criada a Seção de Recursos Naturais Renováveis, da qual passou a fazer parte, por intermédio de seus três técnicos sediados no interior e contando com a colaboração dos Agrônomos Regionais, realizou neste último ano um trabalho digno de nota.

Para serviços especiais de controle à erosão, foram atendidas 120 propriedades, fazendo-se locação de curvas de nível em 13.192 hectares e terraceamento em 147.

Pelo Serviço de Fixação de Dunas, com sede em Tramandaí, foram realizados diversos serviços de remoção, controle e fixação de areias movediças no Litoral Nordeste do Estado, visando principalmente a proteção de balneários.

Nos viveiros mantidos pelo Serviço de Fixação de Dunas foram produzidas 66.475 mudas de espécies dunicolas e ornamentais, fazendo-se, no decorrer do ano recém findo, a distribuição de 37.648 mudas diversas.

O número total de análises do solo, para fins de assistência aos produtores, em 1956, elevou-se a 1.731, compreendendo 16.029 determinações. Verificou-se, assim, um aumento de 24% no número de análises realizadas em relação ao ano anterior. Foram enviadas amostras de solo para exame de 90 municípios e com vistas à cultura de mais de 20 espécies diferentes predominando a do trigo, com 269 amostras, do arroz, com 153 e da batata, com 97.

Para fins de assistência e fiscalização do comércio de adubos e corretivos foram realizadas 29 análises, num total de 67 determinações, sendo 20 de fertilizantes e 9 calcáreo moído.

Foram registrados no Laboratório de Química Agrícola 101 produtos de diversas firmas do Estado. Eleva-se a 44 o número de firmas produtoras de fertilizantes e corretivos já registradas e a 566 o número de seus produtores.

Estiveram em trabalho, no interior do Estado, 196 trilhadeiras realizando trilhas a pequenos produtores. Foram atendidos cerca de 13.000 agricultores, beneficiando acima de 400.000 sacos de espécies diversas, incluindo trigo, linho, arroz, cevada, aveia, alpiste, soja e feijões.

A Diretoria da Produção Vegetal iniciou em 1956, por intermédio da Seção de Fomento Agrícola, um plano de "lavouras demonstrativas" visando o melhoramento das práticas agrícolas, por meio de demonstrações objetivas das quais participam os próprios agricultores. Pelos primeiros resultados obtidos e pelo interesse despertado, esta iniciativa está tendo a mais ampla repercussão na agricultura do Estado.

Essas lavouras são instaladas em terras de agricultores, ao lado de suas culturas feitas pelos métodos rotineiros, procurando estabelecer o confronto entre estes e aqueles recomendados pelos técnicos. Aos agricultores, em cujas terras são feitas tais demonstrações, é for-

recida uma ficha na qual são anotados todos os gastos decorrentes das práticas introduzidas para que os mesmos comparem os resultados econômicos finais.

O uso de corretivos e fertilizantes de variedades selecionadas, da quantidade adequada de sementes, de épocas de plantio mais apropriadas, dos tratamentos fitossanitários são algumas das práticas visadas nas lavouras demonstrativas.

Em 1956, de acordo com plano previamente traçado, foram instaladas 140 lavouras demonstrativas de trigo, em 36 municípios, e 57 com batata em 13 municípios.

Em planos futuros outras espécies serão consideradas e novas zonas de trabalho serão cobertas.

As dificuldades impostas à Secretaria da Agricultura para a importação de material agrícola limitaram em muito o movimento de nosso serviço de revenda. Contando apenas com um reduzido número de unidades importadas anteriormente e com material nacional, o Serviço de Mecanização da Lavoura revendeu, em 1956, 632 unidades, no valor de Cr\$ 877 769,00. Incluem-se nesse número 4 tratores pequenos, alguns implementos para tração mecânica, e arados e grades para tração animal.

Peça Secção de Defesa Sanitária Vegetal foram vendidas a agricultores ou cedidas a estabelecimentos oficiais 447 unidades compreendendo aplicadores de brometo, 278, polvilhadeiras manuais, 111 e aspersores.

As atividades de controle a pragas e moléstias, desenvolvidas pela Secção de Defesa Sanitária Vegetal, com a colaboração de Agrônomos Regionais compreendem trabalhos de combate direto em zonas associadas por pragas demonstrações, práticas sobre uso de aparelhos e defensivos, informações técnicas, inspeções de viveiros e câmaras de exurgido, divulgação sobre a biologia, identificação e controle a inimigos das culturas e distribuição de aparelhos e defensivos elevando-se a distribuição dos mesmos a cerca de 200 000 quilos.

Os trabalhos de experimentação e pesquisa da Diretoria da Produção Vegetal foram conduzidos através dos estabelecimentos experimentais e serviços especializados que integram as secções de Agronomia, Fruticultura e de Defesa Sanitária Vegetal.

Os problemas relacionados com a experimentação e melhoramento de espécies anuais bem como referentes à fertilidade, estão afetos à Secção de Agronomia que conta com uma rede experimental integrada pelos seguintes estabelecimentos.

- 1) Estação Experimental Fitotécnica da Fronteira, localizada no Município de Bagé
- 2) Estação Experimental Fitotécnica da Serra, localizada no Município de Júlio de Castilhos
- 3) Estação Experimental Fitotécnica das Colônias, localizada no Município de Veranópolis
- 4) Estação Experimental de Horticultura localizada no Município de Rio Grande
- 5) Estação Experimental de Encruzilhada do Sul, localizada no Município de mesmo nome
- 6) Estação Experimental de São Borja localizada no Município do mesmo nome
- 7) Estação Experimental de Osório no Município do mesmo nome em fase de instalação

Cada uma dessas estações de conformidade com as características ecológicas da região onde estão localizadas tem uma programação especial de trabalho, abrangendo em cada caso o estudo dos principais

problemas agrícolas da sua zona, visando o aprimoramento da agricultura sul-riograndense.

A experimentação e melhoramento de plantas anuais, foram conduzidos como nos anos anteriores, nas seguintes Estações Experimentais: Fitotécnica de Fronteira em Bage, Fitotécnica da Serra, em Júlio de Castilhos e Fitotécnica das Colônias em Veranópolis, Encruzilhada do Sul e São Borja.

Ótimos resultados foram obtidos com o melhoramento das variedades de trigo (aberto especial) menção à nova variedade "Prelúdio" lançado pela Estação Fitotécnica da Fronteira. Igualmente foram altamente satisfatórios os resultados da experimentação e melhoramento com os demais cereais, tais como milho, linho, batata, cebola, mandioca, além de outros de menor vulto econômico.

O Serviço de Ecologia Agrícola iniciou em janeiro de 1956, suas observações, de grande valia para a agricultura, achando-se aparelhado com seis estações agrometeorológicas situadas nos seguintes estabelecimentos: Estação Experimental Fitotécnica da Fronteira (Bagé), Estação Experimental Fitotécnica da Serra (Júlio de Castilhos), Estação Experimental Fitotécnica das Colônias (Veranópolis), Estação Experimental de Horticultura (Rio Grande), Estação Experimental de São Borja (São Borja), Estação Experimental de Osório (Osório).

Os trabalhos de experimentação e melhoramento com espécies frutíferas, a cargo da Seção de Fruticultura, foram desenvolvidos nas Estações Experimentais de Caxias, Taquari e Farroupilha, contando-se ainda com a colaboração do campo de Cooperação Municipal de Livramento e estabelecimentos particulares.

Mais de uma centena de projetos estão sendo conduzidos, envolvendo estudos sobre métodos de multiplicação, fertilização, controle de pragas e moléstias, tipos de poda, para as espécies de frutífera de maior importância econômica para o Estado. Paralelamente vêm sendo realizados trabalhos de melhoramento varietais de algumas espécies, através de introduções, seleções e hibridações artificiais.

Além dos trabalhos de experimentação e melhoramento que realizam as estações experimentais de fruticultura, estes estabelecimentos colaboram na assistência aos produtores através de visitas, palestras e demonstrações realizadas pelos seus técnicos e na produção de mudas para a distribuição. Como exemplo de trabalho de fomento desenvolvido por estas estações, merece citação a formação de "Pomares de Cooperação" em propriedades de agricultores e de instituição de ensino.

Além dos ensaios realizados nas estações experimentais já referidos anteriormente conduz a Seção de Defesa Sanitária Vegetal experiências e pesquisas visando a identificação e estudos biológicos de parasitas e hospedeiros; métodos de controle de pragas e moléstias; testes de inseticidas, fungicidas e ervicidas; ensaios de resistência de plantas a moléstias específicas, etc.

Entre os estudos de biologia de pragas, destacam-se os realizados com a Lagarta do Trigo, (*Cirphis unipuncta*), com o Serrador da Acácia Negra, Casaco do Eucalito (*Gonipterus Gibberus*), Cachorrinho D'Água e *Grillus* sp.

A Diretoria de Indústria e Comércio a fim de melhor atender ao seu variado e amplo campo de atribuições acha-se dividida em três seções a saber: Assistência ao Cooperativismo; Classificação e Fiscalização; e Fomento Industrial e Comercial.

Os trabalhos afetos às Seções acima citadas são decorrência de convênios firmados entre os governos da União e do Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade precípua de serem executados serviços de interesse comum.

Diretoria de
Indústria e
Comércio

Assim o acôrdo celebrado em 8 de agosto de 1952, com vigência até o presente ano refere-se à execução da Legislação Cooperativista no Estado, e o lavrado em 23 de setembro de 1952 com vigência também até o ano em curso. Diz respeito à legislação vinícola ou seja a Lei n.º 540, de 25-10-37 regulamento aprovado pelo Decreto n.º 2.499, de 16-3-38. Decreto-Lei n.º 3.852 de 3-9-46; Decreto-lei n.º 4.328, de 22-5-42; Decreto-Lei n.º 8.064 de 18-10-45 e Decreto-Lei n.º 28.845 de 9-4-50, o celebrado em 22 de junho de 1953, com vigência até 22 de junho de 1958 refere-se à execução dos serviços de classificação e fiscalização de produtos agrícolas e pecuários e das matérias primas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico.

No Laboratório Central de Tecnologia Agrícola que se encontra subordinado à Secção de Fomento, foram executados no ano pretérito diversos trabalhos de experimentação e pesquisas, alguns dos quais se constituíram em elevada contribuição à expansão das nossas atividades industriais tais como a extração de óleos vegetais do embrião do trigo e do arroz, determinação do rendimento de numerosas classes de trigo em sua industrialização, pesquisas sobre percentagem de cloretos em vinhos e licores.

O "Posto Experimental de Salinas" localizado próximo a povoação do "Pinhal" na Região Litorânea do município de Osório, vem, na medida do possível prestando as suas finalidades, apesar de algumas dificuldades que impedem um contato mais assíduo. Concluídas as pesquisas para verificar as possibilidades da produção de sal, na costa do nosso Estado, a Comissão Técnica organizada para tal fim, encontrou, como ponto ideal para a localização de estudos, em face do mais elevado teor de cloreto de sódio, verificado, o trecho do mar onde se acha situada a "Lagoa do Peixe" devendo servir, a mesma, como reservatório natural na futura exploração dessa indústria.

Próximo à praia do "Pinhal" foi então instalado, em 1951, um Posto Experimental devidamente aparelhado para a realização de estudos sobre o rendimento de sal. Este rendimento, que nos 1.º, 2.º e 4.º anos de observação demonstrou apreciáveis resultados, já nos 3.º e 5.º, falhou inteiramente devido à deficiente insolação nos meses de calor. Por esse motivo, a fim de que se possa obter uma média que mais aproximadamente possa fornecer conclusões definitivas, terão as observações, necessariamente de prolongar-se por mais longo tempo. No início destas observações, foi também alvitada a construção de uma salina (evaporação natural e artificial). Dependendo, entretanto, a evaporação artificial de instalações apropriadas e dispendiosas somente um longo e minucioso estudo poderá resolver sobre a conveniência do uso de tal processo.

A exemplo dos anos pretéritos, no setor vinícola, foi realizado o planejamento dos trabalhos destinados a incrementar a cultura de castas finas, tendo em vista a produção de vinhos finos grandemente solicitados pelo mercado consumidor.

Assim procedeu-se a aquisição de 15.000 mudas de parreiras enxertadas, das variedades Barboira, Merlot, Cabernet e Trebiano, as quais posteriormente foram distribuídas na região vitivinícola do Estado.

A escolha das variedades foi norteada face à necessidade de um maior fomento da cultura de videiras produtoras de uvas para vinhos tintos, já que a matéria prima da elaboração de vinhos brancos está mais disseminada.

Foram produzidos por intermédio de nossos viveiros, aproximadamente, 200.000 bacelos os quais foram distribuídos aos viticultores sediados nas diversas zonas de produção.

A assistência direta à produção foi feita através dos seguintes setores:

Setor Agrícola: Os agricultores que se dedicaram a exploração da videira tiveram o ensejo de serem orientados nas práticas da cultura de parreiras e, concomitantemente, foram instruídos através dos técnicos que labutaram no Serviço do Vinho no sentido de obterem um maior rendimento na citada planta, que pelo valor da sua produção se situa em uma posição privilegiada na economia agrícola do Estado do Rio Grande do Sul.

Setor do Cooperativismo: Os trabalhos de assistência desenvolvidos pelo setor em aprêço foram caracterizados por inspeções ordinárias e extraordinárias a entidades cooperativadas, presença em Assembléias Gerais, orientação nas fundações e na organização da contabilidade e, finalmente, sempre que solicitado foi ensejada a intervenção directa com o objectivo único de nortear a solução dos casos administrativos.

De conformidade com dados existentes na Secção competente, depreende-se, que no exercício transato, foram constituídas sob orientação da mesma, as seguintes sociedades cooperativadas:

Consumo	19
Produção Vegetal	11
Produção Animal	3
Crédito	1
Eletricidade	1
Escolar	1
Transporte	6
Inseminação Artificial	1
	48

Cumpro registrar o surgimento de uma cooperativa de Inseminação Artificial, devendo se ressaltar que a mesma é a primeira que se organiza na América do Sul.

As cooperativas em funcionamento em 1956, somam a 497 unidades e sua classificação é a seguinte:

Consumo	162
Produção Vegetal	172
Produção Animal	60
Crédito	59
Eletricidade	6
Escolares	26
Transportes	2
Inseminação	1
Segundo Grau	9

Entre os meses de abril e novembro do ano findo, a Escola Técnica de Cooperativismo levou a efeito quatro cursos intensivos, sendo dois de Cooperativismo Escolar.

Os cursos em referência, de conformidade com o que estabelece o Decreto n.º 6.017, de 28 de janeiro de 1955, foram de duração variável, obedecendo aos interesses a eles relacionados.

A assistência indirecta à produção foi levada a efeito pela Secção de Classificação e Fiscalização, tendo a mesma expedido em conjunto pelos vários órgãos que lhe estão subordinados, no período de janeiro a novembro do ano pretérito, 21.481 certificados de classificação e 15.936 guias de livre trânsito.

Do total de certificados emitidos verifica-se que 66,7% dos mesmos couberam aos Serviços enquanto que os restantes 33,3% pertencem aos Postos de Classificação e Fiscalização sediados no interior do Estado.

Por outro lado nos trabalhos de fiscalização realizados no período

acima expresso, foram remarcados cerca de 255.808 sacos de produtos agrícolas diversos e que corresponde a 250 lotes de diversas mercadorias, constituindo, até o momento, a maior cifra de remarcações registradas na respectiva Secção

O constante aumento da produção de vinho no Estado, determinado por condições climatéricas favoráveis e maior área cultivada nos últimos anos em oposição a um menor consumo, oriundo de fatores diversos, inclusive o preço em constante ascensão trouxe, aos industriais e cooperativas vinícolas, sérias apreensões

Dos 120 milhões de litros produzidos em 1956, foram consumidos pouco mais de 30 milhões, havendo, portanto, uma retenção de cerca de 40 milhões que acrescidos aos 140 milhões previstos para 1957 trarão por certo sérios embaraços aos que se dedicam à referida indústria, pela falta de capacidade de armazenamento e de colocação do produto.

Urge, assim que tanto os industriais como as cooperativas se organizem numa salutar campanha de melhoramento de nossos vinhos e do aumento de seu consumo procurando restabelecer o equilíbrio estatístico com a produção.

A Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio, levando em consideração as sugestões formuladas pelas cooperativas e industriais, tomou algumas providências que, executadas, produzirão benéficos efeitos, no aprimoramento da nossa importantíssima produção vinícola.

As providências tomadas foram:

- a) estabelecer a diferença de Cr\$ 0,30 por grau, a menos, quando as uvas forem inferior a 16°;
- b) estabelecer a diferença de Cr\$ 0,15 por grau, a mais, quando as uvas forem superiores a 16°;
- c) proibir a vinificação de uvas com graduação inferior a 15°;
- d) aconselhar a poda verde;
- e) aconselhar a concentração do mosto, para torná-la obrigatória em safras vindouras quando o número de concentradores forem suficientes no atendimento dos interessados

Diretoria de Terras e Co- lonização

Sendo o Rio Grande do Sul um Estado da União onde prepondera a atividade agrícola sobre qualquer um outro setor econômico, ao lado da preocupação em melhorar as variedades das culturas adaptando-as às nossas condições ecológicas através dos trabalhos de experimentação, ressalta o interesse em fixar o homem no solo para que se alcance as condições satisfatórias ao pleno desenvolvimento da vida agrícola de nossas regiões de cultura

A Diretoria de Terras e Colonização cabe atender à parte humana acima referida buscando assistir principalmente ao pequeno agricultor no sentido de oferecer-lhe sempre condições mais razoáveis para o seu trabalho tranquilo, eficiente e dirigido na forma de atender ao bem comum da coletividade pela fartura e qualidade do trabalho da lavoura.

Assim é que a Diretoria em apreço tem sob sua responsabilidade as terras públicas de colonização nas quais promove a discriminação e demarcação de lotes rurais e suburbanos - as chacaras - delimita áreas de novos povoados organizando o seu loteamento urbano para posterior entrega à administração dos municípios respectivos. Promove a legitimação de áreas a seus posseiros, outorga concessões obedecendo ao que prescreve o Regulamento competente e posteriores leis que introduziram alterações ou ampliação de direitos.

Por outro lado promove a construção de estradas, caminhos vicinais e obras de arte que permitam o mais rápido e racional desenvolvimento das regiões coloniais, assim como o mais intenso escoamento da produção agrícola.

Onze Inspetorias de Terras delimitam as zonas de atividade da Diretoria, bem como executam o trabalho de assistência ao colono de forma a serem alcançados os designs ora expostos.

No ano de 1956 o número de lotes concedidos alcançou a 1.375, destes, 9 outorgados a estrangeiros. A área total abrangida pelos mesmos foi de 20.006,65 hectares.

O maior número de concessões verificou-se pela 2.^a Inspetoria de Terras sediada no município de "Três Passos", acusando 636 lotes e 5.212,54 hectares. A 3.^a Inspetoria, em Frederico Westphalen, aparece com 257 lotes e 4.227,97 hectares e a 4.^a, em Erechim, com 101 lotes e 1.919,45 hectares.

No mesmo período, os títulos expedidos, por terem os concessionários liquidado seus débitos com o Estado, foram em número de 1.077 destacando-se os da Jurisdição da Inspetoria de Santa Rosa com maior quantidade. A área assim entregue ao domínio privado alcançou ... 22.462,05 hectares.

Ainda foram expedidos títulos de 123 chácaras e 137 lotes urbanos.

A assistência aos silvícolas encontra-se a cargo da Diretoria de Terras e Colonização, a qual supervisiona as seguintes toldos: Água Santa, em Passo Fundo; Ventarra, em Getúlio Vargas; Votouro e Guaraní, em Erechim; Inhacorá, em Três Passos e Serrinha, em Sarandi.

Existem nos mesmos 934 silvícolas ocupando uma área de 15.700 hectares.

A estes primitivos donos das nossas terras presta-se toda a assistência possível, no sentido de elevar o seu nível de vida a condições mais satisfatórias.

Foram executados reconhecimentos geológicos nos municípios de Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Bagé e Dom Pedrito com a finalidade de atualização da Carta Geológica do Estado. Com a finalidade de estudo de jazidas metálicas foram feitos reconhecimentos em várias jazidas de cobre e calcáreo.

Nas minas de cobre de Seival e de Camaquã prestou-se serviço à Companhia Brasileira de Cobre, na orientação técnica dos serviços de mineração e tratamento de minério. Fez-se a prospecção da mina de Porteirinhas no município de Bagé. Foram examinadas, para continuação de prospecção, as jazidas de Cerro dos Martins, Andradas, Santa Bárbara, Cerro das Ovelhas e Crespo. Na Jazida de Santa Bárbara foram feitos maiores trabalho para uma prospecção no ano de 1957.

Foram concluídos os estudos de pesquisas de calcáreo no município de Pinheiro Machado. Esta jazida foi cubada em duas milhas de toneladas de calcáreo e, pelas análises feitas em nosso laboratório, verificou-se que serve para fabricação de cimento.

Em Caçapava do Sul e São Gabriel foram examinadas várias jazidas de calcáreo e as pesquisas foram iniciadas. Afóra estes trabalhos temos orientado pesquisas de caulim, calcáreo, águas minerais para particulares, em outros municípios.

Continuando o programa de assistência às regiões sujeitas à estiaagem, foram executadas, sob orientação desta Diretoria, sondagens nos municípios de Porto Alegre, Gravataí, São Jerônimo, Caçapava do Sul, Bagé, D. Pedrito, Alegrete, Quaraí, Uruguaiana, Itaquí, São Borja, Santiago, São Lourenço do Sul e Pelotas.

Foi perfurado um total de 9.330 metros.

A Diretoria em aprêço através dos seus serviços especializados realizou diversas sondagens para pesquisa de água subterrânea, em vários municípios do interior do Estado.

Diretoria da
Produção
Mineral

De conformidade com dados estatísticos apurados pela mesma depreende-se que foram feitas cento e sessenta e uma sondagens e num total de 9.330 metros.

**Diretoria Ad-
ministrativa**

Constituída de três secções e um Serviço, tem a Diretoria Administrativa a seu cargo a supervisão dos trabalhos relacionados com o pessoal, o material e o orçamento desta Secretaria de Estado.

No decorrer do exercício de 1956, as variadas atividades dessa Diretoria se desenvolveram em ritmo normal, não obstante o crescente aumento dos encargos exigidos aos seus diversos setores.

Apresentou a execução orçamentária da Secretaria uma economia de Cr\$ 46.408 516,90, como fruto do plano de economias adotado pelo Governo no ano findo.

**Secção de In-
formações e
Publicidade
Agrícola**

O Serviço de Documentação e Informações continua desenvolvendo normalmente suas atividades, proporcionando ao ruralista e ao agricultor a divulgação de ensinamentos sobre o aproveitamento racional das riquezas da terra.

Foram elaborados artigos, editoriais, estudos, etc., para o "Informativo Rural e Económico" — órgão oficial da Secretaria — bem como para jornais e revistas especializadas.

Desde julho de 1954 é mantida uma audição radiofônica diária intitulada "Boletim Informativo da Secretaria da Agricultura" através das Rádios Itai, de Guaíba; Difusora, de Bento Gonçalves; Colonial Ltda. de Três de Maio; Santamariense, de Santa Maria; São Leopoldo e Montenegro, das cidades do mesmo nome.

Em 1956 foram feitas 257 irradiações, compreendendo 1.593 textos, incluindo notícias, avisos, sugestões, conselhos, etc.

O mesmo serviço encarregou-se, como sempre, das comemorações do "Dia da Árvore", no que contou com a colaboração da Secretaria de Educação, Liga de Defesa Nacional e Inspeção Florestal do Ministério da Agricultura, com sede no Estado.

O Serviço de Cinema Rural contando com duas viaturas perfeitamente equipadas para suas excursões, visitou 29 municípios e 33 vilas e distritos, realizando 64 sessões. Cerca de 29.000 pessoas assistiram a estes espetáculos onde foram exibidos 378 filmes.

COMISSÃO ESTADUAL DE SILOS ARMAZÉNS

A implantação do sistema estadual de armazenagem e ensilagem — como parte integrante da "Réde Nacional de Armazéns e Silos" — acha-se atribuída à Comissão Estadual de Silos e Armazéns.

O plano estadual foi cuidadosamente elaborado, tendo sido levado em conta a natureza econômica, técnica e financeira do problema, qual seja o de fornecer à produção agrícola gaúcha a estocagem e conservação das safras de cereais, possibilitando, assim, seu escoamento gradual, dentro das possibilidades de transporte.

Embora, por disposição da lei de criação, a Comissão de Silos e Armazéns deva ter ampla autonomia financeira, as delongas na obtenção do financiamento para a réde fundamental de silos elevadores, só contratado em agosto de 1955, têm impedido que a Autarquia disponha de recursos próprios, resultantes da exploração de seus serviços.

A contribuição financeira do Estado, no ano findo, foi de Cr\$ 4.230.000,00. Dessa contribuição foram recebidos Cr\$ 620.499,80, ficando o saldo para o presente exercício.

Com a promulgação da Lei n.º 2.737, de 26 de novembro de 1955, contou a Comissão, em 1956, com 10% do produto da Taxa de Transportes aplicável pelo Estado, o que correspondeu a Cr\$ 43.693.012,50, cujo emprêgo, dentro do programa aprovado pela Comissão de Coordenação dos Transportes, será o seguinte:

- Cr\$ 1.213.000,00 — para a reforma do Silo subterrâneo em Erechim
- Cr\$ 1.427.638,70 — para reforma dos armazéns de Carasinho, Getúlio Vargas e Erechim
- Cr\$ 23.070.100,00 — para construção de silos constantes da 1.ª fase
- Cr\$ 1.104.571,40 — para aparelhagem e equipamento de armazéns
- Cr\$ 16.693.232,00 — para construção de armazéns e suas dependências.

Simultaneamente, em virtude do Convênio lavrado entre o Ministério e a Secretaria da Agricultura, visando à construção e à exploração de armazéns-celeiros, contou a Comissão, como executora do Convênio por delegação da Secretaria contratante, com a receita daqueles armazéns. Essa receita, porém, tem, por força do Convênio, aplicação específica e exclusiva na manutenção e ampliação da réde de armazéns-celeiros. Durante o exercício, os serviços prestados por dez armazéns proporcionaram a receita de Cr\$ 1.511.334,90, que, com o saldo proveniente de 1955, permitiram enfrentar uma despesa de Cr\$ 1.530.453,90 e oferecer, para 1957, um saldo de Cr\$ 119.576,10. Ainda como decorrência do Convênio em aprêço recebeu a Autarquia, para aplicação em nome do Senhor Secretário da Agricultura e prestação de contas

Recursos Fi-
nancelros

diretamente ao Ministério, a contribuição de Cr\$ 3.500.000,00 que, de acordo com o Convênio, foi aplicada na reforma dos armazéns de Erechim, Carasinho, e Getúlio Vargas, face à exeguidade dos recursos específicos, e, ainda, em instalações elétricas, hidráulicas e de secagem de cereais em várias unidades armazenadoras.

Outro recurso de que, por força da Lei n.º 2.891, de 2 de agosto de 1956, deveria ter contado a Autarquia a partir de novembro do mesmo ano, foi a Taxa de Cooperação para a Construção de Silos e Armazéns, fixada em 2% ad-valorem sobre o trigo da nova safra, em sua primeira transação comercial.

Essa taxa, destinada especificamente ao resgate dos títulos de amortização do empréstimo para a construção da rede fundamental de silos elevadores e à construção de novos armazéns e silos, não pôde ser arrecadada no exercício por não haver, de acordo com o preceito constitucional, sido prevista na Lei de Meios. Para 1957, sua previsão foi feita em Cr\$ 84.280.000,00.

Como serviço de natureza inteiramente nova, no País, preocupou-se a Administração da Autarquia em dar-lhe uma organização que, fugindo, tanto quanto possível, à burocratização, objetivasse suas elevadas finalidades na preservação ou recuperação de ponderável parcela da produção agrícola sul-rio-grandense. Inicialmente, confiou o trabalho a uma organização técnica especializada, e, de posse de seu plano geral, subdividido em planos especializados para os setores de pessoal, material, contabilidade e comunicações submeteu-os a amplo estudo do Conselho Deliberativo cujas conclusões vieram a ser concretizadas em um regulamento, que veio a ser aprovado pelo Decreto n.º 6.872, de 16 de janeiro de 1956. A estruturação de serviços prevista nesse Regulamento está permitindo o funcionamento dos setores então criados, e, em parte, ainda aglutinados, à medida que o desenvolvimento das atividades da Autarquia assim o exigirem.

Organização
Administrativa

Financiamento e Construção de Silos Elevadores e Armazéns

Em 7 de agosto de 1954 esta Comissão solicitou oficialmente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico um empréstimo de Cr\$ 451.000.000,00 para o financiamento dos onze primeiros silos do Estado.

O pedido classificado no Banco como essencial ao interesse da economia nacional e assim com prioridade de atendimento somente obteve aprovação em março de 1956.

Aprovado o empréstimo em soma bastante menor que a solicitada, foi providenciada a remessa da documentação necessária à lavratura do contrato. Em 23 de agosto de 1956 em ato solene presidido pelo Exmo. Sr. Presidente da República foi assinado o termo de contrato n.º 60 com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para o financiamento de Cr\$ 224.000.000,00 com aplicação em quatro parcelas semestrais em 1957-58. O Estado é parte interveniente no contrato tendo caucionado apólicas no valor de Cr\$ 700.000.000,00 para garantia do empréstimo.

No corrente exercício serão iniciadas as retiradas de numerário para a execução do plano inicial de silos.

Estando assegurado o financiamento pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico foram aprovados pelo Conselho Deliberativo os termos dos contratos a serem firmados com as empresas construtoras.

Em 3 de janeiro do corrente ano foram assinados os seguintes termos contratuais: obras dos silos de Rio Grande e Bagé (20.000 e 5.000 toneladas respectivamente) com a Cia. Construtora Nacional S. A.; obras dos silos de Porto Alegre, Cachoeira do Sul e São Gabriel (10.000 nesta capital e 5.000 toneladas nas duas últimas cidades) com Brasi-

lia Obras Públicas S. A.; em 11 de janeiro foi assinado o contrato com a firma Christian Nielsen Engenheiros e Construtores S. A. para a construção dos silos de Erechim (10 000), Cruz Alta (5 000) e Júlio de Castilhos (5 000 toneladas). As obras dos silos de Passo Fundo (10.000), Carasinho (5.000) e Santa Bárbara do Sul não foram contratadas com a firma adjudicatária por não chegar a Comissão e a firma Campanon Bernard Estudos e Obras a um denominador comum quanto ao reajustamento de preços.

O Conselho Deliberativo resolveu anular a proposta e determinar a abertura de nova concorrência para essas obras. As propostas apresentadas estão sendo estudadas para julgamento final.

Simultaneamente com os contratos de obras foram lavrados os referentes ao fornecimento dos equipamentos mecânica, elétrica e pneumática dos silos.

Esses contratos foram assinados com as seguintes firmas: Miag Muehlenbau und Industrie G.m.b.H., da Alemanha, para os silos de Porto Alegre Rio Grande Passo Fundo e Erechim, com equipamento elétrico Siemens-Schuebert, Société de Construction d'Appareil Mécaniques (SOCAM) e L'Electrification Nouvelle, da França, para os silos de Bagé, São Gabriel, Cachoeira do Sul, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul e Carasinho.

Os prazos para o fornecimento dos equipamentos vão de 10 meses para os silos de 5 000 toneladas a 20 meses para o silo de 20.000 toneladas.

Com a firma Cocito Irmãos, Técnica e Comercial S. A. foi assinado contrato para a construção dos armazéns celeiros em Cangussú, Estação Hulha Negra, Estação Ibaré e Caçapava do Sul. As obras devem ficar concluídas em abril-maio do corrente ano. São armazéns com paredes de alvenaria, estrutura metálica e cobertura de alumínio. A capacidade desses armazéns é de 60.000 sacos em Hulha Negra e Ibaré e 80.000 sacos em Cangussú e Caçapava do Sul. O custo inicial desses armazéns é da ordem de Cr\$ 22.000.000,00.

Os armazéns em Erechim, Getúlio Vargas e Carasinho executados em madeira e cobertos com chapas Eternit não ofereciam boas condições como depósitos, pois as paredes de madeira compensada estavam deterioradas e a cobertura sofria quebra constante das chapas.

Usando parte do numerário fornecido pelo Ministério da Agricultura e parte das disponibilidades orçamentárias da Comissão, foi levada a efeito integral reforma em Carasinho e Erechim, construindo-se paredes de alvenaria e substituindo-se as chapas de Eternit por outras de alumínio.

No armazém em Estação Getúlio Vargas a reforma foi parcial com a substituição das paredes por alvenaria, tendo em vista a exiguidade dos recursos disponíveis.

No silo hermético, em Erechim, está sendo corrigida a infiltração de humidade, de acordo com estudos realizados com a cooperação do Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul.

Para obras em execução ou planejadas para o corrente ano foram adquiridos terrenos em Bagé, São Gabriel, Cangussú e escolhidos locais em Ibaré, Ijuí, Carasinho, cujas aquisições estão em andamento.

Da Prefeitura de Caçapava do Sul foi recebido, em doação, o terreno para o armazém local. Para o armazém em Hulha Negra, a Secretaria da Agricultura fez a cessão do respectivo terreno.

Reforma de
Armazéns e
Silo Her-
mético

Aquisição de
Terrenos

Serviços de Armazenagem

No decorrer do exercício de 1956 passaram pelos dez armazéns da Comissão mais de 800.000 sacos de cereais e oleaginosos.

Nas câmaras de expurgo dos armazéns em Júlio de Castilhos e Dom Pedrito, únicos que dispõem desse recurso, foram tratados mais de 30.000 sacos de trigo com brometo de metila. Nos serviços de pré-limpeza instalados nos armazéns em Erechim, Getúlio Vargas, Carasinho, Santa Bárbara do Sul, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul, foram limpos 135 000 sacos de trigo apesar da deficiência de força em alguns desses armazéns.

Com a construção dos quatro novos armazéns, para a próxima safra contará a Comissão com 14 unidades em trabalho com capacidade para um milhão de sacos por vez.

Passagem dos Armazéns para o Patrimônio da Comissão

Os armazéns em funcionamento foram todos construídos pelo Ministério da Agricultura ou pelo Ministério e a Secretaria da Agricultura em regime de acordo, com recursos federais. As dificuldades de administração e de aplicação de verbas estaduais nesses armazéns induziram o Governo a solicitar sua passagem para o patrimônio da Comissão, providência esta constante do projeto de lei n.º 1422/56 ainda em tramitação na Câmara Federal.

O acordo para a administração dos armazéns firmado entre o Estado e o Ministério da Agricultura, findou em 29 de dezembro de 1956. Como nenhuma das partes denunciou esse ajuste, o prazo de duração ficou automaticamente prorrogado por mais 3 anos conforme disposição expressa contida nesse documento.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DO LEITE

Com o difícil encargo de abastecer com leite a população de Porto Alegre, o Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, cumpriu, no decorrer de 1956 o plano de trabalho elaborado que objetivava os seguintes pontos: ampliação da rede abastecedora de leite ao DEAL; maior produção de leite proporcionada pelo fomento animal e vegetal bem orientado; início da utilização de leite em pó para suprir as deficiências do suprimento de leite na inevitável época de escassez do produto, que sempre ocorre no período hibernar; elaboração de leite em pó em fábrica própria a fim de desidratar as grandes sobras de leite que ocorrem no verão e, finalmente, a instalação de usinas para coleta e pasteurização de leite em novas zonas produtoras.

A população da cidade de Porto Alegre consome cerca de 130 000 litros de leite diariamente.

O DEAL, para atender a esse consumo, arrecada leite de 26 municípios do interior do Estado e numa distância máxima de 210 km., como é o caso de Torres.

No município de Osório, além das localidades de Itati e Barra do Ouro temos agora um novo reduto produtor denominado Terra da Arca.

Em outubro de 1956, o DEAL recebeu, pela primeira vez, o leite produzido em Tapes, em quantidade reduzida, de apenas 300 a 500 litros acondicionados em tarros. Hoje esta produção já aumentou consideravelmente para 1.200 a 1.400 litros sendo necessária a substituição do veículo por um carro tanque com paredes isotérmicas.

Devido o entusiasmo dos produtores de Tapes, o Senhor Prefeito daquela comuna já conseguiu um financiamento do Banco do Brasil para a aquisição de 100 vacas a serem distribuídas aos tambeiros daquele município.

Vizinho a Tapes temos o município de Camaquã, que está se iniciando na produção de leite, tudo fazendo crer que muito breve será um grande produtor.

O DEAL tentou, em 1956, transformar aquele posto de resfriamento em usina de pasteurização. Entretanto devido a grande inversão de capital na montagem e aparelhagem completa da usina de pasteurização de Taquara aquela reforma será executada no exercício de 1957. Está concluído, porém, todo o projeto executado pelo serviço de engenharia do DEAL e parte da maquinária necessária já foi adquirida.

O posto de Gramado teve considerável aumento de produção no decorrer do ano de 1956. Para exemplificar, basta dizer que anteriormente o transporte de leite para Porto Alegre era feito, somente, por ferrovia; hoje, além daquele sistema é usado, também, um carro tanque isotérmico do DEAL.

Ampliação da
Bacia Leiteira

Posto de Resfriamento de Gramado

**Usina de Co-
leta e Pasteu-
rização de
Taquara**

Ao assumir a atual direção do DEAL encontrou em construção, na cidade de Taquara, um prédio destinado à instalação de uma usina de coleta e pasteurização de leite.

Depois de algumas alterações no projeto inicial, com a finalidade de dar uma melhor distribuição das máquinas e dos trabalhos de recepção e descarga do leite, ficou concluída a parte de construção propriamente dita.

A seguir foi instalado todo o equipamento moderno para a produção de frio e vapor, além de pasteurizadores, desnatadeiras, balanças e tanque isotérmico com capacidade de 10.000 litros para depósito de leite.

Foi construída, também, casa para a caldeira produtora de vapor e residência para o administrador da usina.

No dia 29 de dezembro de 1956, foi oficialmente inaugurada a nova usina que entrou em funcionamento no mesmo dia.

**Fomento
Animal**

O DEAL mantém, desde 1954, um serviço de fomento animal que consiste na compra de animais leiteiros e revenda aos seus fornecedores.

No decorrer do exercício de 1956 dentro de suas possibilidades financeiras, foi incrementada a produção leiteira, através da compra de mais vacas e touros e respectiva revenda aos fornecedores do DEAL, em módicas prestações mensais.

Até 31-12-56 foram vendidas 845 vacas, sendo que os pedidos dos interessados é superior a 1.000. Para atender satisfatoriamente êsse setor será necessário distribuir um mínimo de 500 vacas por ano.

Cabe aqui fazer notar que o DEAL não recebe nenhum auxílio material de parte do Governo do Estado e atende todos seus inúmeros encargos com seus próprios recursos financeiros assim, não dispondo de uma verba suficiente para a compra de grandes partidas de gado, adquire pequenos lotes para ir revendendo aos produtores.

Para uma perfeita equidade, a distribuição desses animais é feita de acordo com a quantidade de leite entregue ao DEAL por cada produtor, tendo sido adotada a seguinte tabela:

de 20 a 50 litros	2 vacas
de 51 a 150 litros	5 vacas
de 151 para cima	10 vacas

Atualmente êsses animais são vendidos a Cr\$ 10.500,00 pagáveis em 30 prestações mensais de Cr\$ 350,00, descontadas dos pagamentos feitos aos produtores pelo leite fornecido ao DEAL.

Da mesma forma vende o DEAL touros reprodutores de ótima procedência. Êsses animais são vendidos somente a leiteiros tradicionais e com elevado conceito de bom produtor. O Departamento financia a compra de touros até o preço de Cr\$ 20.000,00, pagáveis pelo mesmo sistema acima citado. Se, entretanto, o produtor desejar um animal de mais preço, paga a diferença à vista.

Já foram vendidas aos produtores de leite 845 vacas e 12 touros, mediante contrato com reserva de domínio.

**Fomento
Agrícola**

Outro setor que esta Autarquia vem procurando desenvolver é o que se refere ao fomento agrícola.

Atualmente possui o DEAL 11 conjuntos agrários dos quais, 5, foram cedidos, por empréstimo, as Cooperativas de Produtores de Leite de Rolante (2) Rio dos Sinos, Morro Pelado e Glorinha, um para cada, com assistência técnica do Departamento.

Os 6 conjuntos restantes estão subordinados diretamente ao Serviço de Fomento do DEAL que presta assistência a todos os demais produtores.

es não cooperativados. Entretanto, dado o grande número de solicitações, é insuficiente a quantidade de equipamentos existentes, uma vez que o preparo das terras deve ser feito somente em determinadas épocas do ano nas propriedades dos fornecedores.

Todavia sendo esse um serviço novo, pode-se considerá-lo promissor pois, em 1956 foram lavrados 444,50 ha destinados ao plantio de pastagens artificiais.

O serviço de fomento agrícola não estaria completo se não se ocupasse, também, da compra e revenda de sementes forrageiras aos seus fornecedores, como aveia, avevém, centeio e ervilhaca, para só citar as mais procuradas. Durante o ano findo foram vendidos aos fornecedores do DEAL, a preço de custo 25.595 quilos de sementes de forrageiras.

Um dos mais sérios e difíceis problemas que o DEAL tinha a resolver, é o relacionamento com a obtenção de ração balanceada em quantidade e qualidade adequadas às necessidades do rebanho leiteiro que abastece **Pôrto Alegre**.

Ração Balanceada

É fora de dúvida que o farelo de trigo produzido ainda é insuficiente para atender às crescentes necessidades diárias.

No nosso Estado, a criação de aves e porcos além de absorver uma apreciável parcela desse elemento base para a preparação de forragem concentrada seus criadores chegam a pagar preços acima do tabelado, por não estarem seus produtos sujeitos a certas restrições de preços. O mesmo não acontece com o leite que está sob rigoroso tabelamento da COAP não podendo pois os produtores pagarem importâncias elevadas.

Tal problema que para muitos parecia insolúvel, foi resolvido importando-se ração balanceada da Argentina.

Após a obtenção do Banco do Brasil da necessária Licença de Importação, foi firmado contrato com a firma La Plata Cereal Co. S. A., de Buenos Aires a que nos permitiu receber 3 partidas de 600 toneladas.

O controle da fabricação, ensacagem e embarque é feito por idêntica firma especializada -- Estúdio Agrícola Ganadeiro Nexo -- também de Buenos Aires.

A mercadoria é embalada em sacos duplos de anagem com a capacidade de 40 quilos; esses sacos são vendidos em Pôrto Alegre e substituídos por um único já usado o que nos permite baratear o custo da forragem ao produtor.

Juntamente com as despesas portuárias, o saco de 35 quilos de forragem argentina custa ao DEAL, Cr\$ 102,00, sendo vendido por Cr\$ 95,00, conforme portaria da COAP.

Sempre foi preocupação das anteriores administrações do DEAL, bem como da atual, a instalação de uma fábrica própria de leite em pó.

Fábrica de Leite em Pó

Essa indústria tem como finalidade a desidratação das grandes sobras de leite que ocorrem no verão, para ser novamente reconstituído no período de escassez, não sofrendo assim, a população, os rigores e incômodos do racionamento.

Acaba agora, o DEAL de adquirir uma moderna fábrica de leite em pó.

Trata-se de moderno e aperfeiçoado equipamento alemão, da conhecida marca LURGI importado por um industrialista de Petrópolis, Estado do Rio, com o objetivo de ali instalar uma indústria de leite em pó. Antes mesmo de chegar ao Brasil o referido equipamento, seu importador resolveu modificar seu ramo de atividade, ficando assim,

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

O exercício de 1956 representou para o Instituto Rio Grandense do Arroz um período de fecundo labor em seu setor administrativo.

Com o reequadramento do Pessoal, foram corrigidas situações, se não injustas, pelo menos duvidosas, quanto à posição hierárquica e pecuniária de alguns servidores, além de pautar seu quadro funcional com a legislação em vigor para o funcionalismo civil do Estado. Foi, ainda, criado o Conselho Consultivo de Administração, órgão auxiliar da Direção, cuja necessidade há muito se fazia sentir, e destinado a estudar e apresentar pareceres sobre assuntos gerais da Administração. Finalmente, foram reorganizados os serviços da autarquia, dando-lhes nova estrutura funcional e dispõemdo de um outro sistema de subordinação, de modo a comunicar-lhes maior eficiência e integrá-los melhor na interdependência geral.

Ainda, no setor estritamente administrativo, foi imposta uma política de compressão de despesas, tendo sido estancada a concessão de empréstimos, financiamentos, vendas a prazo, compras com pagamento antecipado, etc.

Dessa orientação repressiva de gastos excessivos e operações onerosas, sobressai a redução progressiva de 190 servidores excedentes nas Colônias Rizícolas de Palmares e Uruguaiara.

Nos demais setores administrativos do Instituto, embora em menores proporções, também se fez sentir a mesma orientação, tendo sido demitidos 28 funcionários dos órgãos comerciais da autarquia.

Deste modo, o Instituto com um quadro funcional de 592 servidores, baixou-o no exercício de 1956 para 374. Esta política, tendente a reduzir o número e a aumentar a remuneração individual, já vai mostrando os seus frutos, melhorando, sensivelmente, a qualidade do trabalho e, conseqüentemente, a produtividade dos recursos aplicados nos diversos setores das atividades autárquicas.

Em 1956, foram exportadas 100.600 toneladas de arroz, cujo produto, somado ao das vendas realizadas nos mercados nacionais, nestes dois anos, montou a Cr\$ 1.190.357.571,90. Com o resultado dessas operações comerciais e mais a colocação dos estoques atuais, aos preços correntes, nos mercados do país, espera o Instituto atender ao pagamento da totalidade dos compromissos pendentes, reequilibrando, desse modo, sua situação financeira.

**Movimento
Comercial e
Situação Fi-
nanceira**

O aumento de 2.682.281 sacos de arroz beneficiado no volume das exportações do Estado, no ano de 1956, sobre o de 1955, em cruzeiros, representou a expressiva soma de Cr\$ 1.866.862.126,00, conforme demonstrativo abaixo:

Exportações

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ

O exercício de 1956 representou para o Instituto Rio Grandense do Arroz um período de fecundo labor em seu setor administrativo.

Com o reequadramento do Pessoal, foram corrigidas situações, se não injustas, pelo menos duvidosas, quanto à posição hierárquica e pecuniária de alguns servidores além de pautar seu quadro funcional com a legislação em vigor para o funcionalismo civil do Estado. Foi, ainda, criado o Conselho Consultivo de Administração, órgão auxiliar da Direção, cuja necessidade há muito se fazia sentir, e destinado a estudar e apresentar parecer sobre assuntos gerais da Administração. Finalmente, foram reorganizados os serviços da autarquia, dando-lhes nova estrutura funcional e dispondo de um outro sistema de subordinação, de modo a comunicar-lhes maior eficiência e integrá-los melhor na interdependência geral.

Ainda, no setor estritamente administrativo, foi imposta uma política de compressão de despesas tendo sido estancada a concessão de empréstimos, financiamentos, vendas a prazo, compras com pagamento antecipado, etc.

Dessa orientação repressiva de gastos excessivos e operações onerosas, sobressai a redução progressiva de 190 servidores excedentes nas Colônias Rizícolas de Palmares e Uruguaiana.

Nos demais setores administrativos do Instituto, embora em menores proporções, também se fez sentir a mesma orientação, tendo sido demitidos 28 funcionários dos órgãos comerciais da autarquia.

Deste modo, o Instituto com um quadro funcional de 592 servidores, baixou-o no exercício de 1956 para 374. Esta política, tendente a reduzir o número e a aumentar a remuneração individual, já vai mostrando os seus frutos, melhorando, sensivelmente, a qualidade do trabalho e, conseqüentemente, a produtividade dos recursos aplicados nos diversos setores das atividades autárquicas.

Em 1956, foram exportadas 100.000 toneladas de arroz, cujo produto, somado ao das vendas realizadas nos mercados nacionais, nêstes dois anos, montou a Cr\$ 1.190.357.571,90. Com o resultado dessas operações comerciais e mais a colocação dos estoques atuais, aos preços correntes, nos mercados do país, espera o Instituto atender ao pagamento da totalidade dos compromissos pendentes, reequilibrando, dêsse modo, sua situação financeira.

Movimento
Comercial e
Situação Fi-
nanceira

O aumento de 2.682.281 sacos de arroz beneficiado no volume das exportações do Estado, no ano de 1956, sobre o de 1955, em cruzeiros, representou a expressiva soma de Cr\$ 1.886.862.129,00, conforme demonstrativo abaixo:

Exportações

Exportação Anual de Arroz do Rio Grande do Sul

(Em sacos de 60 kg.)

1955			1956		
Brasil	Estrangeiro	TOTAL	Brasil	Estrangeiro	TOTAL
4.925.493	41.666	4.967.159	5.979.765	1.669.675	7.649.440

Valor da Exportação: 1955 — Cr\$ 2.088.599.084,00
1956 — Cr\$ 3.955.461.210,00

Produção da Área Cultivada

Contrastando com o resultado acima, verificou-se o declínio da produção e da área cultivada, conforme demonstrativo abaixo, fenômeno que nos vem mostrando a necessidade de levar, diretamente, a um maior número de lavoureiros, o amparo que o Instituto proporciona através de seus preços mínimos, no sentido de torná-los mais atuantes.

Área Cultivada e Produção de Arroz no Rio Grande do Sul

Ano agrícola 1955-56 (Censo)		Ano agrícola 1956-57 (previsão) (1)	
Área (quadras)	Produção (sacos)	Área (quadras)	Produção (sacos)
166.481	15.803.590	154.827	14.700.000

(1) Sujeito a confirmação.

Compras de Arroz

Foi decrescente a porcentagem das compras do Instituto, aos preços mínimos, por falta de maior soma de recursos e aparelhamento.

Produção de Arroz do Rio Grande do Sul e compras do Instituto Rio Grandense do Arroz.

Produção		Compras do IRGA		Porcentagem
1955 —	15.825.127 scs. 50 kg.	2.697.843	scs. 50 kg.	17 %
1956 —	15.805.590 " " "	1.455.981	" " "	9,2 %

INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES

Continuou o Instituto Sul-Rio-grandense de Carnes, no exercício de 1956, sua missão de estimular, fiscalizar e apoiar um dos mais valiosos estelos da economia sul-riograndense: a pecuária.

O atendimento das despesas foi coberto pela receita proveniente das arrecadações de taxas específicas levadas a efeito pela Secretaria da Fazenda, além dos ingressos relativos às próprias atividades dos diversos departamentos do Instituto.

As despesas orçamentárias somaram um total de Cr\$ 26.453.143,40, assim distribuído:

Instituto, inclusive com o navio de sua propriedade	Cr\$	11.256.773,20
Dívida Pública	Cr\$	666.000,00
Departamento da Carne Verde	Cr\$	14.530.372,20

A despesa extraorçamentária, constante de empréstimos e financiamentos a diversas cooperativas rurais e pastoris, montou a Cr\$ 11.792.098,50.

O Departamento da Carne Verde, criado junto ao Instituto de Carnes, pela Lei n.º 71 de 29 de novembro de 1947, tem cumprido com suas finalidades proporcionando auxílios, indenizações e outros favores às marchantarias do interior do Estado e desta Capital.

Departamen-
to da Carne
Verde

As indenizações e "Taxas de Mérito" atingiram a importância de Cr\$ 7.546.853,00, faltando ainda atender a outros pedidos de indenizações cujos processos se encontram em andamento.

A arrecadação específica do Departamento da Carne Verde, alcançou a cifra de Cr\$ 31.833.882,40 sendo Cr\$ 30.061.539,80 referente ao exercício de 1956 e Cr\$ 1.772.342,60 em dívida ativa daquele Tributo.

Como nos anos anteriores a Marchantaria do Instituto manteve parte do abastecimento de carne verde da Capital do Estado.

Marchantaria

A média diária de distribuição oscilou entre 15 e 18 toneladas de carne.

As matanças estão centralizadas no Saladeiro São Geraldo, situado nas imediações de Guaiíba, tendo sido adquiridas um total de 18.186 reses para o abate.

O Instituto mantém uma rede de 44 Açougues Populares, sendo 10 mercearias, das quais 3 com Auto-Serviço.

As matanças para charque foram assim distribuídas, segundo a natureza dos estabelecimentos: Cooperativas 220.640 cabeças; Charqueadas 86.065; Frigoríficos, 85.377 perfazendo um total de 372.082 cabeças, o que equivale a um aumento de 53.957 cabeças abatidas sobre o ano de 1955.

Matanças
em 1956

A matança para frios e conservas no Estado, foi a seguinte, considerando apenas os seguintes estabelecimentos: Soc Ind Sub-Produtos Animais, de Bagé 1 780 cabeças. Frigorífico Armour do Rio Grande do Sul S A de Livramento 33 123 cabeças Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros, desta Capital, 26.000 cabeças; S. A. Frigorífico Anglo, de Pelotas 14 098 cabeças Cia Swift do Brasil S A de Rio Grande, 30 489 cabeças Cia Swift do Brasil S A de Rosário do Sul 19 835 cabeças; Cia. Ind. Prod. Agro-Pecuários, de Tupanciretã 3.114 cabeças; Cooperativ. Rural Serrana, de Tupanciretã 4 022 cabeças perfazendo um total de 126 461 cabeças. Tal montante representa um decréscimo de 9 279 reses, em comparação com o abate total em 1955, para os mesmos fins.

Na abertura da safra os preços médios vigorantes foram de Cr\$ 8,50 para novilhos e de Cr\$ 8 00 para vacas. Com o desenvolvimento das matanças, o preço médio alcançou as seguintes cotações: para novilhos Cr\$ 11,00 - para vacas Cr\$ 10,00.

Das 372 082 reses abatidas para charque em 1956 há a exportar, cêrea de 195 928 cardos de charque os quais terão o seu escoamento em cotas mensais de exportação na base de 20% sobre a existência de cada estabelecimento. Tal medida virá resguardar o interesse da classe saladeril e melhorar a situação dos mercados consumidores de charque.

OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS

Profícuo trabalho realizou a Secretaria das Obras Públicas, no ano findo, ao efetivar tôda uma série de empreendimentos relacionados com os serviços de saneamento e urbanismo, de construção e conservação de edifícios públicos, de irrigação, de aeroportos e de comunicações.

Ao relatar tais realizações, cabe destacar aquelas que, por sua importância e imprescindibilidade, venham identificar o campo de ação desta Secretaria.

Assim, cumpre assinalar: no setor de saneamento e urbanismo, a execução do Plano de Saneamento do Estado — de grande alcance social e de elevado interesse público; no de construção de edifícios públicos, as obras em construção do Departamento de Polícia Civil, do Quartel do Corpo de Bombeiros do Palácio da Justiça e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, cuja efetivação está sendo presentemente processada; e no de irrigação, a planificação das barragens do Arrôio Duro e de Ibirapuitã, além de serviços topográficos, hidroológicos, de perfuração de poços, extensivos a todo território estadual.

Extensão e complexidade, foram os atributos desses empreendimentos de interesse público e que se enquadram especificamente na atividade das obras públicas.

Como atividade meio, a Diretoria Administrativa tem por atribuição proceder os serviços de expediente e pessoal, de orçamento, de contabilidade e de almoxarifado serviços êsses que apresentaram, no ano findo, um desenvolvimento condizente com tôda a atividade fim realizada pelas demais diretorias do Órgão.

Diretoria Ad-
ministrativa

Atendendo às atribuições próprias da Diretoria de Obras, as quais, por sua natureza e efetivação, compreendem um setor dos mais importantes e vitais desta Secretaria de Estado, foram procedidos empreendimentos inúmeros, enquadrados naquela esfera de elevado interesse, repercussão e vulto, que vem caracterizando o campo de ação próprio do setor em aprêço.

Diretoria de
Obras

Das obras em construção destacam-se as do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, do Departamento de Polícia Civil, do Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar, das ampliações desta Secretaria e do Colégio Estadual "Lemos Junior".

No Colégio Estadual Júlio de Castilhos já foi dado andamento às desapropriações dos imóveis para instalação do mesmo e concluída a estrutura de concreto armado e procedida a execução do telhado, das alvenarias, dos rebocos internos e externos das redes de instalações sanitárias e do contra-piso no Bloco "A" tendo sido despendida com êsses serviços a importância de Cr\$ 9 931.469,10.

No Quartel Central do Corpo de Bombeiros foram já concluídos 5 pavilhões e iniciada a construção do pavilhão destinada à oficina, com 2.600 m² de área. A despesa efetuada soma a Cr\$ 7.746.848,30.

No Departamento de Polícia Civil foi concluída toda a 1.ª etapa da obra, onde serão instalados a Polícia Civil, a Diretoria de Trânsito, a Escola de Polícia e o Instituto Médico Legal. Em fase de conclusão se encontram as obras para as instalações da garagem e oficinas deste Departamento. A despesa com tais serviços orçou em Cr\$ 1.883.200,30.

Na ampliação do Colégio Estadual "Lemos Junior" de Itio Grande e para instalação da E.T.C. "Getúlio Vargas" despenderam-se Cr\$ 2.529.130,50. Na ampliação do prédio da Secretaria que se encontra em fase de conclusão foram gastos Cr\$ 3.044.965,50.

No setor de obras novas foram atendidas 17 obras, sendo 11 no interior e 6 na capital, correspondendo a uma inversão de Cr\$ 34.496.209,60.

Os Serviços de Conservação e Cadastro, por intermédio de sua Turma Volante atendeu a 68 obras diversas, no valor total de Cr\$ 3.978.865,60. Foram serviços feitos em 62 grupos escolares, situados no interior do Estado em 2 foros, 2 exatarias e 2 escolas normais.

Houve, ademais, 59 obras empreitadas com terceiros, num total de Cr\$ 11.159.788,00; destas obras, foram executadas 26 na capital e 33 no interior do Estado.

Diretoria de Saneamento e Urbanismo

Atendeu a Diretoria de Saneamento e Urbanismo uma ampla e complexa soma de atribuições próprias, atribuições essas para cuja real efetivação cumpre despender a mais precisa e vigorosa atenção, o maior dos esforços e de competência. Dentre a série de encargos de sua responsabilidade sobressai desde logo a execução do Plano de Saneamento do Estado, dada sua situação dentro do campo da Saúde Pública. Os empreendimentos levados a efeito durante o exercício de 1956, foram os seguintes: conclusão dos projetos referentes ao abastecimento d'água das cidades de Cacequi, Sarandi, Tapera, Santa Vitória do Palmar, Canela, Três Passos e Carazinho.

Foram iniciados projetos para o abastecimento d'água às cidades de Bom Jesus, São Sepé, Sapiranga, Marcelino Ramos e Gramado, achando-se em estudos os das cidades de Flores do Cunha, Antônio Prado, Nova Prata e Nova Petrópolis e ainda as soluções de emergência para o abastecimento às localidades de Encruzilhada, Taquari e Sobradinho.

Foram revisados os projetos das redes hidráulicas de Santa Rosa e Taquari a fim de serem atualizados de acordo com as observações feitas e concluídos os projetos de reforma completa das hidráulicas de Tramandaí-Imbé incluindo uma instalação para eliminação total do ferro e do manganês dos poços. Para a ampliação de redes foram estudados mais de 70 pedidos oriundos tanto de Prefeituras Municipais como de particulares interessados.

No setor de Urbanismo foram recebidas 48 ordens de serviço a fim de atender em sua maioria solicitações de Prefeituras. Destas, foram concluídos 21 projetos.

Os Serviços Industriais comandam atualmente a exploração industrial de 30 serviços de abastecimento d'água em diversas cidades, sendo que destas 10 são serviços de água e esgoto enquanto que 20 somente com água. Durante o exercício em referência foram produzidos no conjunto das hidráulicas — 15.037.611 m³, dando uma média diária de, mais ou menos, 41.769 m³.

A despesa total com a exploração dos mencionados serviços foi de Cr\$ 29.137.559,40, sendo que o custo médio do m³ de água, testada e distribuída, foi de Cr\$ 1,937.

Foram feitos 21.425 m de ampliação da rede d'água e 1.231 m da rede de esgoto. As despesas com a execução de obras em 36 hidrú-

licas do interior durante o exercício de 1956, foram na ordem de Cr\$ 78.903.089,00.

O Laboratório Central executou os seguintes serviços laboratoriais: instalação completa dos laboratórios das estações de tratamento d'água em Tramandaí, Capão da Canoa, Torres e São Luiz Gonzaga; instalação completa dos laboratórios das estações de tratamento de esgoto em Passo Fundo e Santa Cruz do Sul; inspeções periódicas e sistemáticas em todos os serviços que se encontram em funcionamento.

Além disso, foi desenvolvido um amplo projeto de estudos e pesquisas, dos quais podem ser anotados: estudos sobre a adição do fluor às águas de consumo público; estudos sobre as causas que dificultam a floculação das águas coradas; estudos para fins de projetos das futuras estações de tratamento; parecer sobre o emprego de canos de cimento amianto em rede de esgotos; parecer sobre o sistema de sustentação para os filtros permutadores de resina.

A Comissão Especial de Obras de Irrigação são atribuídos o estudo, projeto e execução de obras de irrigação, para o que mister se faz proceder observações contínuas, estudos para o conhecimento dos recursos naturais-utilizáveis na irrigação, atentar para as necessidades de irrigação-atuais e presumíveis no futuro, além de outros estudos vários.

Comissão Especial de Obras de Irrigação

No setor dos serviços topográficos, foram concluídos: o levantamento topográfico plani-altimétrico em Nova Petrópolis, Barra do Arroio do Ouro, Vale Real, Picada Cará, Arroio Feliz, para os estudos do planejamento de agricultura irrigada na área das margens do rio Caí; levantamento plani-altimétrico nos locais denominados Pacheco, Águas Claras, Barro Vermelho, Fazenda 4 Irmãos, Banhado Passo Grande, além de outros situados nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Gravataí e Canoas, para estudos de drenagem e de recuperação do banhado Chicolama e de toda o vale pantanoso do rio Gravataí; levantamento, delimitação, locação de terras a serem desapropriadas em Camaquã, no local da barragem do Duro; levantamento topográfico plani-altimétrico das margens do Arroio Fiuza, no município de Panambi, para fins de estudos sobre a influência da represa do Engenho Kuhlman nas inundações daquela região.

O Serviço Hidrológico esteve em efetivo funcionamento, tendo sido executados os cálculos hidrológicos na barragem do Duro, e mais os relativos aos estudos de enchentes no arroio Fiuza, em Panambi.

Foi criado o serviço de fiscalização de açudes, tendo em vista a obrigatoriedade de licença prévia para a construção de barragens e canais, realizadas por particulares, obrigatoriedade essa determinada pela Lei n.º 2.434 de 23 de setembro de 1954.

Para tanto, tornou-se necessário executar um levantamento cadastral, procedendo-se a relação dos açudes já existentes, com sua localização, suas características principais, atentando-se sempre para a sua posição em relação à estradas e a cidades e vilas, considerando-se a escassa capacidade dos órgãos evacuadores de cheias ter sido sempre a principal causa dos maiores acidentes já havidos.

Entre os trabalhos levados a efeito, podem ser destacados os levantamentos cadastrais dos açudes de Pelotas, Alegrete, Camaquã, Tapas, Bacias dos arroios Velhaco e do Butiá, Santa Rita, Cordeiro, Arroio dos Órfãos, Arroio Medina, Banhado do Colégio, Arroio Duro, além de inúmeros outros.

O Serviço de Sondagens Geológicas, para complementação de projetos de barragens, efetuou diversos serviços de sondagens geológicas, em colaboração com o Instituto Tecnológico, sendo as principais executadas na barragem do Arroio Duro e na barragem do Ibirapuitã e Pal Passo.

**Departamen-
to Aeroviário**

O Departamento Aeroviário, no decurso do ano findo empreendeu uma série de atividades, as quais, dentro de um critério de importância, foram as seguintes: no setor de construção e conservação foram executadas diversas obras nos aeroportos de Bagé, Cachoeira do Sul, Carazinho, Canoas, Caxias do Sul, D. Pedro de Alcântara, Erechim, Ijuí, Irai, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Rosário do Sul, Santiago Sarandi, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, Vacaria, Livramento, Jaguarão, Soledade e Lagoa Vermelha. Foram procedidos estudos e projetos, para inúmeros serviços nos aeroportos de cidades de Caxias do Sul, Porto Alegre, Palmeira das Missões, Santiago, Sarandi, Soledade, Torres, Uruguiana, Passo Fundo, Jaguarão, Santa Rosa, Três Passos, Pelotas, Santa Cruz, Carazinho, Cachoeira do Sul, Ijuí, Vacaria, Livramento, Bagé, Cruz Alta, Santo Ângelo, Irai e Bento Gonçalves.

Estes estudos e projetos referem-se a levantamentos plani-altimétricos, abertura de concorrências, projetos para construção de estações de passageiros, de pátio de manobras, de pistas, estudos de reconhecimento para localização de futuros e novos aeroportos, além de outros, de natureza vária.

**Comissão
Municipal de Co-
municações**

Constituem-se em atividades próprias da Comissão de Comunicações o estudo a coordenação e a planificação de serviços telefônicos em geral, a fiscalização dos serviços permissivos, realização de tombamentos dos bens das empresas, estudos e propostas de revisão de tarifas a serem adotadas, montagem de linhas e centros telefônicos de longa distância por administração direta e em regime de cooperação com as Prefeituras interessadas, assistência técnica aos Municípios para ampliação e reforma de seus serviços, além de outros serviços diversos.

Foram efetuados estudos e projetos de linhas telefônicas referentes a ligação intermunicipais, interdistritais ou a serviços básicos abrangendo: linhas telefônicas entre Ijuí, Três Passos, Ajuricaba, Formigueiro, Barro Preto, Pinhal, Vacaria, Passo do Socorro, Santa Rosa, Santo Cristo, Porto Lucena, Santo Ângelo, Curitiba, Caxias do Sul, São Manoel, Gaúcho, Campestra, São Bernardo, São Marcos, Capão da Canoa, Atlântida, Erechim, Aratiba, Itá, esta última para Santa Catarina. Sistema local do Município de Palmeira das Missões, de Encantado e de Guaporé; Projeto para a restauração de sistema telefônico municipal de Casca; projeto para a ligação telefônica das localidades de São Marcos, Santa Rita e Montebérico, em Carroupilha.

Quanto à execução de linhas telefônicas foi dado andamento a várias obras, das quais podemos citar as de Bento Gonçalves, Encantado, Cruz Alta, Panambi, São Luiz, Santo Ângelo, Vacaria, Lagoa Vermelha, Palmeira e Frederico Westphalen.

A fiscalização nas empresas concessionárias dos serviços telefônicos constou principalmente, em pareceres, levantamentos, estudos e considerações várias. Dentre os serviços levados a efeito no setor em apreço, cabe salientar os estudos e considerações acerca do tombamento físico-contábil dos bens da Companhia Telefônica Nacional, com o fim de revisar as tarifas telefônicas nos serviços básicos.

**Serviços da
Casa Popular**

No decorrer do ano em relato, foram construídas pelo Serviço da Casa Popular, 218 casas, despendendo-se o montante de Cr\$ 8.502.461,50 e sua distribuição foi a seguinte: Rio Grande, 58; São Gabriel, 30; São Borja, 30; Santo Ângelo, 30; Santiago, 26; Palmeira das Missões, 24 e Júlio de Castilhos, 20.

Essas casas, construídas de madeira, são de dois tipos: tipo A, com uma área de 30,25 m² e tipo B, com 42,90 m².

O Conselho Estadual de Turismo, teve, no ano findo, um real desenvolvimento de suas atividades, dentre as quais cabe ressaltar a conclusão do Paradoro do Morro Reuter, o qual já foi inaugurado e pôsto em funcionamento; a elaboração do plano de fomento do turismo no Rio Grande do Sul — providência preliminar do Conselho de Turismo; a desapropriação dos rochedos de Torres — já efetivada, os quais, por sua atração natural, justificam aquela medida; as obras de acesso às furnas de Torres — motivo de atração turística de relevante importância — e que se encontram em fase de conclusão; os parques de turismo no Taimbézirho, Cascata do Caracol e Pinhal, em fase de elaboração e as obras de ampliação do balneário de Irsi, já executadas

Conselho Es-
tadual de Tu-
rismo

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Prosseguindo na execução do grande programa que se traçou de criar um transporte hidroviário, eficiente e indispensável ao Estado do Rio Grande do Sul, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais tem observado cuidadosamente, a evolução dos índices representativos da atividade dos seus múltiplos órgãos, visando atender às necessidades de cada um, de acordo com as imposições técnicas decorrentes do seu maior aproveitamento.

Dirigindo, igualmente, os estudos e pesquisas realizados em todos os setores, com um critério isento de idéias préconcebidas, a Direção do Departamento tem estimulado os seus técnicos, no sentido de criar um ambiente favorável à implantação das mais recentes conquistas, visando não só o maior rendimento dos serviços, isoladamente, como a harmonia do conjunto dentro de uma estruturação sólidamente alicerçada na realidade das diversas funções componentes dos transportes hidroviários.

Atribuindo às Diretorias Técnicas e Industriais, das diversas Divisões as tarefas consubstanciais com as suas peculiaridades específicas, e orientando-as no sentido de uma melhor e maior produção, o Departamento ingressou em uma fase de positiva concretização das suas finalidades, buscando na eficiente realização das operações fundamentais, o elemento básico do perfeito funcionamento do conjunto.

Não perdendo de vista o alvo que se impôs, de organizar um completo sistema de transporte hidroviário, o Departamento tem procurado ampliar os horizontes de trabalho em que opera, sem contudo introduzir modificações bruscas e prejudiciais, nos numerosos serviços que integram o seu organograma.

A exiguidade de recursos próprios, com que contava a Autarquia, impedia uma inversão mais significativa e condizente com as necessidades sentidas em diversos setores; porém, a criação da Taxa de Transportes pelo Governo do Estado, e a sua conseqüente distribuição, permitiu que o Departamento estabelecesse desde logo um programa de obras e realizações inadiáveis, empenhando-se na sua pronta concretização, tendo sido tomadas as providências necessárias para a efetivação das obras e melhoramentos aprovados, os quais se distribuem pelos principais órgãos da Autarquia, visando dar-lhes maior eficiência e rendimento.

A Administração Superior do Departamento continuou durante o ano de 1956 na orientação que vinha seguindo, no sentido de atingir plenamente suas finalidades e visando sempre a eficiência cada vez maior de seus serviços.

Numerosas medidas de caráter técnico e administrativo foram tomadas, pela Direção durante o exercício passado, visando melhorar o funcionamento dos diversos órgãos pelo maior entrosamento entre si e a maior harmonia de ação, bem como obter maior cooperação das enti-

Administração Superior
e Órgãos
Técnicos

dades oficiais estaduais ou federais a que está ligado por força de suas atividades

Buscou o Departamento por outro lado intensificar os trabalhos de recuperação do material permanente de dragagem e oficinas a fim de, por intermédio das diretorias técnicas, dar cumprimento às obrigações de baixamento dragagem e recuperação do material portuário

Por outro lado tendo o CADEM se desinteressado do transporte do carvão obrigou o Departamento a deslocar seus rebocadores para atender a este transporte fundamental influido, assim, negativamente, na produção dos parques de dragagem, muitos dos quais tiveram que ser paralisados

Com o advento da Taxa de Transportes pôde o Departamento ampliar seus horizontes, buscando realizações de maior vulto. Poucas foram entretanto, as realizações concretas referentes à aplicação da Taxa, uma vez que o tempo decorrido entre o preparo das concorrências e a assinatura dos contratos de construção ou fornecimento ocuparam grande parte do ano recém findo.

Entre as grandes obras para as quais foram feitas concorrências públicas e que deverão ser custeadas pela Taxa, podemos enumerar as seguintes, além de muitas outras de menor envergadura:

Barragem de Bom Retiro, c/custo avaliado em	Cr\$	450.000.000,00
Quatro armazens de 3.ª linha em Rio Grande, c/custo contratado de	Cr\$	32.242.490,00
Quatro Batelões para a Divisão de Vias Fluviais, c/custo contratado de	Cr\$	5.472.580,00
Duas Subestações retificadoras para o Porto de Porto Alegre, c/custo contratado de ..	Cr\$	5.320.223,00
Quatro lanchas rebocadoras para a Divisão de Vias Fluviais, c/custo contratado de ...	Cr\$	4.828.370,60
Instalação de água, esgoto e sanitários no Cais de Navegantes, c/custo contratado de ..	Cr\$	4.882.832,60

O Conselho Técnico constituído pelos chefes mais graduados de todos os serviços, para assessoramento da Direção Geral, reuniu-se em 13 oportunidades durante o ano de 1956.

Com estas reuniões muito contribuiu para o melhor entrosamento das diferentes unidades de trabalho.

Gabinete de Estudos Hidroviários

Dando cumprimento à sua missão de realizar, dentro do âmbito do Departamento, estudos, projetos, pesquisas, fiscalizações, o Gabinete de Estudos Hidroviários efetuou os seguintes trabalhos a cargo dos seus setores de Estudos e Projetos: anteprojeto, memória, orçamento, edital de concorrência pública e julgamento da concorrência dos armazéns de 3.ª linha e os externos em Rio Grande, os quais encontram-se em início de construção, conclusão do projeto e cálculo, memória e orçamento do edifício-sede da Divisão de Rio Grande; estudo da seção de vasão e gabarito memória e edital de concorrência pública da ponte rôdo-ferroviária sobre o Saco da Mangueira, em Rio Grande, atualmente em fase de julgamento; três projetos de loteamento dos terrenos do Estado junto ao Canal do Rio Gravataí, em Porto Alegre;

projeto de reconstrução do Rebocador Lopo Neto; anteprojeto, memória, orçamento, edital de concorrência pública e julgamento da rede de água e esgoto pluvial no Cais de Navegantes, em Porto Alegre, já em fase de contrato; projeto das instalações sanitárias tipo, para os armazéns D e E, no Cais de Navegantes, em Porto Alegre, em contrato; projeto das instalações sanitárias, rede de água e esgoto pluvial no armazém C-6 em Porto Alegre, em contrato; continuação dos estudos para a canalização do rio Jacuí entre Amarópolis e Cachoeira do Sul, em cooperação com a D. V. F.

O levantamento apresentado pela Contadoria Geral do Departamento, embora de forma extracontábil, apresenta como resultado da execução orçamentária do exercício de 1956 um superavit apreciável:

Execução Orçamentária

— Receita realizada	Cr\$	526.890.954,10
— Despesa empenhada	Cr\$	477.473.942,10
— Resultado positivo parcial	Cr\$	49.417.012,00
— Menos créditos deferidos p/1957	Cr\$	41.950.017,90
— Resultado líquido positivo	Cr\$	7.466.994,10

O Releitorio do Porto, em Porto Alegre, órgão subordinado ao Serviço Complementar de Administração, forneceu 637.171 refeições gratuitas ao pessoal do Departamento e 17.071 a funcionários de outras repartições do Estado.

Divisão de Portos e Canais de Porto Alegre

O Serviço Médico-Social, atendeu a 1.919 Atestados, 3.061 Notificações, 741 Acidentes, 13.535 Medicados, 1.911 casos de assistência dentária e 10.368 casos de assistência social.

A Diretoria Técnica por intermédio da Seção de Dragagem e Balizamento executou levantamentos topográficos no Porto de Porto Alegre, canais de Navegantes, Itapoã, Cristal e Junco; Pedreira da Serriaria e Ilha do Chico Inglês. O trabalho de dragagem foi da ordem de 54.540 m³ no Canal do Cristal, 104.904 m³ no Canal de Itapoã e 16.915 m³ na Baía dos Navegantes. Além disso o local dos novos armazéns do Cais de Navegantes foi aterrado com 13.140 m³.

A Diretoria Industrial encarregada de dirigir o porto de Porto Alegre registrou o seguinte movimento portuário: navios que operaram no cais de Cabotagem e Longo Curso, 2.186; Fluvial, 31.491. O número de navios estrangeiros atingiu a 294 sob 17 bandeiras diferentes, sendo a mais numerosa, a Argentina, com 131.

O movimento de mercadorias atingiu a 3.459.437.606 quilos, dando uma arrecadação geral no ano findo, de Cr\$ 144.874.920,60, assim desdobrada:

Receita portuária	Cr\$	114.706.731,20
Receita do DEPRC	Cr\$	638.598,40
Receita extraordinária (depósitos)	Cr\$	12.035.563,60
Receita Estadual	Cr\$	17.464.029,40
TOTAL	Cr\$	144.874.920,60

No Entrepasto Frigorífico foram movimentados, durante o exercício em relato 208.377 volumes com 5.910.148 quilos, o que produziu uma receita de Cr\$ 2.846.710,20.

**Divisão de
Portos e Ca-
nais de Rio
Grande**

O Refeitório do Porto de Rio Grande forneceu o total de 385.430 refeições ao preço médio anual de Cr\$ 20,83

O Serviço de Vigilância e Policiamento com a organização imprimida em seu trabalho oferece um promissor índice de moralização dos serviços portuários, quanto a parte de vigilância e policiamento

A Diretoria Industrial registrou o seguinte movimento portuario: navios que operaram no eais: Longo-Curso e Cabotagem, 1.672. Pequena Cabotagem lacustre, 5.982. Movimento de mercadorias: Longo-Curso: importação, 328.644 toneladas; exportação, 155.556 toneladas; Cabotagem: importação, 298.803 toneladas; exportação, 338.520 toneladas; Fluvial: importação, 166.278 toneladas; exportação, 558.032 toneladas, com um total geral de 2.245.838 toneladas

A Receita da Divisão atingiu ao total de Cr\$ 146.778.039,10 assim discriminada:

Receita portuária (Diretoria Industrial) ..	Cr\$	126.609.639,60
Receita da Diretoria Técnica	Cr\$	2.010.047,50

RECEITA DO DEPRC:

Ordinaria	Cr\$	110.137,50	
Extraordinária ..	Cr\$	5.163.537,90	Cr\$
			Cr\$

TOTAL			Cr\$	146.778.039,10
--------------------	--	--	-------------	-----------------------

A Diretoria Técnica, por intermédio de sua Secção de Oficinas e Conservação, desenvolveu grande atividade nos setores de instalação de motores e máquinas operatrizes, reparação de várias embarcações, reparação de armazéns, construção de espigões para a regularização da bacia do Porto Novo e pequenas construções novas.

Na Secção de Dragagem esteve em ação apenas a draga "Pederneras" que desenvolveu a seguinte produção: Bacia do Porto Novo, 257.460 m³; Canal de Acesso, 21.300 m³, num total de 278.760 m³.

O Serviço de Fixação de Dunas trabalhou normalmente, plantando um total de 115.542 mudas.

**Divisão de
Portos e Ca-
nais de
Pelotas**

O Refeitório do Porto de Pelotas forneceu 63.993 refeições ao custo médio de Cr\$ 38,39.

O Serviço Médico Social atendeu a cêrca de 5.000 consultas, exames e inspeções.

A Diretoria Técnica, por intermédio da Secção de Dragagem e Balizamento, apresentou o elevado montante de 834.813.000 m³, de material dragado, assim distribuído: Canal da Barra do São Gonçalo, 744.816.000 m³; Canal da Corôa do Meio, 3.175.000 m³; Canal da Feitoria, 76.939.000 m³ e Canal do Triângulo da Barra, 9.885.000 m³.

A Diretoria Industrial, apresentou o seguinte movimento de embarcações: Longo-Curso e Cabotagem, 310; Pequena Cabotagem, fluvial e lacustre, 984. Movimento de mercadorias: Longo-Curso: importação, 6.806 toneladas e exportação, 295 toneladas; Cabotagem: importação, 67.454 toneladas e exportação, 105.211 toneladas; Fluvial: importação, 49.054 toneladas e exportação, 20.107 toneladas, com um movimento total de 248.927 toneladas.

A receita da Diretoria Industrial foi de Cr\$ 16.250.217,20.

**Divisão de
Portos e Vias
Fluviais**

As obras de reconstrução e ampliação do Porto de Pelotas, prosseguiram durante o exercício findo, em ritmo retardado, por absoluta falta de recursos financeiros federais. Os adiantamentos estaduais a descoberto, naturalmente restritos ao mínimo necessário ao prosseguir-

mento das obras, ficaram muito aquém às verdadeiras necessidades de um ritmo normal de trabalho.

Foi despendida no exercício a importância de Cr\$ 5.963.242,30, sendo que a despesa total desde o início das obras monta a Cr\$ 45.070.646,40.

A Seção de Estudos e Projetos, teve como atividades específicas os seguintes setores: Serviços de escritório, Setores de Hidrologia, Setores de Levantamentos topo-hidrográficos e Convênios. Além destas atribuições normais a Seção está desempenhando atribuições específicas dentro de um convênio celebrado com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí e relativo a ligação Jacuí-Ibicuí.

O Setor de Hidrologia de Porto Alegre manteve uma rede de 29 postos, sendo 10 postos meteorológicos, dos quais 3 também possuem escalas e os restantes 19 constam exclusivamente de escalas. Foi instalado um aparelho novo e montadas duas novas escalas no rio dos Sinos neste curso d'água foram executadas quatro medições de descarga.

Os diversos serviços de levantamentos topo-hidrográficos, foram executados inicialmente por cinco turmas indicadas a seguir pelos serviços: levantamentos do rio dos Sinos, Ibicuí-Jacaquá, Ibicuí-Umbú e Vacacaí, Ibicuí e nivelamento da costa marítima.

Os serviços no rio Vacacaí foram suspensos, em face do convênio com a Comissão Interestadual das Bacias Paraná-Uruguaí, e posterior abertura da Concorrência Pública para execução desses serviços.

A Seção de Obras e Conservação que tem a seu cargo a operação do Estaleiro de Triunfo a conservação da Barragem Rio Branco, a regularização dos rios Jacuí e Taquari e o balizamento dos canais, continuam seus serviços normais durante o passado exercício. Entre esses serviços é de assinalar a reforma das dragas "Farrapo" "Rio Pardo", início da montagem da nova draga "Rio Ibicuí" e o início da construção do cais de acostagem em Triunfo.

Foram dragados: 81.870 m³ no rio Jacuí e 50.734 m³ no Taquari e decrocados 20.612 m³ no rio Taquari.

Apesar das dificuldades e falhas, foi feito o balizamento dos canais ao longo de Santa Cruz e Colônia Penal, com bóias cegas recuperadas pertencentes ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

Foram incluídos os trabalhos referentes à abertura da Barra do Rio Tramandai, estando os mesmos em andamento e a cargo dos Serviços de Transporte entre Torres e Palmares.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE CARVÃO MINERAL

As atividades do Departamento Autônomo de Carvão Mineral, que no exercício de 1956, prosseguiram dentro de um ritmo de trabalho amplamente satisfatório, podem resumir-se nos seguintes tópicos:

As instalações do DACM, nas Minas do Leão, foram ampliadas no decorrer de 1956, tendo sido executadas as seguintes construções: um prédio de alvenaria, com todas as instalações necessárias, inclusive cozinha e sala de refeições para o Grupo Escolar; um prédio de alvenaria para o ambulatório e farmácia, que funcionavam, precariamente, em pequenos chalés de madeira; nove casas novas de madeira para funcionários da Mina; grande prédio de alvenaria com 290 m², onde funcionará o Escritório do Almoxtarifado do novo Poço de Profundidade; construção em alvenaria do prédio destinado aos banheiros coletivos e instalações sanitárias para o novo Poço de Profundidade; ampliação, em alvenaria do prédio onde funciona o Almoxtarifado Geral da Mina; foram iniciadas ainda, as obras para a construção de uma ponte mista (rodo-ferroviária) em concreto sobre o Capão da Roça, destinada a possibilitar o acesso das linhas ferroviárias ao ponto onde está sendo aberto o Poço de Profundidade.

**Construções e
Aquisições**

No setor de obras novas foram executados os seguintes serviços: concretagem da base do novo Poço de Profundidade e construção da respectiva torre em madeira de lei, já tendo sido adquiridas 340 m³; construção e montagem de um guincho mecânico de extração de carvão para uma carga de 1.500 quilos com motor de 40 HP destinado aos trabalhos de escavação do Poço de Profundidade e construção de mais dois guinchos manuais destinado ao mesmo fim; construção de uma linha de alta tensão entre as Minas do Leão e a Usina do Butiá, numa extensão total de 11 quilômetros; início da montagem de uma sub-estação de força e torre de refrigeração; conclusão e entrada em serviço de um poço de profundidade (23 metros) na Concessão Boa Vista para extração de carvão; conclusão da montagem de uma correia transportadora e peneiras para escolha do carvão.

Houve, também, na parte relativa à aquisição de maquinaria e instrumentos de trabalho, inversões de regular vulto, destacando-se, além dos apetrechos e instrumental de trabalho para as oficinas, 8 transformadores elétricos, 2 perfuratrizes elétricas, 1 compressor Atlas Kopco, 1 caminhão Ford (F-600), 8.300 metros de cabo de aço para a nova escavadeira Lima e 600 metros para o Poço de Profundidade.

O Departamento registrou, em 1956, a sua maior produção desde sua fundação. O record do ano de 1955 (88.575 toneladas) foi superado no ano findo, no qual produzimos 104.000 toneladas, tendo sido ainda vendidas mais cerca de 8.500 toneladas de moinha de estoque de anos anteriores.

Produção

Toda a produção foi consumida pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul e pela Central Termo-Elétrica de São Jerônimo, com a seguinte distribuição: Viação Férrea do Rio Grande do Sul: 37.079,890 toneladas; Usina de São Jerônimo (Carvão e Moinha): 66.379,210 toneladas; Estrada de Ferro Jacuí: 540,900 toneladas.

Assistência Social

Conforme já mencionamos, o Departamento construiu um novo ambulatório e farmácia, para atender seu pessoal. O serviço médico é atendido pelo IAPETC, que mantém médico na localidade.

Foi criada, também, a Cooperativa dos Empregados das Minas do Leão, empreendimento, felizmente, coroado de pleno êxito. Começando a funcionar em fins de janeiro de 1956, a Cooperativa rendeu, durante o exercício, um total bruto de Cr\$ 1.070.000,00, tendo apresentado um saldo líquido de Cr\$ 310.000,00.

Pesquisas e Sondagens

Em continuação a seus trabalhos de pesquisas, para melhor conhecimento das reservas carboníferas do Estado, concluiu o Departamento a primeira etapa programada: o estudo da faixa sedimentar, tendo como limite leste o Arroio Taquara (Mina do Leão, São Jerônimo) e como limite oeste o Arroio Capanézinho (Cachoeira do Sul); concomitantemente, continuou testando o quadrante noroeste da jazida do Leão, único sentido em que ela se abria para o desconhecido. Dentro do intenso programa realizado, o qual foi levado com sondagens pioneiras e geologia de campo, sob regime de acampamento volante, releva destacar:

1) — Foram executadas 13 sondagens durante o ano, acusando um total de 1.879,07 metros perfurados (duas delas, num total de 494,35 metros, foram realizadas com a colaboração da equipe de sondagens do DNPM). Verificou-se, assim, que alcançou o Departamento a média de 156,589 metros de perfuração por mês, sem contar os furos subsidiários relacionados com a lavra a céu aberto da jazida Boa Vista;

2) — Os estudos sobre o desenvolvimento da bacia do Leão permitiram inferir para a jazida um total mínimo de 60 milhões de toneladas exploráveis, duplicando, assim, a reserva até então testada (a qual era da ordem de 27 milhões de toneladas);

3) — No campo pioneiro, delimitou-se uma nova jazida de carvão, com eixo principal situado por sob o vale do Arroio Iruí (divisa Rio Pardo-Cachoeira do Sul), de estratégica locação no panorama geo-econômico do Estado, com uma reserva testada da ordem de 270 milhões de toneladas exploráveis e capaz de fornecer carvão com características análogas ao da Mina do Leão; em sua face norte, a referida jazida abre-se para limites ainda desconhecidos.

Tais serviços, assim como os auspiciosos frutos deles colhidos, foram compostos em uma monografia que ao encerrar do ano ficou pronta para impressão. Com isso, visa o Departamento do Carvão trazer uma real contribuição às forças vivas do Estado, apresentando elementos positivos a provarem nossas grandes possibilidades como região carvoeira.

Situação Econômico-Financeira

Os resultados econômicos registrados no decurso do exercício de 1956, continuaram, razoavelmente, satisfatórios.

Na produção de carvão observou-se o mesmo ritmo de crescimento registrado em 1955, obtendo-se um aumento de cerca de 20% sobre a do ano anterior. Tendo vigorado os mesmos preços de venda fixados pelo Governo Federal era de esperar-se que, em face do maior volume minerado, fossem maiores os resultados. Entretanto, dois fatores inesperados, no início do programa de trabalho, impediram que fossem

alcançados, na mesma proporção, os resultados positivos registrados em 1955. Um deles provém das camadas mineradas em que foi encontrado carvão de qualidade inferior de baixa caloria, que influiu no preço de venda, desde que este deve ser calculado na base do teor calorífico.

O outro adveio do aumento de custo da produção, que, além de ter sido influenciado pelo encarecimento geral dos materiais, foi alvo, ainda, do aumento do salário mínimo e, em consequência, da reestruturação geral dos salários indispensável ao resguardo dos níveis da hierarquia do operariado.

A situação financeira melhorou sensivelmente em 1956, em confronto com o exercício anterior. É que tendo se conseguido receber com relativa regularidade do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, o valor dos fornecimentos feitos à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, foi possível ao Departamento Autônomo de Carvão Mineral atender com folga os compromissos com os fornecedores e, em dia, o pagamento dos salários dos mineiros.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

O exercício de 1956 representou para o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem um período altamente fecundo, quer quanto às suas atividades rodoviárias no setor Estadual quer naquelas que lhe foram delegadas pelo Governo da União, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Foram executados, em 1956, os seguintes estudos e projetos, referentes a estradas: reconhecimentos, 543 quilômetros; exploração, 282 quilômetros; locação, 168 quilômetros; levantamento, 24 quilômetros; sondagem, 4.014 quilômetros (ante-projeto), 135 quilômetros e projeto, 230 quilômetros.

Esses serviços se distribuíram pelas rodovias indicadas a seguir: Vale do Taquari — Garibaldi; Bento Gonçalves — Garibaldi; Cruz Alta — Sobradinho (trecho Cruz Alta — Salto Grande); Cruz Alta — Ijuí; Caçapava — Cangussu; Vale do Taquari — Delta do Jacuí; Cai — São Vendelino; — Taquara — Novo Hamburgo; — Vale Real — Nova Palmira; Nova Prata — Casca; Santa Maria — São Pedro — General Vargas; Ijuí — Chorão; Garibaldi — São Vendelino; Garibaldi — Farroupilha; Arroio do Meio — Soledade; Bento Gonçalves — Guaporé; Carazinho — Sarandí; Garibaldi — Estréla; Passo Fundo — Marau; Cachoeira — ER. RS-3; Cruz Alta — Ijuí; Candelária — Santa Maria; Cai — Vale Real; Rio Pardo — Candelária; General Vargas — São Francisco de Assis; Cruz Alta — Tapera; Nhú Porã — Manoel Viana; São Luiz — Cêrro Largo.

Efetuarão-se estudos e projetos de 14 estruturas para pontes e viadutos, numa extensão total de 1.040,83 m referentes aos cursos d'água que se seguem: Arroio Santa Cruz, Arroio Costa da Serra, Viadutos sobre a VFRGS, Arroio Barriga, Rios Jacuí, Buricá, Jacuí Mirim, Jacaré, Guaporé, Arroios Goulart, Feliz, de Meio e Viaduto sobre a VFRGS na ER São Luiz — Cêrro Largo. Foram feitos 570,55 m de sondagem.

Foram construídos 17 quilômetros de estradas, pela Divisão de Construção, pertencentes aos seguintes trechos: Montenegro — Taquari, Novo Hamburgo — Campo Bom e Cruz Alta — Km 6 da ER. Cruz Alta — Ijuí.

Pela Divisão de Conservação foram efetuados trabalhos de terraplenagem, numa extensão de 48,955 quilômetros, em trechos das seguintes rodovias: Morro Alto — Capão da Canoa, Caxias — Farroupilha, Nova Prata — Casca, São Luiz — Cêrro Largo, Panambi — Palmeira, Ijuí — Chorão, Sinimbu — 4 Léguas, Candelária — Botucaraí, Cêrro Chato — Camobi, Erechim — Getúlio Vargas, Carazinho — Sarandí, Cangussu — Passo das Carretas, Passo das Carretas — Caçapava, Marau — Casca, e Santa Cruz — Venâncio Aires. Essa extensão se refere a construções concluídas. Existe, ainda, parte em ataque e parte referente à complementação de serviços efetuados anteriormente.

Empreendi-
mentos no Se-
tor Estadual

Pelas 11 Residências de Conservação foram, ainda, conservados ... 8.360,060 quilômetros de estradas estaduais, que formam a rede a cargo do Departamento.

Receberam pavimento asfáltico 53,90 quilômetros de estradas, pertencentes aos seguintes trechos: Osório — Tramandaí, Pôrta Alegre — Viamão, Santa Cruz — Vila Tereza, Uruguaiana — Exposição, Santa Maria — Camobi, Rincão do Cascalho — Montenegro, Nova Petrópolis — Canela, Gravataí — Taquara, Taquara — São Francisco, Carazinho — Não-Me-Toque, Pelotas — Rio Grande, Passo Fundo — Marau e Novo Hamburgo — Campo Bom.

Foi concluída a ponte sobre o Sangradouro João Pedro, no trecho Merre Alto — Capão da Canoa, com a extensão de 70 metros, em concreto armado, sob o regime de administração direta.

Ainda sob o mesmo regime de administração continuaram os trabalhos de construção das pontes de concreto armado sobre o Arroio Touro Passo com 128 metros, Arroio Camaquã das Lavras com 74 e Rio Jacuí Mirim com 92,80 metros. Também continua em construção a ponte metálica (aço) sobre o Rio Vacacaí — Passo do Verde, com uma extensão de 180 metros.

Sob o regime de empreitada, prosseguiram os trabalhos de construção da ponte sobre o Rio Jacuí, no trecho Rio Pardo — Encruzilhada, com um comprimento de 647 metros, em concreto armado e protendido.

Foram executados serviços de reparações, nas seguintes obras de arte, trabalhos esses que já se acham concluídos: Ponte sobre o Arroio Grande, no trecho Pelotas — Jaguarão, de aço, com uma extensão de 124 metros; Ponte sobre o Arroio Bretanhas, de aço, com uma extensão de 16,50 metros, no mesmo trecho e ponte sobre o Arroio Juncal, de aço, com 16,50 metros, também no trecho Pelotas — Jaguarão.

Prosseguiram os trabalhos de reparação da ponte de aço sobre o Rio Camaquã, com 174 metros de extensão e da ponte de aço sobre o Rio Piratinim, com 289 metros, ambas no trecho São Luiz — São Borja.

Os recursos utilizados para a execução dos trabalhos de estudos, projetos, pavimentação, construção de estradas e estruturas, bem como para a reparação de obras de arte, foram os oriundos da Taxa de Transportes e orçamentários do Departamento.

Empreendimentos no Setor Federal

Foram executados, em 1956 os estudos e projetos referentes a estradas como segue: Reconhecimento, 33 quilômetros; exploração, 94 quilômetros; locação, 93 quilômetros; levantamento, 53 quilômetros; sondagem, 1.867 metros; anteprojeto, 269 quilômetros e projeto, 288 quilômetros.

Esses serviços se distribuíram pelos seguintes trechos: Frederico Westphalen — Mondai; Panambi — Carazinho; Itaquí — Santiago; BR-38, trechos: Livramento — Dom Pedrito e Dom Pedrito — Bagé; Bagé — Serrilhada; BR-2, trecho Pelotas — Jaguarão; Ramal Quaraí; BR 76 trecho Bagé — São Gabriel e Ijuí — Panambi.

Efetuarão-se estudos e projetos de 10 estruturas num total de 578,00 metros referentes aos cursos d'água que se seguem: Arroios Viúva Texeza — Passo do Pinto e Contagem, na BR-2; Viaduto sobre a VFRGS, Arroios Iruí, Piquiri e Palmas na BR 37. Arroio Caiubá, na BR-77 e Arroios Potiribú e Caxambú na ERF Ijuí — Panambi.

Foram executados 85.683 quilômetros de estradas, pertencentes aos trechos seguintes: Guaíba — Entroncamento com a ER. Cachoeira — Caçapava Guaíba — Pelotas, Quanta — Santa Vitória — Onui, Pelotas — Pinheiro Machado — Bagé, Livramento — Dom Pedrito — Bagé e BR-14 (Transbrasileira).

Recebeu pavimento asfáltico um trecho de 5,6 quilômetros da BR-75 ERF Pelotas - Rio Grande.

Por administração, foram concluídas as pontes de concreto armado seguintes: Arroio das Pedras, com 96,70 metros no trecho Pelotas — Bagé; Canal Caiubá com 70 metros no trecho Quinta — Taim; Canal do Aguirre, com 40 metros no trecho Quinta — Santa Vitória e Viaduto do Taquara com 5,00 metros no trecho Pôrto Alegre - Uruguaiana. A ponte de madeira, provisória, sobre o rio Ibicuí, com 300 metros, no trecho Livramento — Dom Pedrito, conta com 50% do trabalho já realizado.

Por empreitada foi concluída a construção das pontes de concreto armado sobre o Arroio Dom Marcos, no trecho Pantano Grande — Itapuá, com 48 metros de extensão e sobre o Arroio Santa Izabel, no trecho Camaquã — Pelotas, com 50 metros de comprimento.

Foram iniciadas as obras de arte de concreto armado sobre o Arroio Pequiri, com 112,72 metros, no trecho Pantano Grande — Itapuá; sobre o Arroio das Palmas, com 66,14 metros, no trecho Pantano Grande — Itapuá e a de concreto protendido, com 270 metros, sobre o Rio Taquari, no trecho Taquari — Venâncio Aires

A travessia do Guaíba é obra integrante e indispensável à continuidade das rodovias federais BR-2, Pôrto Alegre — Jaguarão e BR-37, Pôrto Alegre — Uruguaiana, junto a Pôrto Alegre.

Travessia do
Guaíba.

Trata-se de uma obra com a extensão de aproximadamente 15.000 metros entre atêrros e pontes, já tendo sido realizados 70% do volume de atêrros (1.762.500 m³) e 78% dos drenos de areia, com o comprimento total de 40.000 metros.

A extensão total de obras de arte é de 4.703 metros e o volume de concreto da superestrutura é: em concreto protendido 2.220 m³; em concreto comum 3.018 m³ e possui um vão móvel metálico de 50 metros, com 400 toneladas.

Possui 181 pilares, estando 55% dos mesmos já realizados. Foram também realizados 40% dos 8.020 m³ de concreto das sapatas e pilares e, 52% das 2.411 estacas com o comprimento de 35.000 metros.

O prazo de execução estimado em 900 dias, expira em abril de 1958.

O preço contratual da obra é da ordem de Cr\$ 294.000.000,00 e, incluindo reajustamentos atingirá a Cr\$ 415.000.000,00.

Até o encerramento do exercício de 1956, foi executado 30% da totalidade dos serviços.

COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Prosseguiram no exercício de 1956, em ritmo seguro, as obras e os serviços do Plano de Eletrificação do Estado, como se poderá verificar pela seguinte análise estatística, extraída do relatório de suas atividades

A potência instalada das usinas da Comissão Estadual de Energia Elétrica elevou-se para 127.237 kw, o que representa um acréscimo de 42.075 kw sobre o ano anterior. Como o fornecimento de luz e força por empresas particulares é de 54.876 kw, conclui-se que a potência das usinas operadas pelo Estado já representa cerca de 70% da potência total instalada no Rio Grande do Sul.

Potência das
Usinas Opera-
das pelo
Estado

A par do crescimento da potência instalada, como é natural, aumentou o número de localidades servidas pela Comissão Estadual de Energia Elétrica. Em 1955, os diferentes Sistemas serviam a 65 sedes municipais e 126 distritos, vilas e povoados. No exercício de 1956, o número de sedes municipais atendidas elevou-se para 74, além de 159 distritos, vilas e povoados, num total de 233 localidades. A produção bruta de energia elétrica, por seu turno, apresenta os seguintes índices: usinas hidráulicas, 133 270.858 kwh; usinas térmicas, 31.846.320 kwh (diesel) e mais 81.083.000 kwh (carvão), perfazendo, pois, um total de 296 200.178 kwh.

No exercício de 1956 foram encampadas pela CEEE os serviços de eletricidade de mais quatro sedes municipais e seis distritais, perfazendo, a partir de 1947, um total de 20.465 kw. Dessa modo, a potência das usinas encampadas representa 16,08%, e a das construídas pela CEEE 83,92%. Partindo de zero mantém atualmente a CEEE, em vários pontos do Estado, usinas cuja potência total é cinco vezes maior do que a instalada na velha usina de Porto Alegre. Deve ser assinalado, outrossim, como fato marcante, a conclusão das obras da Central Canastra, integrante do Sistema Bugres-São Jerônimo. Canastra entrou em funcionamento experimental em dezembro do ano findo, ensejando, por outro lado, já em 1957, o predomínio das usinas hidroelétricas — 71 447 kw — contra 55.790 kw das usinas termoeleétricas.

Verificou-se, entretanto, em relação ao ano de 1955 um aumento de 18,05% nos fornecimentos de força às indústrias, sendo de 98.682,76 HP, atualmente, a potência instalada, afóra o cômputo dos consumidores encontrados nas zonas de Porto Alegre e Canoas, onde a Cia. Energia Elétrica Rio Grandense aparece como intermediária da CEEE. Elevou-se também o número de consumidores para 138.743, com a mesma ressalva anterior.

Novas Instalações e Linhas Elétricas

— Em 1956, foram montadas 101 subestações transformadoras e construídos 641.765 metros de linhas, de acôrdo com a seguinte especificação :

Linhas construídas nas tensões de 138.000-69.000-44.000-22.000 e 13.200 volts.	360.172 m
Rêdes de distribuição primárias, secundárias e mistas, nas tensões de 22.000-13.200 e 389-220 volts.	269.713 m
Linhas telefônicas.	11.880 m
TOTAL	641.765 m

Estudos e Projetos

— Foram realizados, ainda, estudos para o aproveitamento hidroelétrico de diversos rios, como o das Antas, Passo Fundo e Tainhas, e para a construção de barragens de acumulação no Saltinho e Capiçui, alguns dos quais *continuam em andamento*. Tiveram ser concluídos os anteprojetos de uma usina hidroelétrica no rio Ibirapuitã, no município de Alegrete, e da blindagem do túnel forçado e das ramificações para a Central Jacui. Também foram concluídos os projetos da usina hidroelétrica Blang; das barragens Laranjeira (variante) e Divisa; do revestimento do túnel forçado Jacui; da consolidação do Arroio São Paulo, a montante da Central Canastra; do alargamento da ponte de concreto armado sobre o rio Santa Maria; da ampliação da usina Diesel Quaraí, bem assim outros projetos menores, achando-se em andamento projetos de usinas, como no rio Toropi, para a Prefeitura de São Pedro do Sul e da reconstrução da usina no rio Guaporé, para a Prefeitura de Guaporé.

Além de diversos projetos termoelétricos, foram projetadas usinas Diesel em Farrupilha, Cruz Alta e Torres e a instalação de grupos diesel-elétricos em Cachoeira do Sul, Bagé, Dom Pedrito, Alegrete, Uruguaiana, Livramento, Lagoa Vermelha, Erechim, Santa Maria e Jaguarão, alguns dos quais já foram montados. A Diretoria de Projetos da CEEE prestou ainda assistência técnica às Prefeituras de Itaquí, Pinheiro Machado, São Sepé, Sobradinho e Santiago.

Movimento Financeiro

— O movimento financeiro da Comissão Estadual de Energia Elétrica apresentou uma receita ordinária e extraordinária de Cr\$ 622.000.000,00, e uma despesa orçamentária de Cr\$ 610.000.000,00. Somente o movimento financeiro da Diretoria dos Serviços Industriais apresenta uma receita faturada de Cr\$ 219.730.708,60, com uma despesa empenhada de Cr\$ 204.164.314,40. Já a arrecadação pelo Tesouro do Estado da Taxa de Eletrificação alcançou a soma de Cr\$ 397.810.237,50. O montante recebido do Tesouro do Estado, em depósito no Banco do Rio Grande do Sul, na conta CEEE, foi de Cr\$ 334.972.550,90, existindo, pois, um saldo em favor da Autarquia no valor de Cr\$ 62.837.687,50. Além do montante assinalado, o Tesouro do Estado depositou no Banco do Rio Grande do Sul, até 28 de dezembro de 1956, os seguintes valores: Taxa de eletrificação de 1955, Cr\$ 48.023.237,20; Tesouro do Estado c/compromissos assumidos em 1952, Cr\$ 5.654.211,90, perfazendo um total de Cr\$ 52.677.449,10.

Este em resumo, o quadro das atividades da CEEE no exercício de 1956; as suas diversas seções procuraram seguir o plano de trabalho previamente elaborado, e esse ritmo não deverá sofrer solução de continuidade, de modo a que possam ser atingidas as metas colimadas no

exercício de 1957, dentre as quais figura a conclusão da usina de Ernestina, no município de Passo Fundo, bem como o início de obras de envergadura, tais como a Central Hidroelétrica Jacuí, com suas linhas de transmissão e subestações, e as linhas e subestações do sistema Candiota-Paredão.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

No ano findo, o Governo do Estado não poupou esforços e sacrifícios a fim de prosseguir com o programa de reaparelhamento da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Visando recuperar, ainda que parcialmente, a rede e melhorar os índices econômicos de rendimento do transporte ferroviário, foram adquiridas 20 locomotivas diesel-elétricas para reforçar o parque de tração e mais 4 composições diesel-hidráulicas de 3 corpos, além de 121 vagões fechados de 36 toneladas e 9 vagões gôndolas de 36 toneladas.

No setor de recuperação, as oficinas da Viação Férrea executaram trabalhos de reparação geral em 157 locomotivas, 967 vagões de carga, 63 de passageiros, 5 carros motores, 25 automóveis de linha e 6 caminhões.

Na linha permanente, foram substituídos 68.440 metros de trilhos nos principais traçados, além da construção e conservação de pontes e viadutos.

— A receita industrial, proveniente dos transportes realizados no ano findo, pode ser estimada em Cr\$ 777.838.615,80. Tendo a despesa correspondente atingido o total de Cr\$ 1.555.663.595,30, sofreu a Viação Férrea um déficit de Cr\$ 777.824.930,50.

Execução Orçamentária

O déficit orçamentário aprovado pelo Governo da União foi de Cr\$ 660.511.455,00, havendo, portanto, um aumento, além do previsto, de Cr\$ 117.313.475,50: esta diferença é proveniente, em parte, do aumento que se fez ao pessoal, por força do salário mínimo decretado em agosto de 1956.

A esse déficit deverá ser acrescentado o prejuízo da Contas de Gestão e Lucros e Perdas, que se pode estimar em Cr\$ 24.000.000,00, proveniente de juros.

Assim, o déficit foi de, aproximadamente, Cr\$ 801.834.930,50 para o qual conta a Viação Férrea com uma cobertura de Cr\$ 660.511.455,00, referente à contribuição do Governo Federal. Sendo a despesa resultante da aplicação do salário mínimo, estimada em Cr\$ 50.000.000,00, também da responsabilidade do Governo Federal, segue-se que o déficit final, de Cr\$ 91.313.475,50, pertence ao crédito estadual.

No período de janeiro a dezembro de 1956 o Governo do Estado fez à Viação Férrea suprimentos no valor total de Cr\$ 269.953.467,00, para que atendesse as seguintes despesas de sua exclusiva responsabilidade:

Desapropriação da variante Arroio do Só	Cr\$	11.521.683,00
Vantagens a inativos	"	65.488.199,50
Abono familiar aos ativos (30%)	"	126.146.360,40
P/outros fins (juros, cobertura de deficit)	"	66.797.225,00
TOTAL	Cr\$	269.953.467,90

**Departamen-
to de Ma-
teriais**

— Foram realizadas 127 concorrências administrativas, 27 concorrências públicas e 15 tomadas de preços, além de 127 consultas de preços por meio de correspondências, tendo sido adquiridos em materiais e equipamentos diversos o montante de Cr\$ 357.414.119,90.

Foram, ainda, assinados contratos para fornecimento de materiais, no país e estrangeiro no valor de Cr\$ 191.227.125,90.

Em 1956 foi despendida, com combustíveis e madeiras, a importância de Cr\$ 364.245.702,40, assim discriminada: carvão nacional, Cr\$ 185.460.926,10; lenha e nó de pinho Cr\$ 61.230.267,80; madeiras e dormentes, Cr\$ 57.554.508,50.

No ano findo houve uma diminuição no transporte executado pela Viação Férrea pois enquanto em 1955 trafegaram 62.060 trens com um percurso de 7.846.200 km, em 1956 corriam 61.160 com um percurso de 7.798.995 km.

Essa diminuição dos transportes foi oriunda da greve geral do pessoal, que durou 18 dias e da crise de combustível referente ao fornecimento de carvão nacional.

Presentemente, com as locomotivas Diesel-Elétricas já encomendadas ao estrangeiro, a situação dos transportes irá melhorar muito.

Além disso muito concorrerá para essa melhoria as novas variantes que em breve entrarão em tráfego, tais como as de Arroio do Só e João Rodrigues e a de Agente Gomes a Capão do Leão e de inauguração mais remota, a de Pedras Altas, que muito contribuirá para a rapidez desejada na linha Bagé-Rio Grande.

O tráfego de carros e vagões no ano de 1956 foi o seguinte: vagões de carga: 562.228 com 58.730.060 km percurso; carros de passageiros 93.776 com 16.584.821 km percurso. Cabe aqui uma observação interessante enquanto corriam 90 trens a menos em 1956, em relação a 1955 houve um aumento de 58.206 viagens a mais dos vagões, o que prova um melhor aproveitamento de tração.

**Departamen-
to de Via
Permanente**

— A situação da rede, quanto à extensão de suas linhas, e é a seguinte. Linhas principais, 3.648.732,70 m; linhas duplas, 12.193,30 m; desvios da rede, 415.015,90 m; desvios particulares, 72.739,62 m, com um total de 4.148.681,52 m.

Houve um acréscimo de 676,80 metros nos desvios da rede e de 2.471,54 metros de desvios particulares.

Foram substituídos, durante o ano em relato, 461.705 dormentes, havendo ainda um deficit de 216.139 dormentes em virtude da falta absoluta de dormentes no Estado, o que vêm causando grandes embaraços e prejuízos para a boa conservação da linha.

No serviço de lastramento foram empregados 67.367 m³ de pedra britada, numa extensão de 48 km de linha e mais 50 km de relastramento.

Foram substituídos trilhos velhos por novos, de 32 a 37 kg/m, numa extensão de 88.440 metros. Além disso, foram feitas mais substituições de trilhos leves por pesados, numa extensão de 25.001 metros.

Continuaram, também, os serviços de pintura de pontes e reforços, sendo empregado neste último, 147.994 kg de ferro.

— Por conta dessa taxa foram executados os seguintes serviços: no trecho Pôrto Alegre-Uruguaiana foram substituídos trilhos de 25 kg/m por outros de 37kg/m, na extensão de 10.200 metros; Santa Maria-Pinhal foram substituídos trilhos em mau estado, numa extensão de 13 520 metros; foi construído, ainda, um alojamento para pessoal em Santa Rosa.

Taxa de
Transporte

Pôrto Alegre, 21 de abril de 1957.

ILDO MENEGHETTI